



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO

Laranjeiras do Sul, outubro/2024.

(Alterado pela DECISÃO Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braidá

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Marilane Wolff Paim

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sérgio Benigni

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel



Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	34
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	37
5.1 Referenciais ético-políticos.....	37
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	38
5.3 Referenciais Metodológicos.....	41
5.4 Referenciais Legais e Institucionais.....	42
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	47
6.1 Objetivo Geral:.....	47
6.2 Objetivos específicos:.....	47
7 PERFIL DO EGRESSO.....	49
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	51
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	51
8.2 Organização curricular segundo as DCNs.....	53
8.3 Atendimento às legislações específicas.....	56
8.4 Estrutura Curricular.....	59
8.5 Resumo de carga horária por modalidade.....	63
8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	63
8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:.....	65
8.8 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.....	66
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	153
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	155
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	160



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	163
12.1 Ensino.....	164
12.2 Pesquisa.....	164
12.3 Extensão.....	165
13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	167
14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	169
14.1 Docentes do <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul que atuam no curso.....	169
15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	176
15.1 Bibliotecas.....	176
15.2 Laboratórios.....	177
15.3 Demais itens.....	178
16 ANEXOS.....	182
ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS.....	183
ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	186
ANEXO III - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E DE CULTURA.....	194
ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR	198



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Ciências Econômicas

1.4 Grau: Bacharel em Ciências Econômicas

1.5 Título profissional: Economista

1.6 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul

1.7 Número de vagas: 50 vagas anuais

1.8 Carga-horária total: 3.000 horas

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 (em semestres)

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 (em semestres)

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 480 (em horas)

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 30 (em horas)

1.14 Coordenador do curso: Rafael Stefenon

1.15 Ato Autorizativo: Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2012

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o



resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um



programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoo panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSM) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a

7 NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e,

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no século XXI*: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Relatório de Gestão Pro Tempore*: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.



junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evacao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária



investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Coordenador: Rafael Stefenon

Coordenador Adjunto: João Arami Martins Pereira

3.2 Equipe de elaboração:

Alexandre Manoel dos Santos

Anderson Luiz de Oliveira

Antônio Maria da Silva Carpes

Ceyça Lia Palerosi Borges

Deise Maria Bourscheidt

Ivan Maia Tomé

Janete Stoffel

João Arami Martins Pereira

Marisela García Hernández

Nádia Teresinha da Mota Franco

Paulo Alexandre Nunes

Rafael Stefenon

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordinon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Suelen Spindola Bilhar (Bibliotecária-documentalista)

Revisão Textual: A definir

3.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

Conforme a Resolução nº 54/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, o NDE de cada curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas visando ao



acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. De caráter consultivo e propositivo, o NDE tem as seguintes atribuições:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Conduzir os trabalhos de (re)estruturação curricular, para aprovação no colegiado de curso, sempre que necessário;
- Apoiar o coordenador de curso, auxiliando nos processos de avaliação interna e externa e avaliação integrada, conforme previsto no regulamento adequado;
- Supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado;
- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE é composto por, no mínimo 5 (cinco) professores, pertencentes ao Domínio Específico do curso – dentre eles o Coordenador –, que tenham experiência de trabalho docente, atuação na extensão e na pesquisa e produção acadêmica na área; 1 (um) docente do Domínio Comum e 1 (um) docente do Domínio Conexo. No âmbito do curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, *campus* Laranjeiras do Sul, conforme designado na Portaria Nº 559/PROGRAD/UFFS/2024 o NDE é composto pelos seguintes docentes:

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Alexandre Manoel dos Santos	Doutorado	Comum
Antônio Maria da Silva Carpes	Doutorado	Específico
Ceyça Lia Palerosi Borges	Doutorado	Conexo
Deise Maria Bourscheidt	Doutorado	Específico
João Arami Martins Pereira	Doutorado	Específico
Marisela Garcia Hernandez	Doutorado	Específico
Rafael Stefenon	Doutorado	Específico

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

As políticas públicas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, assim como a diversificação da estrutura produtiva visando ao aumento da renda e do emprego e, conseqüentemente, o bem-estar social, são de suma importância para atender as necessidades da população desta região.

No âmbito urbano, observa-se o crescimento de áreas habitadas sem infraestrutura adequada e a baixa qualificação da mão de obra, as quais contribuem para a elevação da desigualdade social. Já no âmbito rural, os pequenos agricultores, população majoritária nessa região, necessitam de políticas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, diversificação de sua produção e, acima de tudo, a permanência de seus filhos e filhas no próprio espaço de convivência familiar. A região é identificada pelo seu baixo grau de desenvolvimento, o qual pode ser resultado da ineficácia das políticas públicas.

Por muitos anos os trabalhadores dessa região vêm migrando para os grandes centros urbanos, iludidos na tentativa de alcançar condições dignas de vida e trabalho. Entretanto, acabam engrossando os “bolsões” de miséria das grandes cidades, sem oportunidade de emprego e habitação, sem acesso à saúde, submetidos à desagregação social e familiar, à violência e degradação cultural. Historicamente, faltou a essa região a possibilidade de pensar e planejar seu desenvolvimento numa perspectiva popular, e não apenas integrada e subordinada aos projetos centralistas ou aos do capital privado.

Neste contexto, no ano de 2010 passou a ser ofertado o curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA). Entretanto, com o passar do tempo alguns questionamentos foram feitos considerando o curso ofertado, o perfil do egresso, os objetivos do curso, a carreira profissional (incluindo entidade de classe), além de outros óbices naturais de um curso novo em uma universidade nova. Durante as discussões realizadas frente a esses questionamentos, surgiu a possibilidade de adaptar o curso para um curso de graduação já existente. Assim, após discussões entre a Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação, Coordenação de Curso e professores pertencentes ao Colegiado, foi definido que o curso deveria ser alterado, desde que com a concordância dos acadêmicos que cursavam DRGA. Considerando que todos os acadêmicos aceitavam a migração de DRGA para Ciências Econômicas e considerando a deliberação do Colegiado, o curso de DRGA foi extinto, dando lugar ao curso de Ciências Econômicas, com linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo. A migração do curso de DRGA para



Ciências Econômicas ocorreu de forma plena e tranquila, com os processos do antigo curso sendo absorvidos pelo curso de Ciências Econômicas, além da validação de quatro (4) componentes curriculares anteriormente cursados, conforme Portaria nº 1330/GR/UFFS/2013.

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, foi criado em 2012, a partir das necessidades emergentes da população carente da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno. Por iniciativa e persistência dos movimentos sociais organizados, este curso procura contribuir para superar a matriz econômica existente, viabilizando formas de incentivo à agricultura familiar, à gestão de micro e pequenas empresas, ao desenvolvimento local, ao cooperativismo e, principalmente, ao desenvolvimento profissional do jovem, dentro de suas características regionais. Historicamente, essa região, que abrange parte dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assiste a níveis crescentes de pobreza, assim como de carência de acesso ao ensino superior, entre outras políticas públicas.

No ano de 2013 ocorreu o reconhecimento do curso, no qual o conceito alcançado foi 4 (na escala que oscila entre 0 e 5). A partir deste reconhecimento o Colegiado do Curso compreendeu serem necessários ajustes de reformulação do PPC pelos seguintes motivos: a) a Comissão de avaliação do INEP/MEC apresentou sugestões de melhoria na grade curricular do curso; b) na oportunidade em que o curso mudou de DRGA para Ciências Econômicas, foram efetuados ajustes na grade que demandavam ainda a alteração em CCRs; c) ao Colegiado do Curso foram incorporados docentes formados na área econômica permitindo o aprimoramento da formação específica, nas ementas, carga horária e conteúdos dos CCRs; d) o seminário realizado com a comunidade externa apontou para a importância de ajustes, considerando o amadurecimento do curso e do corpo docente de forma a atender as demandas regionais. Nesse sentido, a criação da UFFS e do curso de Ciências Econômicas representa uma possibilidade de suprir essa lacuna quanto ao desenvolvimento regional. Numa perspectiva de desenvolvimento com elevação no nível de emprego e renda, na sustentabilidade ambiental com base na valorização das culturas locais, da auto-organização dos trabalhadores em movimentos sociais e formas associativas de produção e trabalho, esse curso simboliza a possibilidade afirmativa da luta contra a exploração humana e contra o monopólio dos grandes conglomerados capitalistas. Daí sua importância, sua identidade e sua inserção no contexto de atuação da UFFS.

Perfil socioeconômico regional

O Território da Cantuquiriguaçu abrange uma área de 13.947,73 km², correspondendo a aproximadamente 7% do território estadual; abrange 20 municípios, e reúne cerca de 250 mil



habitantes, representando 2,3% da população paranaense (IPARDES, 2007). Esta região, onde se localiza fisicamente o campus de Laranjeiras do Sul, é caracterizada pelo baixo grau de desenvolvimento econômico e social e pelo elevado êxodo rural, além de níveis bastante desiguais de renda e escolarização.

Observando os indicadores sociais e econômicos da região constata-se que eles não são satisfatórios. Por exemplo, no ano de 2000, municípios que são vizinhos de Laranjeiras do Sul, como Cantagalo (0,52), Rio Bonito do Iguaçu (0,47) e Goioxim (0,45), apresentam índices de desenvolvimento humano (IDH) piores ou iguais a países vulneráveis como a Argélia (0,70).

Laranjeiras do Sul é um dos municípios integrantes do Território da Cantuquiriguaçu. Está localizado na mesorregião Centro-Sul Paranaense, com uma densidade demográfica de 49,7 habitantes por Km² e distante 364 Km da capital do Estado, Curitiba. O município de Laranjeiras do Sul apresenta-se como polo de várias outras cidades, inclusive sendo sede da Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu e do Conselho de Desenvolvimento Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC).

O comércio de muares, desde o período colonial, entre Rio Grande do Sul e São Paulo, foi responsável pela criação de diversas estradas e povoados, dentre os quais Guarapuava, com cerca de duzentos anos de existência. Entre as atividades econômicas que tiveram importância histórica para a região está a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, entrando em declínio a partir da década de 1930. Ainda no século XIX até meados do século XX, desenvolveu-se o tropeirismo de gado e suínos. No entanto, a colonização efetiva dessa região se dá mais fortemente a partir dos anos de 1950. A exploração de madeira teve seu auge em meados do século XX e foi responsável pelo povoamento de uma vasta área na bacia do Rio Iguaçu. No entanto, dessa história de extrativismo e atividades erráticas restou uma região subdesenvolvida, deixada à margem pelo modelo dominante de desenvolvimento adotado na economia paranaense.

A população regional foi sendo conformada por uma miscigenação para a qual contribuem inicialmente os indígenas, os bandeirantes e os tropeiros, formando uma forte proporção de população cabocla. Também no início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam grande parte dessa região. Da década de 1950 em diante se verifica um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses, particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste (IPARDES, 2007). Há ainda na região remanescentes de quilombos (Guarapuava) e descendentes de alemães.

A caracterização do perfil do habitante dessa região marca o subdesenvolvimento econômico, a destruição dos laços ancestrais nas comunidades indígenas e caboclas, pela



desarticulação dos sistemas de faxinais com seus sistemas coletivos de uso da terra, e pela introdução da mecanização, com os cultivos em larga escala, a partir dos anos 1960-1970.

O processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. No entanto na região do atual Território da Cantuquiriguaçu tal movimento se dá de forma demorada, motivado pela ocupação tardia e pela marginalidade produtiva da maior parte de suas terras. A efetiva ocupação pela cultura da soja, por exemplo, ocorrerá já na expansão ocorrida nos anos 1990, fruto da ascensão do preço no mercado internacional.

Derivado desse modelo excludente e concentrador de renda e riqueza, ocorre o êxodo rural, dirigido a centros urbanos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2007), em particular na direção do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Decorrente desse fenômeno, nos últimos decênios o ritmo de crescimento populacional da maior parte dos municípios do atual Território da Cantuquiriguaçu vem sendo baixo, notando-se, inclusive, a ocorrência de inúmeros casos de decréscimo absoluto de população decorrente do processo de modernização e mecanização das atividades agrícolas, na perspectiva capitalista. Apesar disso, na maioria dos municípios ainda predomina a população rural (CONDETEC, 2004).

Além disso, ocorre também uma modificação nos padrões etários dos municípios revelando um processo acelerado de envelhecimento, com redução dos grupos de idade mais jovens (IPARDES, 2004a e 2004b). Tal fenômeno no meio rural é fruto de dois movimentos: a melhoria das condições de saúde pública e programas de transferência de renda (Previdência Social, principalmente) que provocam aumento de longevidade e, de outro lado, verifica-se crescente masculinização e envelhecimento da população remanescente, visto a emigração, principalmente de jovens e mulheres para o meio urbano. Tal fenômeno demográfico denota a falta de oportunidades de desenvolvimento em padrões adequados às aspirações dos jovens do meio rural como um dos fatores preponderantes, que causa aumento da demanda por serviços públicos direcionados à terceira idade. Apesar dessas tendências, há que se ressaltar, no entanto, que o grau de envelhecimento da população do Território Cantuquiriguaçu encontra-se em um patamar bem abaixo ao da média do Estado (13,5% ante 20%²¹ da média estadual). Tal fato pode decorrer, em parte, da existência de assentamentos rurais em número significativo nesta região.

Em relação ao indicador de desenvolvimento humano (IDH), os municípios do Território

21 Esse dado indica haver 20 idosos com 65 anos ou mais em relação a cada grupo de 100 jovens com 15 anos ou menos, na população total do Estado.



Cantuquiriguaçu estão abaixo da média estadual, ainda que tenha havido uma melhora no IDH regional nos anos 2000-2010. Mesmo Laranjeiras do Sul, que registrou o segundo índice mais elevado em relação aos municípios deste território no ano de 2010 (0,706) e Virmond, que apresentou o maior IDH do território no ano de 2010 (0,722), encontra-se abaixo da média estadual (0,749).

O IDH é composto por três componentes, Renda per Capita, Longevidade e Educação. Entre estes componentes, o que mais chama atenção é a Renda per Capita, pois esta variável corresponde a apenas 54% da Renda per Capita estadual. Essa baixa renda transparece também na proporção de pessoas extremamente pobres no território que, em 2000, era de aproximadamente 21%, indicador bastante superior à proporção estadual, de 6,08%. Em 2010, mesmo com redução significativa da proporção de pessoas extremamente pobres neste território, ainda é bem acima da proporção estadual, sendo que em 2010 a proporção de pessoas extremamente pobres no território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi de 9,27%, e no Estado do Paraná foi de 1,96%, segundo dados disponíveis em IPARDES (2014)²². De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas.

No Território Cantuquiriguaçu, a dinâmica econômica favoreceu a concentração de renda. Em 1991, a razão entre os extremos ricos e pobres, era de 17, abaixo da média estadual. Em 2000, esse indicador ultrapassava a média do Estado, alcançando o patamar de 28. Tendo como referência o Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita, verifica-se que a concentração de renda ainda permanece superior neste território em comparação a este mesmo indicador para o Estado do Paraná. Em 2000 a média do índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita dos municípios que fazem parte deste território foi de 0,614; para o Estado do Paraná foi de 0,606. Em 2010 a média dos municípios deste território foi de 0,529 e no Estado do Paraná foi de 0,542, isto é, mesmo com redução deste indicador, ainda permanece superior à média estadual, contando com alguns municípios deste território com valores superiores ao verificado para a média territorial, conforme dados disponíveis em IPARDES (2014). Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar per capita de um terço do salário mínimo. Na escala superior das famílias, os ganhos foram elevados e, em consequência, definiram valores substanciais, com variações de 13 a 51 na razão de desigualdade (IPARDES, 2007).

Outro aspecto preocupante da realidade regional diz respeito ao trabalho infanto-juvenil, que é um indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos para se manterem. No Território

22 IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de Dados do Estado. 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 09 set. 2014.



Cantuquiriguaçu, segundo o IBGE (2000), neste ano encontravam-se ocupados 9.931 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, 24,2% do total desse grupo etário – percentual superior à média estadual, de 16,9%. Assim como no Estado, neste conjunto predominam adolescentes de 14 a 17 anos, que representam 36,8% do total de ocupados. Esse dado é importante também para justificar a adequação de turnos oferecidos pela UFFS (em especial o noturno e a modalidade de alternância), bem como o papel da universidade na dinamização de oportunidades de ascensão social para esses jovens.

Para ilustrar algumas das condições dos municípios em que a UFFS tem influência, no Gráfico 1 são apresentados os dados do IDH dos municípios que fazem parte da Microrregião de Guarapuava nos anos de 2000 e 2010²³.

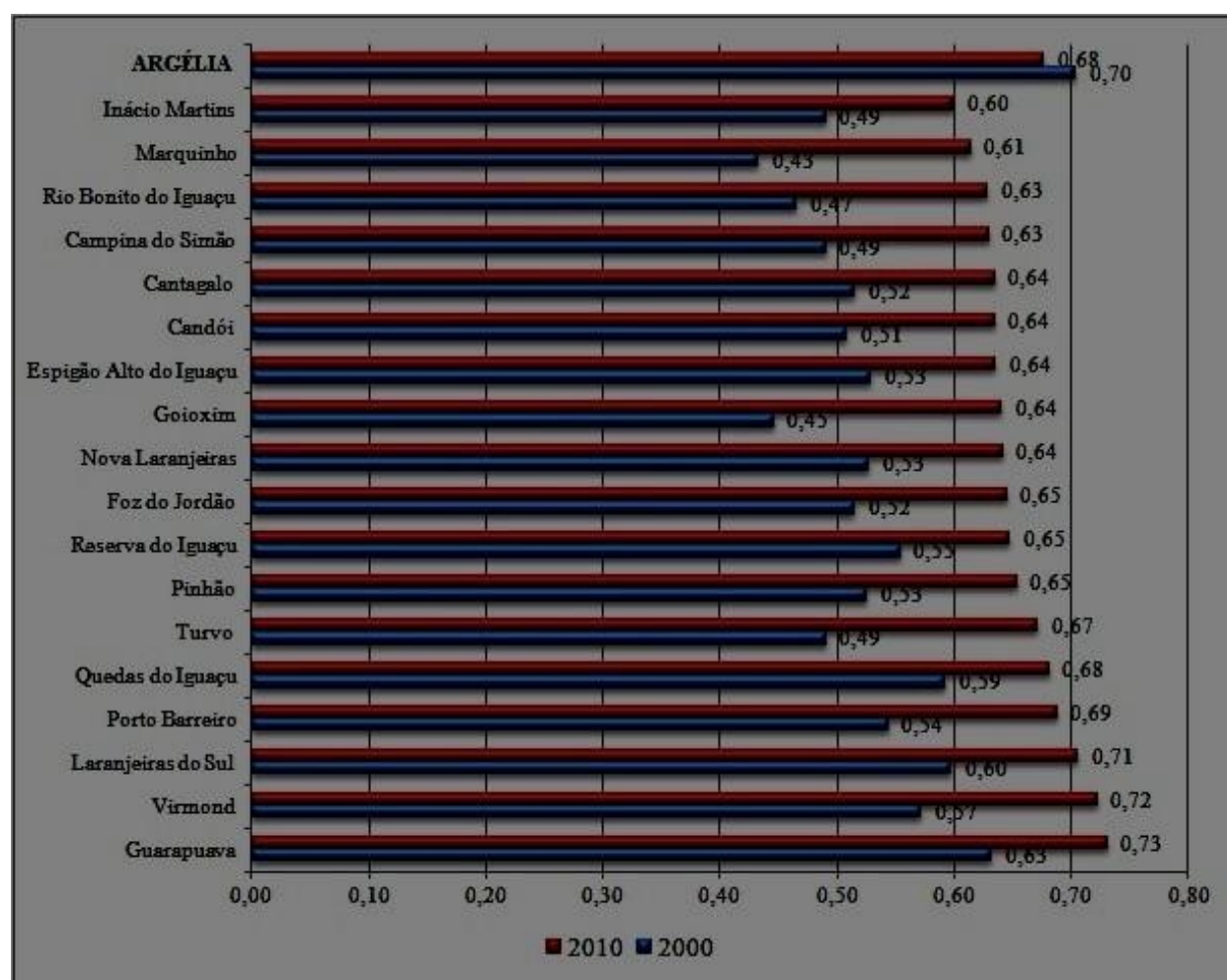


Gráfico 1: Índice de desenvolvimento Humano – ano 2000 e 2010 (Microrregião de Guarapuava)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010.

Observa-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2010 houve aumento no índice entre os municípios da Microrregião de Guarapuava, podendo observar que a média do IDH nesta microrregião

aumentou, porém, antes de qualquer análise precipitada sobre o avanço deste indicador, conforme citado, é importante fazer a comparação em relação ao Estado do Paraná, no período observado.

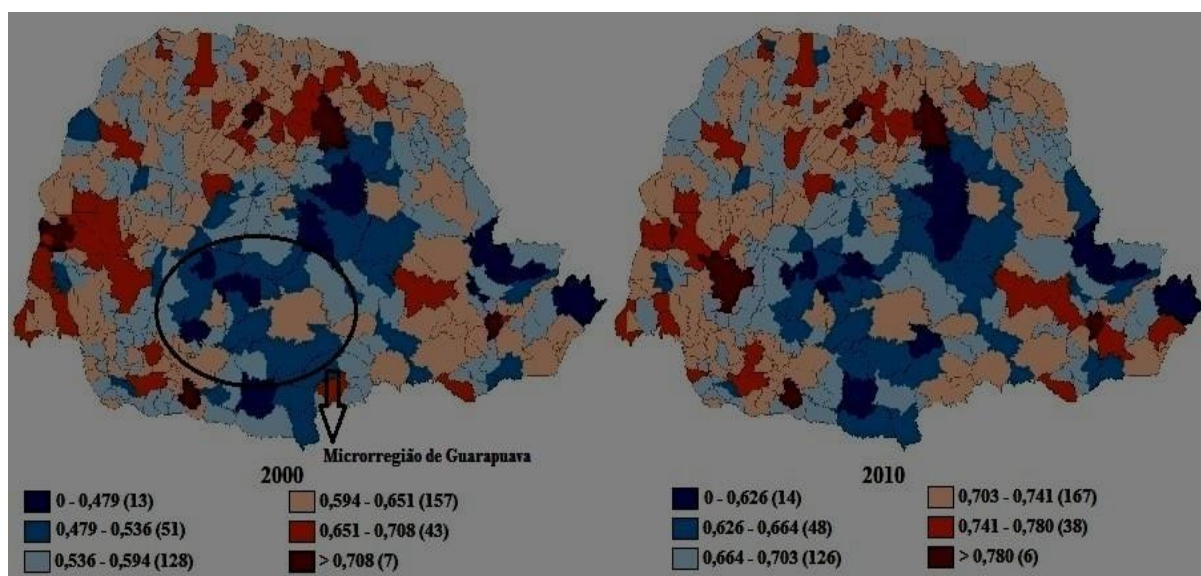


Figura 2: Índice de desenvolvimento Humano – anos 2000 e 2010 (Paraná)

Fonte: Ipadres (2014).

O próprio município de Laranjeiras do Sul, segundo melhor IDH da Microrregião de Guarapuava, está abaixo da Argélia, país localizado no norte da África, que passa por enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas. A Microrregião de Guarapuava apresenta os piores índices de desenvolvimento humano do Paraná, conforme pode ser observado no Figura 2 e essa situação se torna mais crítica quando analisado o índice de Gini (Figura 3), que mede a concentração de determinados índices (riqueza, ou terra, etc.).

Em relação à comparação do IDH dos municípios que fazem parte da Microrregião de Guarapuava com os demais municípios do Estado do Paraná, observa-se que, nesta Microrregião, boa parte dos municípios encontra-se em situação precária, apesar da evolução observada nos indicadores destes municípios no período 2000-2010.

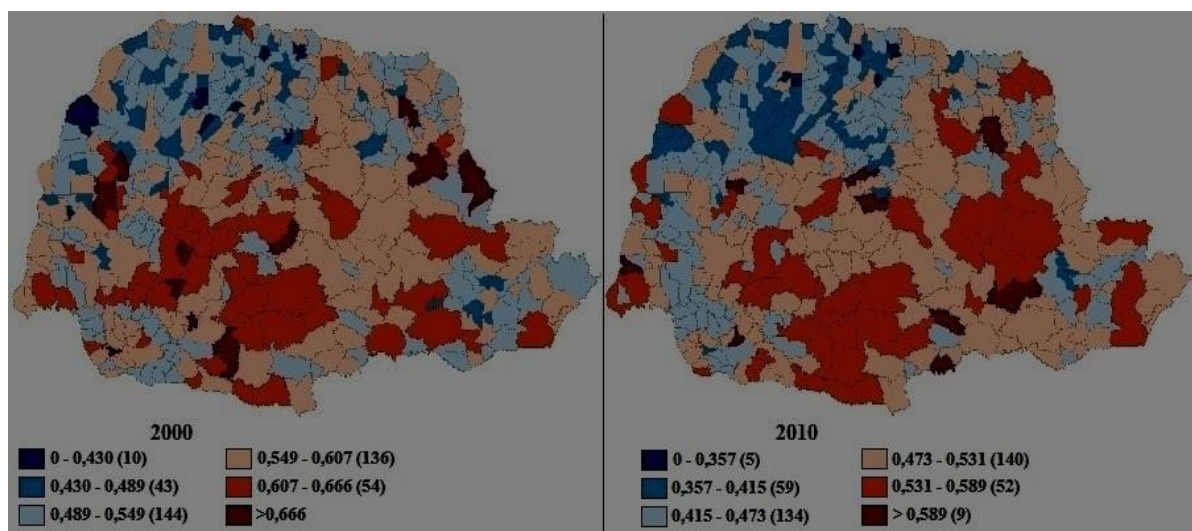


Figura 3: Índice de Gini para o Indicador – anos 2000 e 2010 (Paraná)

Fonte: Ipardes (2014).

Observando o Índice de Gini a partir da Renda Domiciliar per Capita, constata-se que os municípios pertencentes à Microrregião de Guarapuava apresentaram os piores índices de concentração de renda no ano de 2000. Guarapuava (0,64) e Laranjeiras do Sul (0,59), municípios com os maiores índices de desenvolvimento humano da microrregião, apresentaram uma alta taxa de concentração de renda, indicando que a população não vive igualmente nas poucas ilhas de desenvolvimento existentes nos municípios. Piores condições encontram-se nos municípios vizinhos a Laranjeiras do Sul, apresentando baixos índices de desenvolvimento humano e alta concentração de renda. Em 2010, mesmo com redução do índice de Gini, comparando-se com os valores de 2000, a Microrregião de Guarapuava possui ainda os maiores índices de Gini em nível estadual (correspondendo a maior concentração de renda). Na Tabela 1 pode ser visualizada a variação do Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita dos municípios da microrregião de Guarapuava e do Estado do Paraná, no período de 2000 a 2010.

Localidade	Anos	
	2000	2010
Campina do Simão	0,52	0,50
Candói	0,64	0,55
Cantagalo	0,63	0,52
Espigão Alto do Iguaçu	0,67	0,58
Foz do Jordão	0,62	0,55
Goioxim	0,63	0,49
Guarapuava	0,64	0,56
Inácio Martins	0,63	0,52
Laranjeiras do Sul	0,59	0,55
Marquinho	0,60	0,51
Nova Laranjeiras	0,65	0,57
Pinhão	0,61	0,54
Porto Barreiro	0,60	0,52
Quedas do Iguaçu	0,66	0,58
Reserva do Iguaçu	0,65	0,57



Rio Bonito do Iguaçu	0,59	0,51
Turvo	0,56	0,53
Virmond	0,53	0,54
Paraná	0,61	0,54

Tabela 1: Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita e sua variação, Microrregião de Guarapuava e o Estado do Paraná (2000 e 2010)

Fonte: Ipardes (2014).

Em termos educacionais, o Campus Laranjeiras do Sul possui abrangência e área de influência considerável, atraindo estudantes de várias regiões do Paraná (inclusive do Oeste, Leste e Noroeste do Estado) e de Santa Catarina. No entanto, seu foco de atuação principal está mais voltado para as regiões do Território da Cantuquiriguaçu, da Microrregião de Guarapuava e de partes das regiões Centro e Sudoeste do Estado do Paraná.

Os dados apresentados mostram com elementos qualitativos e quantitativos, relativos à realidade socioeconômica e educacional regional, a pertinência de instalação de um campus da UFFS neste local. E reforçam a oportunidade de contribuição que o curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, tem em relação à região. Contribuição esta que pode auxiliar na qualificação da base na vocação agrícola da região, sem descuidar da projeção de futuro para a mesma.

Os argumentos que justificam a criação do curso estão demonstrados por indicadores detectados na área de abrangência do projeto, destacando-se, dentre outros requisitos, pelo baixo grau de desenvolvimento socioeconômico, fruto de uma série de fatores tais como:

I. A posição geográfica do território, que dificultou a interligação terrestre com outras regiões do estado e do país.

II. O modelo histórico de povoamento: esparsa, focado em grandes latifúndios e em unidades familiares isoladas, sem o estímulo para organizações associativas que pudessem capitalizar territorialmente os resultados econômicos.

III. Os ciclos econômicos aqui implantados, baseados no extrativismo, sem consideração pela geração de novas atividades e a necessária formação de capital social (na acepção de Putnam²⁴).

IV. Modelos econômicos promotores de concentração de renda e riqueza, bloqueando a distribuição equitativa da riqueza gerada.

V. Iniciativas geradoras de um passivo ambiental com forte impacto residual até os dias atuais, resultando na degradação de solos e na dilapidação de um capital inicial que permitiria reservas econômicas e naturais para um projeto regional sustentável de desenvolvimento.

VI. Intervenções de grande porte por iniciativa governamental na área de energia (com

24 PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.



posterior privatização a valores ínfimos) resultando na drenagem dos recursos gerados pelas hidrelétricas²⁵ para fora da região e do país, deixando apenas os rastros sociais de degradação e pobreza em seu entorno e gerando maior concentração de renda e riqueza.

Esse conjunto de fatores indica a importância da implantação e do funcionamento do Campus e do curso de Ciências Econômicas na região. A seguir aprofundam-se os elementos da demanda e da inserção social do curso.

Aspectos sobre a demanda existente

O curso procura atender a demanda oriunda dos seguintes segmentos: filhos de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária (a região de abrangência da UFFS detém cerca de 75% de famílias de pequenos produtores rurais, provenientes da agricultura familiar); comunidades indígenas que vivem em condições precárias de sobrevivência; sócios e dirigentes de cooperativas e associações rurais e urbanas carentes de formação técnica em gestão, dirigida a fomentar o associativismo e a intercooperação e a conduzir processos coletivos de resolução de problemas; trabalhadores da região em idade escolar e universitária, inseridos nas empresas da região; quadros dirigentes dessas empresas regionais que já exercem função de gestão empresarial e que pretendem aperfeiçoar seus conhecimentos na área; jovens atualmente fora da escolarização atraídos pelas novas oportunidades surgidas com a criação do curso e da universidade na região.

I. Jovens egressos das Casas Familiares Rurais (sete na região, com 1700 acadêmicos) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO (seis turmas com mais de 360 profissionais formados, região do Território da Cantuquiriguaçu).

II. Gestores e servidores públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, que procuram aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades em vista de melhor exercer o cargo público, bem como desenvolver estratégias mais adequadas para o desenvolvimento da região.

III. Gestores de pequenos municípios, que enfrentam problemas na execução de seus planos de desenvolvimento.

IV. Gestores de microempreendimentos, que visam ampliar seus conhecimentos e qualificar a forma de gerir seus negócios.

Relevância do projeto para o desenvolvimento regional

Partindo da realidade regional, sobretudo de premissas como:

25 Segundo dados do Iparde (2005 e 2007), o setor elétrico responde por 80% do valor adicionado pelo setor industrial na região do Território da Cantuquiriguaçu. No entanto essa atividade é altamente intensiva em capital e estabelece vínculos quase nulos com as cadeias produtivas locais.



I. Há um baixo nível de desenvolvimento da região (dados do PIB, pobreza, renda, entre outros);

II. Há a necessidade de se formar quadros técnicos organizadores de iniciativas associativas que promovam melhorias sociais e o desenvolvimento econômico regional de forma inclusiva e sustentável;

III. Há a necessidade de formar quadros técnicos e políticos para atender a demanda de serviços públicos presente na região; e

IV. Há necessidade de elevação cultural e de escolarização do meio rural.

Pode-se afirmar que a relevância do curso de Ciências Econômicas para o desenvolvimento regional decorre da:

I. Necessidade e possibilidade de criação de um modelo de desenvolvimento equitativo, baseado na cooperação entre os mais pobres, na intercooperação entre cooperativas e formas associativas, no associativismo entre micro e pequenas empresas regionais, de forma a poder desenvolver novas iniciativas socioeconômicas de futuro para a região, que contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade social regional;

II. Necessidade de profissionais preparados e qualificados para elaboração participativa de programas e políticas públicas descentralizadoras de renda e riqueza e indutoras de um desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

O curso deverá:

I. Estudar, compreender e sistematizar conhecimento sobre as dinâmicas socioeconômicas e ambientais historicamente construídas na região;

II. Cotejar com o conhecimento científico existente e com as experiências históricas brasileiras e internacional;

III. Levar em conta as potencialidades existentes na região e no país;

IV. Formatar propostas educativas e de intervenção na realidade (articulando ensino com pesquisa e extensão), de forma compartilhada com os atores sociais presentes na região;

V. Construir nesse território, numa perspectiva de resgate das possibilidades históricas, um novo modelo de desenvolvimento.

Inovações propostas com o curso

I. Um curso comprometido com o desenvolvimento regional, em especial com a superação da pobreza e da desigualdade socioeconômicas, considerando as características agrárias da região;



- II. A oferta de turno noturno permitindo que jovens e adultos trabalhadores possam cursar a universidade;
- III. A promoção da interação com os movimentos sociais, com as associações empresariais e com o cooperativismo da região, mediante projetos de pesquisa e extensão de modo a preparar quadros qualificados e ao mesmo tempo ir se inserindo na realidade regional, buscando sua transformação;
- IV. Oferta de turmas em regime de alternância, de forma a propiciar o acesso à UFFS e ao curso de Ciências Econômicas em particular, por estudantes residentes no meio rural, com dificuldades de acesso diário à universidade, seja pelas distâncias de sua residência até o campus, seja pela inexistência de transporte cotidiano. A oferta de curso(s) em regime de alternância acontecerá quando houver demanda e para tal será apresentado um PPC que apresente o curso com suas especificidades.
- V. Constituição de Programa de Pós-Graduação, propiciando o aprofundamento da formação profissional e o aperfeiçoamento das atividades de pesquisa e extensão focadas no desenvolvimento e cooperativismo.

Inserção social do curso considerando as necessidades da comunidade

- I. O curso pretende responder às necessidades identificadas no diagnóstico regional que vem sendo construído coletivamente em espaços como o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) e em análises estruturais feitas pelo IPARDES (2009), pelos movimentos sociais do campo (MSC) e por órgãos governamentais.
- II. Em atenção à Portaria 40 do MEC de 12 de dezembro de 2007, o curso de Ciências Econômicas terá como turno de oferta o noturno, de forma a possibilitar que jovens trabalhadores possam cursar a universidade, sem ter de sacrificar a renda familiar, ou exercer seleção negativa, no sentido de apenas viabilizar educandos que possam se manter na UFFS devido a condições econômicas familiares favoráveis.
- III. O curso buscará apoiar e implantar, direta ou indiretamente, projetos estruturantes em vista de produzir conhecimento e reforçar ações que atuem sobre os gargalos responsáveis pelo atraso regional. Buscará contribuir para as reflexões e análises que apontem os limites e as contradições do modelo de desenvolvimento historicamente construído na região, de forma que no futuro a região possa dispor de estratégias inclusivas e equitativas de desenvolvimento. Para isso é fundamental uma prioridade clara no envolvimento da UFFS e do curso de Ciências Econômicas com a população mais pobre do campo e do meio urbano de forma a contribuir para superar a miséria e as desigualdades



sociais detectadas.

IV. Com base nos argumentos precedentes, a UFFS, instituição pública, democrática, popular e gratuita, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) oferece o curso de Ciências Econômicas como resposta aos anseios regionais da Grande Região da Fronteira Sul. E, nesse sentido, o curso contempla uma proposta de formação profissional, consciente dos apelos e das manifestações daqueles que procuram superar as desigualdades sociais, construindo um novo futuro para a região.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

A partir da Portaria nº 728, SERES/MEC, de 19 de dezembro de 2013, o curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, *campus* Laranjeiras do Sul, foi reconhecido em avaliação externa do INEP/MEC, recebendo conceito 4. Em 2014, o PPC do curso foi reformulado, passando a vigorar a partir de 2015, e em vigência até então. Deste modo, o NDE e o Colegiado, em diálogo com a Comunidade Universitária, entenderam como necessário, após quase dez anos em vigência, revisar o PPC do curso.

A partir de 2021, uma nova proposta de reformulação do curso foi iniciada no âmbito de seu NDE e Colegiado, devido a publicação das Diretrizes para as políticas de extensão da Educação Superior Brasileira CNE/CES nº 608/2018 e Parecer CNE/CES nº 608/2018 e Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. A necessidade de curricularizar 10% da carga horária do curso em atividades de extensão demandou, portanto, uma revisão do PPC do curso, de modo a abarcar tal exigência.

Além disso, o NDE e Colegiado de curso, nas discussões referentes a reformulação do PPC, entenderam que era preciso adequar a grade curricular do curso a um novo contexto que se delineava no âmbito da *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, em especial, a criação dos cursos de graduação em Ciências Sociais e em Administração. O advento de ambos os cursos reforçou a necessidade de revisão da estrutura curricular do curso, uma vez que o PPC em vigência (PPC 2015) contemplava, em sua estrutura, um número relevante de componentes curriculares relacionados a estas duas áreas do conhecimento.

As discussões que se sucederam no âmbito do NDE e Colegiado de curso indicaram também a necessidade de a estrutura curricular do curso reforçar a presença de componentes curriculares que formam o “núcleo duro” das ciências econômicas, em especial, a economia



política e a economia brasileira. Ainda neste sentido, entendeu-se que o curso deveria enfatizar a questão do desenvolvimento regional e das políticas públicas, o que fortaleceria, na visão do NDE e Colegiado, a presença do curso de Ciências Econômicas no território onde está localizado. É importante destacar que desde o seu início até o semestre 2024.2, o curso de Ciências Econômicas da UFFS formou 99 egressos.

Um outro aspecto levantado e discutido no NDE e no Colegiado envolveu o redimensionamento do curso, isto é, a alteração da carga horária total do curso que, no PPC até então vigente, era de 3.300 horas, podendo ser integralizadas em cinco anos (dez semestres). Neste sentido, entendeu-se que era importante reduzir a carga horária do curso para a carga horária mínima de 3.000 horas exigida, conforme Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Admitiu-se que esta redução na carga horária facilitaria a redução do tempo de integralização para 9 semestres, podendo contribuir para a melhoria dos indicadores de retenção e evasão do curso.

Portanto, eram muitos os desafios que se apresentaram. De um lado, entendeu-se que era preciso ajustar a carga horária do curso de modo a torná-lo mais atrativo do ponto de vista do tempo de formação. De outro lado, além da exigência de curricularizar 10% da carga horária do curso por meio de atividades de extensão, admitiu-se que era importante incluir certos componentes curriculares a fim de fortalecer o “núcleo duro” das ciências econômicas. Para dar conta desta equação, decidiu-se dar fim à linha de formação do curso em desenvolvimento e cooperativismo e, conseqüentemente, dos componentes curriculares obrigatórios vinculados à linha de formação. Esta decisão abriu espaço na estrutura curricular para a inclusão de componentes curriculares do “núcleo duro” do curso, possibilitando ainda a inclusão de componentes curriculares extensionistas.

É importante esclarecer que a exclusão dos componentes curriculares ligados à linha de formação não significa que as discussões relacionadas ao desenvolvimento e ao cooperativismo foram eliminadas do curso. Na verdade, esses temas continuam presentes no PPC no âmbito dos componentes curriculares optativos, trabalhos de conclusão de curso e projetos de pesquisa e extensão. Ademais, ressalta-se que a linha de formação em desenvolvimento e cooperativismo não teve aderência por parte dos docentes, uma vez que não era o perfil da maior parte dos docentes do curso. Este curso tinha ainda diversos docentes que eram mestres e com seus doutorados nenhum adicionou a área do cooperativismo, em especial, à sua formação.

Isto posto, entende-se que a reformulação do PPC proposta neste documento acolhe as diferentes demandas que surgiram desde a reformulação ocorrida em 2014 e efetivada em 2015, sobretudo no que toca à curricularização da extensão e à necessidade de aprimoramento da



estrutura curricular.

É importante mencionar, para finalizar, que tais demandas foram identificadas e acolhidas ao longo dos últimos dez anos através de diálogos constantes com os discentes, egressos e docentes no âmbito das autoavaliações do curso.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os referenciais ético-políticos do curso de Ciências Econômicas seguem o disposto no projeto pedagógico institucional da UFFS e podem ser sintetizados em quatro grandes dimensões:

1. Perspectiva universitária pública e popular, a fim de suprir as dificuldades historicamente acumuladas de acesso e permanência da população da mesorregião ao ensino superior;
2. Preocupação com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região da fronteira sul do País;
3. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
4. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, a partir de um perfil formativo que englobe formação cidadã, interdisciplinar e profissional.

De acordo com essas diretrizes gerais, a formação do profissional de Ciências Econômicas deverá contribuir para permanência da população na Mesorregião da Fronteira Sul, oferecendo alternativas de qualificação e, com isso, de geração de renda. Dessa forma, o curso procura contribuir para reverter a tendência de redução da população jovem na região e oferecer novas oportunidades de qualificação, fatores fundamentais para recuperar o dinamismo econômico da agricultura familiar e viabilizar melhores indicadores de qualidade de vida para a região.

A UFFS não se preocupa apenas com o acesso da população historicamente excluída do ensino superior público, mas também com sua permanência na Universidade. A instituição está inserida no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Com o objetivo de viabilizar igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, além de contribuir para que o desempenho acadêmico seja melhorado, adotando medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Os acadêmicos do curso de Ciências Econômicas têm à sua disposição as possibilidades do PNAES, além do acesso a bolsas de estudo em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes do curso.

Para formar o profissional com as competências e habilidades dispostas neste projeto



pedagógico, o curso de Ciências Econômicas busca forte integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Essa política, na perspectiva proposta, deverá contribuir para o desenvolvimento e disseminação de modelos e atividades econômicas alternativas, que se baseiam na sustentabilidade e na solidariedade, visando à superação da matriz produtiva vigente. Assim, o curso visa contribuir para amenizar as desigualdades sociais e regionais, problema historicamente não resolvido pela nossa sociedade, e que deve ser pensado em cursos com a proposta de formação profissional aqui apresentada.

O curso prioriza ainda, nos moldes estabelecidos pelos referenciais ético- políticos da UFFS, o respeito aos princípios de democracia e autonomia, assim como a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, por entender que esse processo oportuniza a pluralidade metodológica e o debate acadêmico. Esse último entendido como uma excelente forma de avanço do conhecimento e fortalecimento dos três pilares básicos que sustentam uma Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A redefinição do papel social da universidade no atual contexto social requer não apenas uma atividade inflexiva sobre os fundamentos éticos e políticos da práxis educativa; implica também uma profunda revisão das formas de produção, sistematização, conservação e transmissão do conhecimento, historicamente construído, pela Universidade moderna. O modelo epistemológico vigente, fundado a partir do ideal iluminista, foi orientado ora para a formação de quadros burocráticos tendo em vista o funcionamento do Estado, ora para a formação nas politécnicas a fim de atender demandas associadas ao processo de modernização e de consolidação do capitalismo em um dado contexto.

Do ponto de vista epistemológico, a perspectiva proposta pela UFFS implica o rompimento com este referencial orientador constituído historicamente pela universidade moderna, haja vista a missão da Instituição, criada para ser vetor do desenvolvimento mesorregional a partir de uma perspectiva solidária e sustentável, tendo como premissa a superação da atual matriz produtiva. Essa ruptura implica a adoção de uma postura epistemológica fundada nas seguintes características:

I. Num norte epistemológico histórico-crítico, que perpassasse organicamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e segundo o qual toda atividade universitária se oriente para a promoção e reconhecimento de identidades coletivas;

II. Na ideia de “ecologia de saberes”, a partir da qual o conhecimento científico é posto a par de outras formas de saber, fundadas, por exemplo, na tradição religiosa, filosófica e cultural



da região, no intuito de estabelecer um diálogo profícuo entre eles. Assim, em oposição à ideia tradicional de “universidade” – que se consolidou historicamente como locus privilegiado da produção e do cultivo do científico – adota-se a ideia de pluriversidade, tomando a Instituição como local privilegiado do encontro de saberes;

III. Adoção de um paradigma integrador do conhecimento, em oposição ao cartesianismo (fragmentador e mecanicista).

Esta postura epistemológica materializa-se na adoção de determinadas posturas institucionais. Na dimensão do ensino, a organização pedagógica dos cursos da UFFS é indicativa da preocupação institucional nesse sentido, ao estruturar-se em torno de um domínio comum de formação com ênfase na formação cidadã, bem como de um domínio conexo de formação com ênfase na interdisciplinaridade paralela ao domínio específico de cada formação profissional. Neste sentido, a interdisciplinaridade e a pluralidade metodológica e paradigmática constituem-se como aspectos fundamentais do curso.

O currículo, embora concebido com base na organização dos componentes curriculares, tem passado por modificações que objetivam torná-lo mais flexível, permitindo uma maior comunicação entre os componentes curriculares, melhor relação teoria-prática e maior participação do acadêmico. Esta temática tem sido objeto de discussão entre docentes da Instituição, no sentido de avaliarem alternativas para a implantação de uma proposta integradora para o curso, que sistematize e oriente a interação entre os saberes desenvolvidos no ementário de seus diversos componentes curriculares.

Na dimensão do ensino, o curso de Ciências Econômicas contempla a preocupação em desenvolver suas atividades de forma crítica e reflexiva, em uma perspectiva histórica que demonstre a evolução da sociedade e das suas diferentes formas de organização, funcionamento e modos de produção. Objetiva-se construir uma forma de pensar que supere o individualismo, estimulando o desenvolvimento e a disseminação da identidade coletiva por meio da cooperação e do compartilhamento do conhecimento.

Em consonância com as diretrizes epistemológicas da UFFS, o curso de Ciências Econômicas procura, por meio dos seus diversos componentes curriculares (especialmente por meio do domínio específico), uma formação que contemple o estudo do conhecimento nas suas mais diversas manifestações (conhecimentos relativos à tradição religiosa, filosófica e cultural da região), especialmente focada na evolução histórica desses saberes. A disposição dos componentes curriculares da forma exposta na matriz curricular demonstra não estarem as diversas formas de conhecimento desconexas, mas sim integradas, proporcionando a formação de um profissional com visão holística/sistêmica dos saberes em sua manifestação abstrata e



concreta.

Na dimensão da pesquisa científica, esta perspectiva epistemológica orienta a opção por atividades comprometidas com:

I. A produção e sistematização de conhecimento sobre o contexto de inserção de UFFS, sobretudo na compreensão da identidade dos elementos que unem a Mesorregião da Grande Fronteira Sul;

II. Suporte técnico e tecnológico aos grupos mais carentes da população mesorregional, especialmente os pequenos produtores rurais, a população indígena e os quilombolas, o que será viabilizado por meio de atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas no curso;

III. O fomento ou aprofundamento das dinâmicas de modelos econômicos cooperativos e solidários, por meio de projetos de extensão e pesquisa;

IV. Diálogo com os movimentos sociais, especialmente com aqueles engajados na criação da UFFS, por meio de seminários, atividades de pesquisa e extensão.

Esta perspectiva epistemológica reinterpreta também a importância da extensão acadêmica para a compreensão do papel social da UFFS. A extensão é concebida pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFFS como canal de produção da legitimidade social da Universidade. Com isso, consegue-se a integração orgânica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro do curso. A teoria da sala de aula é transposta para fora dela, compreendendo que a Universidade não é um ambiente fechado, mas dialoga constantemente com a comunidade que a abriga, sendo, também, lugar onde serão construídos os meios através dos quais a melhoria das condições dos cidadãos da região onde a Universidade se insere é almejada.

Na dimensão da pesquisa, seguindo a perspectiva epistemológica da UFFS, o curso de Ciências Econômicas contempla a produção e a sistematização do conhecimento voltado para a realidade regional. Além de priorizar a formação de identidades coletivas, a pluriversidade científica e a ideia de um paradigma integrador do conhecimento, a pesquisa no curso está direcionada à criação, promoção e ampliação de estudos que estimulem o dinamismo da economia regional. No contexto do perfil de profissional que se deseja formar, a pesquisa desenvolvida no curso prioriza estudos econômicos, sociais, políticos e ambientais relacionados às questões de desenvolvimento da região.

As pesquisas incluem, ainda, o suporte e a assistência tecnológica das atividades econômicas que contemplem o desenvolvimento regional como um todo, fomentando trabalhos que visem estimular a utilização de tecnologias ecologicamente corretas, mediante a conscientização dos produtores e profissionais do campo. As pesquisas desenvolvidas no curso procuram também atender as demandas da população e estimular o desenvolvimento de modelos



de produção cooperativos e solidários, já que no atual contexto econômico tais ações são necessárias para a sobrevivência dos pequenos produtores. Mais do que uma necessidade, tais ações criam alternativas de geração de renda e emprego para os pequenos agricultores.

A partir da concepção de ensino e pesquisa, o curso de Ciências Econômicas procura viabilizar atividades de extensão que forneçam apoio às atividades econômicas da região. O curso concebe a extensão como uma necessidade, já que é por meio dela que se estabelece a cooperação com a comunidade regional e se permite que os conhecimentos produzidos na Universidade, na comunidade ou no seu conjunto, possam ser disseminados junto à sociedade local. O curso compreende-se como um sistema aberto que interage com a comunidade e, em conjunto, produz e dissemina o conhecimento.

5.3 Referenciais Metodológicos

As competências e habilidades dos egressos do curso de Ciências Econômicas são formadas e desenvolvidas em um contexto que privilegia a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através dessa articulação procura-se formar profissionais conscientes do seu papel como agentes transformadores da atual realidade social e promotores do desenvolvimento local. Não se procura a formação de um profissional voltado aos interesses privados e individuais, mas sim um agente dotado de capacidades inovadoras e cooperativas, preocupado com os problemas que afligem o desenvolvimento regional. Para formação de um profissional capacitado a compreender o espaço de atuação e suas múltiplas interações, o curso oferece sólida formação em componentes curriculares que contemplam uma formação sociológica, política, econômica e ambiental, além de incentivar a pesquisa e a extensão nessas áreas. As questões econômicas são discutidas por meio de ações que integram a teoria e a prática, fatores presentes durante todo o período de formação dos profissionais. Além dos componentes curriculares dispostos nos três domínios de formação, essas questões têm espaço para serem debatidas e estudadas nos trabalhos de conclusão de curso dispostos na matriz curricular.

O egresso do curso de Ciências Econômicas deverá ser um profissional comprometido com o desenvolvimento regional, capacitado em gestão de empreendimentos agroindustriais no contexto da agricultura camponesa como forma de geração de renda e estímulo à economia local. Além disso, o objetivo é de que seja um profissional preocupado com a sustentabilidade não apenas financeira dos empreendimentos, mas com a questão ambiental, a utilização de tecnologias limpas, energias renováveis e também, com o desenvolvimento social e humano, visando a articulação do espaço rural com o urbano.



Assim, o curso de Ciências Econômicas, por meio deste projeto pedagógico, articula o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como contempla os princípios de disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na medida em que promove o estudo, a integração e a discussão entre os docentes e discentes dos diversos componentes curriculares, assim como o ensino e a extensão. Esse processo deve ser entendido como a integração entre componentes curriculares e os diferentes campos do saber, organizando-os para a unidade do conhecimento, visando ao pleno desenvolvimento do educando (compreensão do mundo presente). Deseja-se uma formação que prepare o profissional tanto para o exercício da cidadania, quanto para o mundo do trabalho em um processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nos diferentes espaços de formação (componentes curriculares do domínio comum, domínio conexo, domínio específico) e de flexibilização curricular (optativas e atividades curriculares complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científicos e tecnológicos.

No que tange à metodologia utilizada pelos docentes nos CCRs, a prática adotada é de que a cada início do semestre letivo sejam apresentados e discutidos os planos de ensino, nos quais constarão a identificação do componente curricular, a ementa, os objetivos, o conteúdo e o cronograma a ser trabalhado, os procedimentos metodológicos, a sistemática de avaliação e as bibliografias básicas e complementares. Os planos de ensino deverão ser disponibilizados aos acadêmicos para que eles acompanhem o desenvolvimento das atividades de cada CCR. Tendo em vista as diferenças entre os CCRs, os procedimentos metodológicos apresentarão características distintas, que estimulem e potencializem o desenvolvimento dos acadêmicos.

Não obstante, este perfil é fruto do trabalho do movimento Pró-Universidade e dos movimentos sociais que definiu os cursos que seriam ofertados no Campus Laranjeiras do Sul. Assim, a instalação do curso de Ciências Econômicas vai ao encontro das necessidades da região quanto à demanda por profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da população do Território Cantuquiriguaçu.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de



educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta



de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.



Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016 – Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04 – CONSUNI/PPGEC/2017 - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 10 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2017 – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 23 - CONSUNI/PPGEC/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.



Resolução n.º 44/CONSCLS/UFFS/2023 - Homologa a composição dos componentes curriculares de Domínio Conexo dos cursos bacharelados do Campus Laranjeiras do Sul.

Específicas do curso de Ciências Econômicas:

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências.

Parecer CNE/CES nº 95/2007, de 29 de março de 2007 – Altera o Parecer CNE/CES nº 380/2005 e a Resolução CNE/CES nº 7/2006, relativos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Ofertar aos acadêmicos do curso de Ciências Econômicas uma formação sólida, crítica e analítica, aprimorando/aperfeiçoando seus conhecimentos, habilidades e competências, para compreender e intervir no processo de desenvolvimento da sociedade nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais, nos múltiplos contextos e abrangências espaciais.

6.2 Objetivos específicos:

Os objetivos específicos que se pretende alcançar com a realização do curso são:

- I. Formar profissionais capazes de relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.
- II. Proporcionar a formação de um egresso com consciência crítico-reflexiva e responsabilidade social no desempenho de sua profissão, preocupado em intervir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- III. Oferecer ao acadêmico sólida formação em termos históricos, teóricos e quantitativos, com a possibilidade de realizar estudos mais aprofundados no campo da economia, voltados ao desenvolvimento regional.
- IV. Possibilitar ao acadêmico a compreensão e avaliação crítica da realidade econômica brasileira e mundial.
- V. Capacitar profissionais imbuídos de espírito de liderança e empreendedorismo, capazes de diagnosticar e propor soluções inovadoras para problemas advindos do meio rural e urbano.
- VI. Possibilitar ao aluno o domínio de ferramentas relacionadas à profissão, como elaboração e análises de diagnósticos, pareceres, projeções socioeconômicas de modo a subsidiar a tomada de decisões.
- VII. Formar profissionais capazes de compreender as questões socioeconômicas e políticas regionais, bem como de mobilizar o poder público e demais atores sociais para desenvolver ações e/ou políticas públicas de desenvolvimento sustentável.



- VIII. Formar profissionais conscientes do seu papel transformador da realidade social e com habilidades e competências para gerir os processos que exigem a elaboração de diagnósticos e a gerência de processos sustentáveis;
- IX. Oportunizar ao discente uma matriz curricular com base ampla, caracterizada por uma abordagem teórico empírica em áreas correlatas às Ciências Sociais aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis e Direito.
- X. Formar profissionais imbuídos do espírito da justiça social e cidadania, que saibam conjugar esforços coletivos para a construção de relações solidárias entre a produção e o consumo de alimentos, com responsabilidade ambiental e inclusão social.
- XI. Estimular, propor e gerir empreendimentos com perfil associativo, cooperativo e solidário que possibilitem a criação de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, promovendo a distribuição de renda e o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável, a partir de relações de cooperação.



7 PERFIL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas do Campus Laranjeiras do Sul terá uma sólida formação humanista, crítica, ética e científica para atuar de forma protagonista nos contextos econômico, ambiental, político, social e cultural, para promover ações que contribuam para o desenvolvimento da região de sua atuação.

Neste contexto, o profissional formado em Ciências Econômicas deverá ter as seguintes habilidades e competências:

- I. Base cultural e científica ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- II. Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade complexa e em constante transformação;
- III. Realizar análises de conjuntura;
- IV. Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- V. Compreender e analisar criticamente textos econômicos;
- VI. Elaborar pareceres, trabalhos, textos e relatórios nas áreas econômica e social com destaque para o desenvolvimento regional e políticas públicas;
- VII. Diagnosticar o perfil socioeconômico da região e viabilizar alternativas para o desenvolvimento regional;
- VIII. Realizar pesquisas e estudos em Economia, com foco nas áreas de gestão, desenvolvimento regional e políticas públicas;
- IX. Identificar, analisar e sistematizar problemas e potencialidades de cadeias produtivas regionais;
- X. Propor, junto aos órgãos governamentais, políticas públicas de desenvolvimento sustentável;
- XI. Apoiar atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar/camponesa da região;
- XII. Discutir e dialogar sobre modelos de desenvolvimento;
- XIII. Reconhecer, valorizar e promover as competências e aptidões regionais
- XIV. Promover eventos e debater publicamente o desenvolvimento nas múltiplas dimensões e escalas, com destaque para o papel das políticas públicas;
- XV. Gerir empreendimentos sustentáveis de produção e agroindústria (inclusive agricultura familiar e organizações coletivas);



- XVI. Estimular e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda na região;
- XVII. Analisar a viabilidade econômica de produtos e projetos;
- XVIII. Estimar impactos econômicos, ambientais e socioculturais nos empreendimentos e políticas propostas;
- XIX. Sugerir e aperfeiçoar empreendimentos para o desenvolvimento regional;
- XX. Medir os avanços tecnológicos, diagnosticando seus efeitos para a sociedade, visando garantir a responsabilidade socioambiental e respeitar a cultura local.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso de graduação em Ciências Econômicas é composto por nove semestres sequenciais, ofertados no turno noturno, com carga horária total de 3000 horas. A organização curricular foi concebida observando as especificidades da formação na UFFS – que organiza os conteúdos em três domínios curriculares, a saber, Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico – e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas – que preconiza que a organização curricular deve contemplar conteúdos de Formação Geral, Formação Teórico-Quantitativo, Formação Histórica e Conteúdos Teórico-Práticos.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Em consonância com as normativas internas da UFFS, o currículo do curso de graduação em Ciências Econômicas é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios curriculares: Comum, Conexo e Específico. Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares de formação geral, com o objetivo de promover a contextualização acadêmica e a formação crítico social. O Domínio Conexo abrange o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos do campus. O Domínio Específico, por sua vez, envolve o conjunto de componentes curriculares que são próprios do curso de Ciências Econômicas, objetivando prioritariamente a formação profissional.

8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

O Regimento Geral da UFFS define Domínio Comum como conjunto de componentes curriculares de formação geral, com o objetivo de promover: a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

A distribuição dos componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso está apresentada no Quadro 2.



DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Produção textual acadêmica	60
Matemática B	60
Estatística básica	60
Iniciação à prática científica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
Direitos e cidadania	60
Introdução ao pensamento social	60
História da Fronteira Sul	60
Total	420

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Econômicas

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Comum é de 420 horas. Em relação à distribuição de cada um dos eixos dentro da carga horária total do Domínio Comum, a formação crítico-social corresponde a 42,86% da carga horária enquanto a contextualização acadêmica compreende os demais 57,14% da carga horária. Em relação à integralização do curso de Ciências Econômicas, a carga horária do Domínio Comum, de 420 horas, representa 14% da totalidade de 3.000 horas do curso.

8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo

O Domínio Conexo abrange, conforme o Regimento Geral da UFFS, o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus.

Conforme o Quadro 3, os componentes curriculares Responsabilidade socioambiental e Inovação e empreendedorismo são os componentes que compõem o Domínio Conexo do curso de graduação em Ciências Econômicas. A carga horária dos componentes totaliza 60 horas, representando 2% das 3.000 horas necessárias à integralização do curso.

DOMÍNIO CONEXO	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Responsabilidade socioambiental	30
Inovação e empreendedorismo	30
Total	60

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Ciências Econômicas

É importante frisar que os componentes curriculares Responsabilidade socioambiental e Inovação e empreendedorismo estão no rol de componentes do Domínio Conexo do campus Laranjeiras do Sul, conforme Resolução CONSC-LS nº 44/2023, estando presentes nas



estruturas curriculares de outros cursos de graduação do campus, mais especificamente, Administração e Engenharia de Alimentos.

8.1.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares que compõem o Domínio Específico do curso de graduação em Ciências Econômicas são obrigatórios para todos os estudantes do curso. Esses componentes caracterizam-se por contemplar os conteúdos necessários para a formação profissional do economista. A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Específico é de 2100 horas, representando 70% da carga horária total do curso de graduação em Ciências Econômicas.

8.2 Organização curricular segundo as DCNs

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, instituídas pela Resolução nº 4 de 2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, preconizam, entre outras coisas, que os cursos de graduação em Ciências Econômicas devem contemplar, em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia.

Os conteúdos de Formação Geral objetivam introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais. A carga horária deste campo de formação totaliza 540 horas, representando 18% da carga horária total do curso. A distribuição dos componentes curriculares está apresentada no Quadro 4.

CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Iniciação à prática científica	60
Técnicas de pesquisa em economia	60
Trabalho de conclusão de curso I	60
Trabalho de conclusão de curso II	90
Trabalho de conclusão de curso III	90
Introdução à extensão universitária	30
Extensão I	90
Extensão II	90
Extensão III	90
Atividades Autônomas	90
Total	750

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem os conteúdos de Formação Geral do curso de Ciências Econômicas

[\(Componentes alterados conforme Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025\)](#)



Os conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico.

A carga horária dos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa totaliza 1140 horas, representando 39% da carga horária total do curso. A distribuição dos componentes deste campo de formação está apresentada no Quadro 5.

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Cálculo aplicado à economia	60
Microeconomia I	60
Microeconomia II	60
Contabilidade social	60
Economia política	60
Econometria I	60
Macroeconomia I	60
Econometria II	60
Macroeconomia II	60
Microeconomia III	30
Inovação e empreendedorismo	30
Desenvolvimento econômico	60
Economia do setor público	60
Análise econômica de investimentos	60
Desenvolvimento regional I	60
Economia e meio ambiente	60
Finanças empresariais	30
Economia internacional	60
Economia e política agrícola	60
Macroeconomia III	30
Orçamento e finanças públicas	30
Economia e política monetária	60
Total	1170

Quadro 5: Componentes curriculares que compõem os conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa do curso de Ciências Econômicas



Os conteúdos de Formação Histórica possibilitam ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea. O Quadro 6 apresenta a distribuição dos componentes deste campo de formação. Importa frisar que a carga horária total dos conteúdos de Formação Histórica representam 12% da carga horária total do curso, uma vez que totaliza 360 horas.

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
História econômica geral	60
História do pensamento econômico	60
Formação econômica do Brasil	60
Economia brasileira I	60
Economia brasileira II	60
Desenvolvimento regional II	60
Total	360

Quadro 6: Componentes curriculares que compõem os conteúdos de Formação Histórica do curso de Ciências Econômicas

Os conteúdos Teórico-Práticos abordam questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo TCC e técnicas de pesquisa em economia, assim como, Atividades Autônomas e componentes curriculares de extensão. A carga horária deste campo de formação totaliza 750 horas, representando 25% da carga horária total do curso. A distribuição dos componentes curriculares está apresentada no Quadro 7.

CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS	
COMPONENTE CURRICULAR	Horas
Iniciação à prática científica	60
Técnicas de pesquisa em economia	60
Trabalho de conclusão de curso I	60
Trabalho de conclusão de curso II	90
Trabalho de conclusão de curso III	90
Iniciação à extensão universitária	30
Eventos de extensão I	45
Eventos de extensão II	45
Projetos de extensão I	90
Projetos de extensão II	90
Atividades Autônomas	90
Total	750

Quadro 7: Componentes curriculares que compõem os conteúdos Teórico-Práticos do curso de Ciências Econômicas



É importante frisar, conforme descrito no Quadro 8, que a estrutura curricular do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, atende ao que preconiza as DCNs relativamente aos percentuais de carga horária mínimos para os diferentes campos de formação e TCC.

Percentuais de carga horária mínimos conforme DCNs	Percentuais verificados conforme organização curricular
10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral	18%
20% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa	39%
10% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Histórica	12%
10% da carga horária total do curso envolvendo atividades acadêmicas de formação em Metodologia e Técnicas da Pesquisa em Economia e Trabalho de Curso	12% (*)
50% da carga horária total do curso aos conteúdos de Formação Geral, de Formação Teórico-Quantitativa, de Formação Histórica e Trabalho de Curso	77% (**)
Total	3000

Quadro 8: Atendimento da organização curricular do curso de Ciências Econômicas aos percentuais mínimos conforme DCNs.

(*) Soma das cargas horárias dos componentes curriculares Iniciação à prática científica, Técnicas de pesquisa em economia, e Trabalho de conclusão de curso I, II e III; (**) Trabalho de Curso abrange os componentes curriculares Trabalho de conclusão de curso I, II e III.

8.3 Atendimento às legislações específicas

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Introdução à economia – 60 horas (obrigatório)	A questão ambiental.	MAY, Peter Herman (Org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática . Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
Responsabilidade socioambiental – 30 horas (obrigatório)	O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Sustentabilidade. Impacto ambiental. Gestão Ambiental.	ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação . Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero . Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas . Qualitymark, 2002.



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Economia e meio ambiente – 60 horas (obrigatório)	A abordagem da problemática ambiental na ciência econômica. Política Ambiental. Mudanças Climáticas.	DALY, H.; FARLEY, J. Economia Ecológica . São Paulo: Annablume Cidadania e Meio Ambiente, 2016. MAY, Peter Herman (Org.) Economia do Meio Ambiente . 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. ANDRADE, D. C. Valoração econômico ecológica: bases conceituais e metodológicas . Annablume Editora, 2022.
Meio Ambiente, Economia e Sociedade - 60 horas (optativo)	Elementos de economia ecológica e política. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.	MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor e mercadorias . Florianópolis: UFSC, 2001. SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza . Estudos Avançados, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 95-106, 1992. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História da Fronteira Sul - 60 horas (Obrigatório)	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth . São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 185-228. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 1992. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê, 2002. p. 35-39. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia . São Paulo: Cortez, 2007.
Direitos e cidadania - 60	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo	BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
horas (Obrigatório)	moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História da Fronteira Sul - 60 horas (Obrigatório)	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth . São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 185-228. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 1992. PESAVENTO, Sandra Jatthy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê, 2002. p. 35-39. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia . São Paulo: Cortez, 2007.
Direitos e cidadania - 60 horas (Obrigatório)	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.



8.4 Estrutura Curricular

Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Laranjeiras do Sul</i>					Atividades			Total de Horas	Pré-requisitos
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas Presenciais		TCC		
					Teórica	Extensionista	Discente orientada		
1º nível	01	CM	GEX1070	Matemática B	60			60	
	02	CM	GLA0698	Produção textual acadêmica	60			60	
	03	CM	GCS0695	Direitos e cidadania	60			60	
	04	ES	GCS0763	Introdução à economia	60			60	
	05	ES	GCS0764	História econômica geral	60			60	
Subtotal					300			300	
2º nível	06	CM	GCH1754	Introdução ao pensamento social	60			60	
	07	CM	GCH1755	História da Fronteira Sul	60			60	
	08	ES	GCS0765	Cálculo aplicado à economia	60			60	*
	09	ES	GCS0766	Microeconomia I	60			60	*
	10	ES	GCS384	Contabilidade introdutória	60			60	
Subtotal					300			300	
3º nível	11	CM	GEX1068	Estatística básica	60			60	
	12	ES	GCS0767	Microeconomia II	60			60	09
	13	ES	GCS0768	Contabilidade social	60			60	*
	14	ES	GCS0769	História do pensamento econômico	60			60	
	15	ES	GCS0770	Introdução às políticas públicas	30			30	
	16	ES	GCS0771	Introdução à extensão universitária		30		30	
Subtotal					270	30		300	
4º nível	17	CM	GCH1753	Iniciação à prática científica	60			60	
	18	ES	GCS0772	Macroeconomia I	60			60	13



Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado <i>Campus Laranjeiras do Sul</i>					Atividades			Total de Horas	Pré-requisitos
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas Presenciais		TCC		
					Teórica	Extensionista	Discente orientada		
	19	ES	GCS0773	Econometria I	60			60	11
	20	ES	GCS0774	Formação econômica do Brasil	60			60	
	21	ES	GCS649	Economia política	60			60	
Subtotal					300			300	
5º nível	22	ES	GCS0776	Técnicas de pesquisa em economia	60			60	04 e 17 *
	23	ES	GCS0777	Macroeconomia II	60			60	18
	24	ES	GCS0778	Econometria II	60			60	19
	25	ES	GCS0779	Economia brasileira I	60			60	20
	26	ES	GCS0780	Microeconomia III	30			30	12
	27	CX	GCS0714	Inovação e empreendedorismo	30			30	
Subtotal					300			300	
6º nível	28	ES	GCS0782	Desenvolvimento econômico	60			60	*
	29	ES	GCS0783	Economia do setor público	60			60	*
	30	ES	GCS0784	Análise econômica de investimentos	60			60	*
	31	ES	GCS0785	Economia brasileira II	60			60	25
	32	ES	GCS0786	Trabalho de conclusão de curso I			60	60	22
	33	ES	GCH2076	Extensão I		90		90	*
Subtotal					240	90	60	390	
7º nível	34	ES	GCS0787	Desenvolvimento regional I	60			60	
	35	ES	GCS0788	Economia e meio ambiente	60			60	*
	36	ES	GCS0789	Economia internacional	60			60	*
	37	ES	GCS0719	Finanças empresariais	30			30	*



Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul					Atividades			Total de Horas	Pré-requisitos
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas Presenciais		TCC		
					Teórica	Extensionista	Discente orientada		
	38	CX	GCS0744	Responsabilidade socioambiental	30			30	
	39	ES	GCS0790	Trabalho de conclusão de curso II			90	90	32*
	40	ES	GCH2077	Extensão II		90		90	33
Subtotal					240	90	90	420	
8º nível	41	ES	GCS791	Desenvolvimento regional II	60			60	34
	42	ES	GCS792	Economia e política agrícola	60			60	*
	43	ES	GCS793	Economia e política monetária	60			60	18
	44	ES	GCS794	Macroeconomia III	30			30	23
	45	ES	GCS795	Orçamento e finanças públicas	30			30	*
	46	ES	GCS796	Trabalho de conclusão de curso III			90	90	39
	47	ES	GCH2078	Extensão III		90		90	40
Subtotal					240	90	90	420	
9º nível	48			Optativa I	60			60	
	49			Optativa II	60			60	
	50			Optativa III	30			30	
	51			Optativa IV	30			30	
Subtotal					180			180	
Subtotal geral					2370	300	240	2910	
Atividades autônomas								90	
Total Geral								3000	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico.

(Estrutura curricular alterada conforme Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)

* Pré-requisitos alterados pela RESOLUÇÃO Nº 07/CCEE-LS/UFFS/2026



8.4.1. Componentes curriculares optativos do curso

Nº	Código	Componente Curricular	Aulas Presenciais – Teóricas
			Total de Horas
53	GCS0722	Administração da produção I	60
54	GCS056	Administração e análise de projetos	60
55	GCA440	Agroecologia	30
56	GCS401	Autogestão e processos participativos	30
57	GCS388	Contabilidade cooperativa	30
58	GCS0748	Custos industriais	30
59	GCS409	Desenvolvimento rural	60
60	GCS104	Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola	60
61	GCS130	Economia da cooperação	60
62	GCS797	Economia da regulação	60
63	GCS418	Economia paranaense	30
64	GCS422	Economia regional e econometria espacial	60
65	GCH1635	Estado e políticas públicas	60
66	GCS387	Evolução do pensamento marxista	30
67	GCS383	Funções administrativas	30
68	GCS798	Geografia econômica	60
69	GCS0713	Gestão de custos e orçamento empresarial	60
70	GCS380	Gestão estratégica	60
71	GCS399	Gestão mercadológica	60
72	GCS372	Introdução à ciência política	60
73	GLA210	Língua brasileira de sinais (Libras)	60
74	GCS0694	Meio ambiente, economia e sociedade	60
75	GCS416	Mercado de capitais e derivativos	60
76	GCS799	Microeconomia aplicada	30
77	GCS429	Organização de cadeias agroindustriais	60
78	GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	60
79	GCS415	Processos logísticos	60
80	GCS073	Teoria cooperativista	60
81	GCS414	Teorias da administração	60
82	GCS423	Tópicos especiais em econometria	60
83	GCS800	Tópicos especiais I	60
84	GCS801	Tópicos especiais II	60
85	GCS802	Tópicos especiais III	60
86	GCS803	Tópicos especiais IV	60
87	GCS804	Tópicos especiais V	30
88	GCS805	Tópicos especiais VI	30
89	GCS806	Tópicos especiais VII	30
90	GCS807	Tópicos especiais VIII	30



8.5 Resumo de carga horária por modalidade

Modalidade	Carga horária (horas)
Componentes curriculares obrigatórios	2490
Componentes curriculares optativos	180
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	240
Atividades Autônomas	90
Total	3000

Quadro 9: Resumo de carga horária do curso de Ciências Econômicas por modalidade

8.6 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)



Curso de Graduação em Ciências Econômicas – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul								
1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	5ª Fase	6ª Fase	7ª Fase	8ª Fase	9ª Fase
Matemática B - 60 horas	Introdução ao pensamento social - 60 horas	Estatística básica - 60 horas	Iniciação à prática científica - 60 horas	Técnicas de pesquisa em economia - 60 horas	Desenvolvimento econômico - 60 horas	Desenvolvimento regional I - 60 horas	Desenvolvimento regional II - 60 horas	Optativa I - 60 horas
Produção textual acadêmica - 60 horas	História da Fronteira Sul - 60 horas	Microeconomia II - 60 horas	Macroeconomia I - 60 horas	Macroeconomia II - 60 horas	Economia do setor público - 60 horas	Economia e meio ambiente - 60 horas	Economia e política agrícola - 60 horas	Optativa II - 60 horas
Direitos e cidadania - 60 horas	Cálculo aplicado à economia - 60 horas	Contabilidade social - 60 horas	Econometria I - 60 horas	Econometria II - 60 horas	Análise econômica de investimentos - 60 horas	Economia internacional - 60 horas	Economia e política monetária - 60 horas	Optativa III - 30 horas
Introdução à economia - 60 horas	Microeconomia I - 60 horas	História do pensamento econômico - 60 horas	Formação econômica do Brasil - 60 horas	Economia brasileira I - 60 horas	Economia brasileira II - 60 horas	Finanças empresariais - 30 horas	Macroeconomia III - 30 horas	Optativa IV - 30 horas
						Responsabilidade socioambiental - 30 horas	Orçamento e finanças públicas - 30 horas	
História econômica geral - 60 horas	Contabilidade introdutória - 60 horas	Introdução às políticas públicas - 30 horas	Economia política - 60 horas	Microeconomia III - 30 horas	Trabalho de conclusão de curso I - 60 horas	Trabalho de conclusão de curso II - 90 horas	Trabalho de conclusão de curso III - 90 horas	
		Introdução à extensão universitária - 30 horas		Inovação e empreendedorismo - 30 horas				
					Extensão I - 90 horas	Extensão II - 90 horas	Extensão III - 90 horas	
Atividades Curriculares Complementares (ACCs) - 90 horas								
Legenda:	Domínio comum	Domínio conexo	Domínio específico	Trabalho de conclusão de curso (TCC)	CCRs de extensão	CCRs Optativos		



8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura curricular do curso:

8.7.1 Atividade Autônomas (Normatização no ANEXO I)

Os acadêmicos de Ciências Econômicas deverão cursar, no decorrer do período do curso, 90 (noventa) horas de Atividades Autônomas. Essas atividades deverão atender ao que está descrito no Anexo I.

8.7.2 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO II)

Para o acadêmico concluir o curso de Ciências Econômicas é necessária a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC). As orientações sobre essa atividade estão apresentadas e detalhadas no Anexo II.

8.7.3 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo (ANEXO III)

As atividades de extensão e de cultura no currículo do Curso de Ciências Econômicas seguem as normativas da Resolução nº 7/2018 CNE/CES e Diretrizes para inserção de atividades de extensão e cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS (Resolução nº 23/CONSUNI/PPGEC/2019).

A inserção de atividades de extensão e de cultura deve assegurar o percentual mínimo de 10% da carga horária exigida para a integralização curricular, o que corresponde a 300h. No curso de Ciências Econômicas, a carga horária que o aluno deve cumprir de extensão estarão distribuídas em quatro Componentes Curriculares de caráter unicamente extensionista.

Modalidade	Carga horária (horas)
Introdução à extensão universitária	30
Extensão I	90
Extensão II	90
Extensão III	90
Total	300

Quadro 10: CCRs extensionistas ofertados pelo curso.

(Quadro alterado pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)

As atividades de inserção da Extensão e de Cultura no currículo deverão atender ao que está descrito no Anexo III.



8.8 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

8.8.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura curricular (Domínios: Comum, Conexo, Específico)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1070	MATEMÁTICA B	60
EMENTA		
Operações com números reais. Equação de 1º e 2º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Equação exponencial e logarítmica. Juro composto. Função: constante, polinomial de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica. Noções de geometria. Noções de trigonometria.		
OBJETIVO		
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções em situações concretas relacionadas à vida do cidadão e do curso. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEMANA, D. F. et al. Pré-Cálculo. São Paulo: Addison Wesley, 2009. DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v. _____. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial. 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2005. 10 v. DORING, C. I.; DORING, L. R. Pré-cálculo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v. IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v. _____. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial. São Paulo: Atual, 2004. 11 v. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 3 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, H. Cálculo. 8. ed. São Paulo: Bookman, 2007. 1 v. BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana. Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática). CARVALHO, P. C. P. Introdução à Geometria Espacial. Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática). FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. 1 v. LIMA, E. L. Medida e forma em geometria. Rio de Janeiro: SBM, 2009. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio. 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 2 v. (Coleção do Professor de Matemática). _____. A matemática do Ensino Médio. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática). MEDEIROS, V. Z. et al. Pré-Cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0698	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009. _____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0695	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais. Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado. 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo. Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica. Campinas, SP: Papirus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINE, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0763	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60
EMENTA		
Definição e objeto da economia. Economia: ciência, técnica e ideologia. Evolução das ideias econômicas. A organização da atividade econômica. As forças de mercado da oferta e da demanda. Introdução aos agregados macroeconômicos. Os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. A questão ambiental. O profissional economista.		
OBJETIVO		
Introduzir ao acadêmico de Ciências Econômicas os elementos fundamentais do estudo da economia para a correta compreensão dos principais conceitos básicos da Ciência Econômica e da função e papel do economista na sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, c2015. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2009. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro . 6. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2016. MAY, Peter Herman (org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática . Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SALVATORE, Dominick. Introdução à economia internacional . Rio de Janeiro, RJ: LTC, c2007. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico . 6. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2012. VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. Fundamentos de economia . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0764	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	60
EMENTA		
Primeiros sistemas econômicos. Economias agrícolas e comerciais. Feudalismo. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução industrial. Imperialismo. Segunda Guerra Mundial. Sistema Bretton Woods. Guerra Fria. A crise das economias socialistas e o fim da URSS. A “Globalização” e o “Consenso de Washington” na década de 1990. Os desdobramentos do “11 de Setembro de 2001”, da “crise de 2008” e da “pandemia de Covid 19” para a economia mundial.		
OBJETIVO		
Compreender as transformações na história da humanidade com base nos aspectos econômicos e as suas consequências sobre a forma de organização dos sistemas sociais e econômicos até a atualidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: 1789-1848 . 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. HOBSBAWM, E. J. A era do capital: 1848-1875 . 2. ed., rev. São Paulo: Paz e Terra, 2012. HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991 . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História econômica geral . 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1992. SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. História econômica geral . São Paulo, SP: Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo . Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. HOBSBAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011. HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem . 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1754	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (org.). Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia. São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1755	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker. São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento. São Paulo: Unesp, 2010. SILVA, Marcos A. da (Org.). República em migalhas: História Regional e Local. São		



Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990. TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980). Porto Alegre: EST, 2007. _____. Conflitos no norte gaúcho (1980-2008). Porto Alegre: EST, 2008. TOTA, Antônio Pedro. Contestado: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90. WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.	
Número de unidades de avaliação	02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0765	CÁLCULO APLICADO À ECONOMIA	60
EMENTA		
Derivada de funções de uma variável. Regras básicas de derivação e regra da cadeia. Aplicações da derivada. Otimização de funções de uma variável. Introdução às funções de duas variáveis. Derivadas parciais de primeira e segunda ordens. Aplicações das derivadas parciais. Conceitos básicos de integral.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento de ferramentas quantitativas necessárias para o uso em futuros componentes curriculares específicos do curso de Ciências Econômicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. São Paulo: Artmed, 2007. CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. JACQUES, Ian. Matemática para economia e administração . 6. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2011. SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas . São Paulo: Bookman, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. MORETTIN, Pedro Alberto; HAZZAN, Samuel; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Introdução ao cálculo : para administração, economia e contabilidade. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0766	MICROECONOMIA I	60
EMENTA		
Oferta, demanda e equilíbrio de mercado. Elasticidades. Teoria do consumidor. Demanda individual e demanda de mercado. Teoria da produção. Teoria dos custos de produção. Maximização de lucros e oferta competitiva.		
OBJETIVO		
Apresentar o núcleo da teoria microeconômica, analisando os modelos teóricos que fundamentam os comportamentos do consumidor e do produtor.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAYE, Michael R. Economia de empresas e estratégias de negócios . 6. Porto Alegre Artmed, 2010. (Minha Biblioteca). MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009. MCGUIGAN, James R.; MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas . São Paulo: Cengage Learning, 2008. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . Rio de Janeiro: Campus, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia . 6. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2012. TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN MORCILLO, Francisco. Introdução à economia . São Paulo: Makron Books, 1999. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS384	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	60
EMENTA		
Contabilidade: conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Resultado do econômico e financeiro. Relatórios para usuários internos e externos. Estrutura e análise das demonstrações financeiras.		
OBJETIVO		
Aprender os conceitos básicos da contabilidade, incluindo princípios, demonstrações e análises contábeis, para avaliar a evolução da organização de acordo com o enfoque contábil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços : abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços : método prático. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KOBORI, José. Análise fundamentalista : como obter uma performance superior e consistente no mercado de ações. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. (Minha Biblioteca). NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica . 16. ed. São Paulo: Frase, 2013. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1068	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística. 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem. São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia. São Paulo: DIFEL, 1981. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedrosa de. Noções de Probabilidade e Estatística. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante. 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012. SPIEGEL, M. R. Estatística. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0767	MICROECONOMIA II	60
EMENTA		
Estruturas de mercado. Mercados perfeitamente competitivos. Monopólio e poder de monopólio. Poder de mercado e precificação. Concorrência monopolística. Modelos clássicos de oligopólio. Introdução à teoria dos jogos.		
OBJETIVO		
Apresentar os modelos básicos de estrutura de mercado e de competição em equilíbrio parcial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAYE, Michael R. Economia de empresas e estratégias de negócios . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. (Minha Biblioteca).		
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia . 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
MCGUIGAN, James R.; MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de. Economia de empresas : aplicações, estratégias e táticas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.		
VARIAN, Hal R. Microeconomia : princípios básicos, uma abordagem moderna. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KRUGMAN, Paul R.; WELLS, Robin. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007.		
PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia . 6. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia : micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0768	CONTABILIDADE SOCIAL	60
EMENTA		
Contas Nacionais. Contas Nacionais e Macroeconomia. Balanço de Pagamentos. Matriz Insumo produto. Deflatores e Números Índices. Indicadores Sociais e Ambientais. Problemas de Mensuração.		
OBJETIVO		
Apresentar a finalidade e as ferramentas para contabilização das Contas Nacionais e do Balanço de Pagamentos, introduzindo os conceitos das variáveis macroeconômicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FEIJÓ, Carmen Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (org.). Contabilidade social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil. 5. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca).		
LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bombique. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.		
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0769	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	60
EMENTA		
As primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico. Mercantilismo. Fisiocratas. Escola Clássica. Ascensão do pensamento socialista. Socialismo marxista. Escola neoclássica. Escola institucionalista. Escola keynesiana. Teorias do crescimento e desenvolvimento econômico. Escola de Chicago – novo classicismo.		
OBJETIVO		
Demonstrar a trajetória do pensamento econômico desde as primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico com base no objeto e no método de análise empregado pelas escolas clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, Schumpeteriana, monetarista e dos novos clássicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . São Paulo: Hemus, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. GALBRAITH, John Kenneth. O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica . São Paulo: Pioneira, 1989. KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo, SP: Saraiva, 2013. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital . 33. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018. 2 v. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro segundo: o processo de circulação do capital . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016. v. 3. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro terceiro: o processo global de produção capitalista . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015. 3 v. NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx . 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0770	INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	30
EMENTA		
Política pública. Atores e recursos políticos. Círculo político: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. Participação e controle social das políticas públicas.		
OBJETIVO		
Apresentar conceitos introdutórios e uma visão geral sobre o funcionamento das políticas públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAPELLA, Ana Cláudia. Formulação de políticas . Brasília, DF: Enap, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%Adticas%20p%C3%Bablicas.pdf . Acesso em 26 out. 2023. CHRISPINO, Alvaro. Introdução ao estudo das políticas públicas : uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016. DIAS, Reinaldo. Políticas públicas : princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. (Minha Biblioteca). SECCHI, Leonardo. Políticas públicas : conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. (Minha Biblioteca). WU, Xun <i>et al.</i> Guia de políticas públicas : gerenciando processos. Brasília, DF: Enap, 2014. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%adticas%20P%C3%bablicas%20Gerenciando%20Processos.pdf . Acesso em 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Presidência da República. Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex ante. Brasília, DF: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao_de_politicas_publicas_guia_pratico_de_analise_%20ex_ante.pdf . Acesso em 26 out. 2023. BRASIL. Presidência da República. Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex post. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. v. 2. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853 . Acesso em: 26 out. 2023. SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas : diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0771	INTRODUÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	30
EMENTA		
Conceito de extensão universitária e sua indissociabilidade do ensino e pesquisa. Política e Regulamento de extensão da UFFS. A extensão no curso de Ciências Econômicas. Participação nas ações de extensão do curso e da UFFS já existentes.		
OBJETIVO		
Introduzir o acadêmico aos principais conceitos e diretrizes da extensão universitária, enfatizando o significado da extensão em uma perspectiva articuladora com o ensino e a pesquisa e os potenciais impactos da extensão na sociedade, bem como na formação acadêmico-profissional e cidadã dos acadêmicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 04, de 25 de abril de 2017. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004 . Acesso em: 26 out. 2023. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 23, de 13 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023 . Acesso em: 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas: Ed. Unifal, 2017. v. 1. REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades: volume 2. Alfenas: Ed. Unifal, 2020. v. 2. SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da extensão universitária. 2. ed., rev. Campinas: Alínea, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1753	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica: origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica. Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico: teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea. São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0772	MACROECONOMIA I	60
EMENTA		
Conceitos básicos: moeda, inflação, desemprego, renda, políticas econômicas. Modelo clássico. A crítica de Keynes. Modelos macroeconômicos dos Manuais: IS-LM – síntese neoclássica e OA-DA.		
OBJETIVO		
Introduzir as teorias clássicas e keynesianas, bases da teoria macroeconômica, além de mostrar como funcionam as políticas econômicas adotadas pelos governos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FROYEN, Richard T. Macroeconomia : teorias e aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo, SP: Saraiva, 2013. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de macroeconomia : nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Keynes e os pós Keynesianos : princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020. LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João (org.). Macroeconomia do emprego e da renda : Keynes e o Keynesianismo. São Paulo: Manole, 2003. (Minha Biblioteca). MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. OREIRO, José Luis da Costa. Macroeconomia do desenvolvimento : uma perspectiva Keynesiana. São Paulo: LTC, 2016. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0773	ECONOMETRIA I	60
EMENTA		
Análise de Correlação Populacional e Amostral. Análise de Regressão Populacional e amostral. Estimativas dos coeficientes de regressão. Inferência estatística dos estimadores. Modelo de regressão linear simples e múltiplo. Extensões dos modelos de regressão.		
OBJETIVO		
O objetivo da disciplina é desenvolver os conceitos principais da estatística para análise de dados socioeconômicos e, ainda, apresentar a análise de regressão como introdução ao estudo da econometria.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica . 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. HOFFMANN, Rodolfo. Estatística para economistas . 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2006. SARTORIS, Alexandre. Estatística e introdução à econometria . 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. Econometria . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas Arthur; ANDERSON, David Ray. Estatística aplicada à administração e economia . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0774	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	60
EMENTA		
O debate em torno da herança colonial: grandes interpretações sobre a formação econômica brasileira (1500-1808). Os fundamentos da ocupação territorial e econômica e o sentido do povoamento. Formação do Estado Nacional (1750-1822). Os sistemas sócio-produtivos e os ciclos econômicos da produção escravista: produção açucareira, agricultura de subsistência, pecuária e mineração. Ascensão do sistema econômico-produtivo cafeeiro. A formação do capital industrial (1888-1930).		
OBJETIVO		
Possibilitar aos acadêmicos a compreensão do processo histórico de formação econômica, social e política do Brasil, relacionando este processo com a constituição da economia brasileira na atualidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil . São Paulo: Saraiva, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus, 1990. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1945. REGO, José Marcio <i>et al.</i> Economia brasileira . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS649	ECONOMIA POLITICA	60
EMENTA		
As origens da economia política clássica. Os fisiocratas e a noção de excedente econômico. Smith e a ideia de ordem natural. Smith: teoria do valor e divisão do trabalho. Ricardo: teoria do valor e da distribuição. Marx: valor, dinheiro e valorização. Processo de trabalho e valorização em Marx. Reprodução simples e acumulação de capital em Marx. Marx e a lei geral da acumulação capitalista.		
OBJETIVO		
Estudar a economia política clássica para entender de forma mais aprofundada as relações de produção entre as mais diversas classes sociais que permeiam o ambiente institucional desde a queda do feudalismo até a crítica da economia clássica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GASTALDI, J. Petrelli. Elementos da economia política . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MARX, Karl. O Capital : crítica da economia política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015. 6 v. RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação . São Paulo: Abril Cultural, 1982. SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . [São Paulo]: Hemus, [c2008].		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2016. DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . Rio de Janeiro: Campus, 2005. PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; 1). SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política . 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2015.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0776	TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA	60
EMENTA		
Métodos científicos. A pesquisa econômica. Elaboração de projetos de pesquisa. Coleta e análise de dados.		
OBJETIVO		
Capacitar e instrumentalizar os acadêmicos para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual propiciará a conclusão do curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas . 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca).		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.		
ZAMBERLAN, Luciano et al. Pesquisa em ciências sociais aplicadas . Ijuí: Unijuí, 2016. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2011.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0777	MACROECONOMIA II	60
EMENTA		
Inflação e desemprego: as várias versões da curva de Phillips. Microfundamentos da macroeconomia (novos keynesianos, novos clássicos, teoria dos ciclos e a nova síntese neoclássica). Equivalência Ricardiana e a Curva de Laffer. Consumo, Poupança e Investimento: Modelo de Escolha Intertemporal de Fischer, Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani, Teoria da Renda Permanente e Q de Tobin.		
OBJETIVO		
Apresentar aos acadêmicos os microfundamentos da macroeconomia por meio das diversas correntes teóricas de pensamento, incluindo as diferentes teorias acerca da relação entre consumo, poupança e investimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018. FROYEN, Richard T. Macroeconomia : teorias e aplicações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de macroeconomia : nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. OREIRO, José Luis da Costa. Macroeconomia do desenvolvimento : uma perspectiva Keynesiana. São Paulo: LTC, 2016. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0778	ECONOMETRIA II	60
EMENTA		
Modelos de regressão de variáveis binárias. Multicolinearidade. Heterocedasticidade. Autocorrelação. Modelagem econométrica.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento básico sobre modelos econométricos, incluindo sua formulação, estimação e inferência estatística, bem como os problemas usuais dessa prática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica . Porto Alegre: AMGH, 2011.		
GUJARATI, Damodar. Econometria : princípios, teoria e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)		
MYNBAEV, K. T.; LEMOS, Alan. Manual de econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004.		
PEREDA, Paula Carvalho. Econometria aplicada . Rio de Janeiro: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca).		
SARTORIS, Alexandre. Estatística e introdução à econometria . 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E; JUDGE, George G. Econometria . 3. ed. São Paulo: SARAIVA, 2010.		
STOCK, James H.; WATSON, Mark W. Econometria . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.		
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria : uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0779	ECONOMIA BRASILEIRA I	60
EMENTA		
A economia brasileira no período 1930-1945. O Estado desenvolvimentista. A economia no período pós II guerra: debate sobre industrialização e estabilização, substituição de importações, relações internacionais, mudanças e problemas estruturais. O período do regime militar. Crise internacional e a resposta brasileira nos anos 70. Brasil na década de 1980: crise externa, políticas econômicas de ajuste e planos de estabilização.		
OBJETIVO		
Conhecer a evolução da economia brasileira, considerando as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930. Analisar os principais limites e potencialidades do processo de industrialização e crescimento econômico e como estes conformaram a economia nacional no período de 1930 até o final de 1980.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIAMBIAGI, Fabio <i>et al.</i> Economia brasileira contemporânea: [(1945-2015)] . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.		
GREMAUD, Amaury Patrick.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
REGO, José Marcio <i>et al.</i> Economia brasileira . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus, 1990.		
CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva Histórica . São Paulo: UNESP, 2004.		
FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.		
PIRES, Marcos Cordeiro (coord.). Economia brasileira: da colônia ao governo Lula . São Paulo, SP: Saraiva, 2010.		
SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. Economia brasileira: da Primeira República ao Governo Lula . Rio de Janeiro: GEN: Método, 2014. (Minha Biblioteca).		
SOUZA, Nilson Araújo de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula . São Paulo: Atlas, 2007.		
SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento . 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0780	MICROECONOMIA III	30
EMENTA		
Firma, suas funções e características. Dinâmica e conduta competitiva. Inovação e processo competitivo. Redes de empresas. Sistemas de inovação. Política industrial.		
OBJETIVO		
Estudar o funcionamento dos mercados e o comportamento das empresas em condições de concorrência imperfeita, incluindo o papel do Estado no estímulo às empresas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIOVANNI, Dosi. Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores. Campinas: Unicamp, 2006. KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. NELSON, Richard R. As fontes do crescimento econômico. Campinas: Unicamp, 2006. PENROSE, Edith. A teoria do crescimento da firma. Campinas: Unicamp, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BESANKO, D. A economia da estratégia. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. A economia da inovação industrial. Campinas: Unicamp, 2008. Possível substituir pelo acervo 5079644? DI SERIO, Luiz Carlos. Estratégia e competitividade empresarial: inovação e criação de valor. São Paulo: Saraiva, 2009. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0714	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	30
EMENTA		
Empreendedorismo inovador. Causas da inovação e tipos de inovação. Dinâmica de geração e de difusão da tecnologia. Risco e incerteza. Processo empreendedor. Oportunidades empreendedoras. Competências empreendedoras. Modelo de negócios. Ecossistema empreendedor.		
OBJETIVO		
Apresentar os fundamentos teóricos do empreendedorismo e da inovação, bem como possibilitar aos estudantes compreender a relevância do empreendedorismo inovador como elemento central da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARON, Robert A.; SHANE, S. A. Empreendedorismo: uma visão do processo . São Paulo: Cengage Learning, 2006. (Minha Biblioteca). BESSANT, J.; TIDD, Joseph. Inovação e empreendedorismo . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico . São Paulo: Nova Cultural, c1997.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c1986. FREEMAN, C. A economia da inovação industrial . Campinas: Unicamp, 2008. GIMENEZ, F. A. P.; STEFENON, R.; IGNACIO JUNIOR, E. Ecossistemas empreendedores: o que são e para que servem? . Curitiba: PUCPress, 2022. KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante . Rio de Janeiro: Sextante, 2019. MEIRA, Sílvio L. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2011. ROSENBERG, N. Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia . Campinas: Unicamp, 2006. ULIEN, Pierre-André. Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento . São Paulo: Saraiva, c2010.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0782	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	60
EMENTA		
A problemática do desenvolvimento econômico. Teorias do desenvolvimento. A CEPAL e o estruturalismo latino-americano. Comércio internacional e desenvolvimento. Ciência, tecnologia e desenvolvimento. Padrões estruturais do subdesenvolvimento. Distribuição de renda e desigualdade. Estratégias do desenvolvimento econômico. O papel do Estado no desenvolvimento.		
OBJETIVO		
Apresentar as principais elaborações teóricas sobre desenvolvimento econômico em suas versões originais e atuais, incluindo a análise do subdesenvolvimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009. JONES, Charles I.; VOLLARTH, Dietrich. Introdução à teoria do crescimento econômico . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. NELSON, Richard R. As fontes do crescimento econômico . Campinas: Unicamp, 2006. NORTH, Douglas C. Instituições, mudança institucional e desempenho econômico . São Paulo: Três Estrelas, 2018. REINERT, Erik S. Como os países ricos ficaram ricos... e por que os países pobres continuam pobres . Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico . São Paulo: Nova Cultural, c1997.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica . São Paulo: UNESP, 2004. FREEMAN, Christopher. A economia da inovação industrial . Campinas: Unicamp, 2008. KALECKI, Michal. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista . São Paulo: Nova Cultural, c1977. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. VELOSO, Fernando <i>et al.</i> (org.). Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira . Rio de Janeiro: Atlas, 2012. (Minha Biblioteca). WILKINSON, Richard G.; PICKETT, Kate. O nível: porque uma sociedade mais igualitária é melhor para todos . Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0783	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	60
EMENTA		
O Estado e as funções do setor público. Fundamentos da economia do bem-estar: eficiência de mercado, falhas de mercado, eficiência e equidade. Fundamentos da teoria da regulação. Tributação e gastos públicos. Déficit e dívida pública. O setor público no Brasil.		
OBJETIVO		
Apresentar os fundamentos básicos que justificam a existência e funcionamento do setor público, enfatizando os potenciais efeitos das atividades do governo sobre a economia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BIDERMANN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto (org.). Economia do setor público no Brasil . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 7 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2016. ROSEN, Haevey S.; GAYER, Ted. Finanças públicas . 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GAMEIRO, António Ribeiro. Finanças públicas . São Paulo: Almedina, 2018. KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2002. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas . 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de defesa da concorrência: política, sistema e legislação antitruste brasileira . São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca). MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado . São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0784	ANÁLISE ECONÔMICA DE INVESTIMENTOS	60
EMENTA		
Instrumentos de matemática financeiras orientadas à avaliação de projetos de investimento. Tipos de projetos de investimento na empresa. Métodos de avaliação de projetos de investimento: VPL, TIR, Payback e outros. Fluxo de caixa e outras estimativas relevantes do projeto. Análise de risco.		
OBJETIVO		
Capacitar os alunos a entenderem a lógica das decisões de investimento na empresa em suas múltiplas dimensões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos : aplicação em empresas modernas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		
CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos : matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1994.		
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira : aplicações à análise de investimentos. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.		
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira : juros, capitalização, descontos e séries de pagamentos; operações realizadas no Sistema Financeiro Brasileiro; utilização de minicalculadoras financeiras. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira : com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira : objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo, SP: Elsevier, 2011.		
VERAS, Lília Ladeira. Matemática financeira : uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0785	ECONOMIA BRASILEIRA II	60
EMENTA		
A crise da dívida externa e a transição para um novo modelo de crescimento. Reformas liberalizantes, Plano Real e a formação nacional. Desindustrialização e reprimarização. A economia política dos governos do século XXI. As reconfigurações do mundo do trabalho e o papel das políticas sociais.		
OBJETIVO		
Examinar a nova dinâmica da economia brasileira a partir da globalização e a implementação do modelo neoliberal nos anos 1990.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (org.). Para além da política econômica . São Paulo: UNESP, 2018. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/para-alem-da-politica-economica.pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		
CARNEIRO, Ricardo. A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula . São Paulo: UNESP, 2006. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/A-supremacia-dos-mercados-e-a-politica-economica-do-Governo-Lula.pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		
CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise : a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, 2002.		
CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. A economia brasileira em marcha forçada . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.		
CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores públicos e privado na crise dos anos oitenta. Nova Economia , Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 121-144 1995. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232 . Acesso em: 27 out. 2023.		
SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Crônica de uma crise anunciada : crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2015.		
BELLUZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil : ensaios sobre a crise. Campinas: UNICAMP, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desenvolvimento_Capitalista_Brasil_livro9.pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		
GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer.; CASTRO, Lavinia Barros de. Economia brasileira contemporânea : (1945/2015). Rio de Janeiro: Elsevier, c2016.		
HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil . Rio de Janeiro: IPEA, 2000.		
LANZANA, Antonio E. T. Economia brasileira : fundamentos e atualidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio (org.). Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil . São Paulo: Unesp, 2002.		
LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro (org.). Caminhos da política fiscal do Brasil . São Paulo: UNESP, 2013.		
REGO, José Marcio <i>et al.</i> Economia brasileira . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
SADER, Emir (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil : Lula e Dilma. São		



Paulo: Boitempo, 2013.
SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

Número de unidades de avaliação	
---------------------------------	--



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0786	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60
EMENTA		
Elaboração da introdução: contextualização do problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativa. Elaboração da revisão de literatura.		
OBJETIVO		
Delinear o projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
COSTA, Sergio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação. São Paulo: HARBRA, 2001.		
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010.		
REY, Luís. Planejar e redigir trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2076	EXTENSÃO I	90
EMENTA		
Planejamento e metodologias aplicadas em extensão universitária. Desenvolvimento de projetos e ações de extensão com foco no tema central objeto do economista.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a vivência e experiência em contextos extensionistas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 04, de 25 de abril de 2017. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004 . Acesso em: 26 out. 2023.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 23, de 13 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023 . Acesso em: 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas: Ed. Unifal, 2017. v. 1.		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades: volume 2. Alfenas: Ed. Unifal, 2020. v. 2.		
Número de unidades de avaliação		

(Componente incluído pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0787	DESENVOLVIMENTO REGIONAL I	60
EMENTA		
Desenvolvimento regional e urbano: discussão de vertentes teórica. O processo de industrialização, a conformação das desigualdades regionais e a problemática urbana. As políticas de desenvolvimento regional no período de 1950-1980. Crise, neoliberalismo e o novo caráter da problemática regional. A problemática do desenvolvimento nas mesorregiões brasileiras e a política regional e urbana no período recente.		
OBJETIVO		
Oportunizar aos alunos a compreensão dos fundamentos teóricos do desenvolvimento regional, assim como das condicionantes dos desequilíbrios regionais durante o processo de industrialização e no período recente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Território e desenvolvimento : as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007. CANO, Wilson. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil . Campinas: Unicamp, 2011. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil . Rio de Janeiro: Vozes, 2017. VALENTE, José Augusto (org.). Infraestrutura, transportes e mobilidade territorial . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mioloValentefinal_28_01-1.pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRANDÃO, Carlos Antônio. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. Texto para Discussão , Brasília, DF, v. 2, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9090/2/TD_2460_sumex.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. CANO, Wilson. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais , São Paulo, v. 13, n. 2, 27-53, 2011. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/393/369 . Acesso em: 27 out. 2023. CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Nova Economia , Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2306/1247 . Acesso em: 27 out. 2023. GUIMARÃES NETO, Leonardo. Ciclos econômicos e desigualdades regionais no Brasil. Cadernos de Estudos Sociais , Recife, v. 14, n. 2, p. 315-342, 2011. Disponível em: https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1228/948 . Acesso em: 27 out. 2023. MAMONTEIRO NETO, Aristides. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. Boletim regional, urbano e ambiental , Brasília, DF, n. 09, p. 67-81, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5582/1/BRU_n09_desigualdades.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. MORAES, Silvio Ribeiro de; STEINBERGER, Marília. A desconcentração produtiva entre 2000 e 2015: uma nova dinâmica virtuosa? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais , São Paulo, v. 21, p. 280-297, 2019. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5829/pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		



PACHECO, Carlos Américo. **A fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp, 1998.
Disponível em:
<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Fragmentacaodanacao1.pdf>
. Acesso em: 27 out. 2023.
ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das
finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Número de unidades de avaliação	
---------------------------------	--



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0788	ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	60
EMENTA		
A abordagem da problemática ambiental na ciência econômica. O tratamento da questão ambiental nas principais escolas de pensamento. Economia Ambiental (neoclássica). Economia Ecológica. Valoração nas diferentes abordagens. Política Ambiental. Decrescimento. Mudanças Climáticas. Atualidades na questão ambiental.		
OBJETIVO		
Apresentar como as diferentes correntes da teoria econômica abordam as questões ambientais, ressaltando suas contribuições para entender a relação homem-natureza e os instrumentos utilizados pelas diferentes escolas na busca de uma economia que priorize o desenvolvimento sustentável.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Daniel Caixeta. Valoração econômico ecológica: bases conceituais e metodológicas. São Paulo: Annablume, 2022. MAY, Peter Herman (org.) Economia do meio ambiente. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. (Minha Biblioteca). SÁ BARRETO, Eduardo. O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CASTRO, Joana D'arc Bardella; Nogueira, Jorge Madeira. Valoração econômica do meio ambiente: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2019. FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. Introdução à economia do meio ambiente. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Minha Biblioteca). SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. SANTOS, Thauan; SANTOS, Luan (org.). Economia do meio ambiente e da energia: fundamentos teóricos e aplicações. Rio de Janeiro, RJ: Gen, LTC, c2018. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0789	ECONOMIA INTERNACIONAL	60
EMENTA		
Modelos de comércio internacional e suas críticas. A emergência de Bretton a Woods e a hegemonia americana após a Segunda Guerra Mundial. Processo de internacionalização produtiva e nova DIT. A crise de Bretton Woods, a expansão do capital financeiro. A crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, neoliberalismo e a retomada da hegemonia americana. Globalização, novo Sistema Monetário Internacional e o segundo ciclo de internacionalização produtiva (CGV). A emergência da China no cenário internacional. Principais tendências da economia mundial.		
OBJETIVO		
Introduzir aos alunos a compreensão dos processos mais relevantes que explicam a dinâmica da economia internacional a partir do século XX, assim como no início do século XXI, localizando os desdobramentos para as economias centrais e periféricas em ambos os momentos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. Economia internacional . 10. ed. São Paulo, SP: Pearson, c2015. CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996. COUTINHO, Renata; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Estado, sistema financeiro e forma de manifestações da crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 11-43. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desenvolvimento_Capitalista_Brasil_livro9.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização . Petrópolis: Vozes, 1997. p. 27-53.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARNEIRO, Ricardo. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. Texto para Discussão , Campinas, n. 90, 1999. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1720/texto90.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração periférica. Texto para Discussão , Campinas, v. 126, 2007. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201108311502070.CARNEIRO3.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. CONTI, Burno Martarello de. Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas . Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/795753 . Acesso em: 27 out. 2023. COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. Economia e Sociedade , Campinas, v. 4, n. 1, p. 21-26, 1995. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643206/27016 . Acesso em: 27 out. 2023. EICHENGREEN, Barry J. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional . São Paulo: Editora 34, 2000. FAJNZYLBER, Fernando. La industrialización trunca de América Latina . [S.l.]: Nueva Imagen, 1983. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/items/b3e149b0-3d81-4899-847a-1eccd5e23d6f . Acesso em: 27 out. 2023.		



GONÇALVES, Reinaldo. A empresa transnacional. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (org.). **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 389-411.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Unesp, 2009.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643081/10633>. Acesso em: 27 out. 2023.

Número de unidades de avaliação	
---------------------------------	--



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0719	FINANÇAS EMPRESARIAIS	30
EMENTA		
Controles de gestão. Resultados Financeiros. Indicadores de desempenho financeiro: Ebtida; Fluxo de caixa; Projeção e análise de fluxo de caixa; Capital de Giro; Análise da Necessidade de Capital de Giro; Tesouraria. Análise Financeira aplicada.		
OBJETIVO		
Oportunizar ao acadêmico o entendimento dos principais instrumentos de análise e gestão econômica e financeira, aplicados a gestão interna das organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca).		
BRUNER, Robert F. Estudos de casos em finanças . 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. (Minha Biblioteca).		
MATIAS, Alberto B. Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro . São Paulo: Atlas, 2007. v. 1. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FREZATTI, Fábio. Gestão do fluxo de caixa: perspectivas estratégica e tática . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca).		
FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
MANZATTI, Rubens. Controladoria contábil, financeira e tributária na pequena empresa . São Paulo: Trevisan, 2015. (Minha Biblioteca).		
PITIÁ, Maria da Graça. Controladoria na gestão . São Paulo: Saraiva, 2011. (Minha Biblioteca).		
ROSSETTI, José Paschoal. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Minha Biblioteca).		
SÁ, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa: a visão da tesouraria e da controladoria . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
SILVA, Edson Cordeiro da. Governança corporativa nas empresas . 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0744	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	30
EMENTA		
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.		
OBJETIVO		
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Josimar Ribeiro de <i>et al.</i> Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. LIMA, Magda Aparecida de. Emissão de gases de efeito estufa provenientes da queima de resíduos agrícola no Brasil. Jaguariúna: EMBRAPA, 1999. REIS, L. F. S. D. <i>et al.</i> Gestão ambiental em pequenas e médias empresas. [S.l.]: Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
JACOBI, Pedro Roberto (org.). Ciência ambiental: os desafios da interdisciplinariedade. 2. ed. São Paulo: Annblame, 2009. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília, DF: IBAMA, 1995. PAULI, Gunter. Upsizing: como gerar mais renda, criar mais postos de trabalho e eliminar a poluição. Porto Alegre: Fundação Zeri, 1999. VARGAS, Heliana Comin; RIBEIRO, Helena (org.). Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: Edusp, 2001.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0790	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	90
EMENTA		
Metodologia: elaboração do percurso metodológica da pesquisa. Coleta, tratamento e análise dos dados.		
OBJETIVO		
Apresentar o projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC), incluindo os resultados preliminares obtidos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
COSTA, Sergio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação. São Paulo: HARBRA, 2001.		
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010.		
REY, Luís. Planejar e redigir trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2077	EXTENSÃO II	90
EMENTA		
Planejamento e metodologias aplicadas em extensão universitária. Desenvolvimento de projetos e ações de extensão com foco no tema central objeto do economista.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a vivência e experiência em contextos extensionistas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 04, de 25 de abril de 2017. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004 . Acesso em: 26 out. 2023.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 23, de 13 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023 . Acesso em: 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas: Ed. Unifal, 2017. v. 1.		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades: volume 2. Alfenas: Ed. Unifal, 2020. v. 2.		
Número de unidades de avaliação		

(Componente incluído pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS791	DESENVOLVIMENTO REGIONAL II	60
EMENTA		
Conceituação de desenvolvimento econômico, planejamento governamental, políticas públicas e política regional. As disparidades regionais no Brasil: caracterização do problema, fatores causais e políticas compensatórias. Principais vertentes teóricas sobre a problemática do planejamento. Origem e evolução das experiências de planejamento regional e local. O papel do cooperativismo e da economia solidária no desenvolvimento regional.		
OBJETIVO		
Estudar e compreender as interfases entre o desenvolvimento brasileiro regional e o planejamento, apontando seus limites e possibilidades, assim como o papel das políticas públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DALLABRIDA, Valdir Roque. Teorias do desenvolvimento : aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2020. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento regional . São Paulo: Atlas, 2009. THEIS, Ivo; MANSUR, Cristiane (org.). Desenvolvimento regional : abordagens contemporâneas. Blumenau: EDIFURB, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, 2012. ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais : determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000. BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública : uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. FARIA, José Henrique de. Gestão participativa : relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. GAIGER, Luiz Inácio (org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GARCIA, Viviane Macedo. Consórcios públicos e desenvolvimento regional : a experiência do primeiro consórcio público de desenvolvimento regional do país. São Paulo: D'Plácido, c2016. KNOREK, Reinaldo (org.). Desenvolvimento regional em questão . Curitiba: CRV, 2016. PUTNAM, Robert D.; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. WILKINSON, Richard G.; PICKETT, Kate. O nível : porque uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS792	ECONOMIA E POLÍTICA AGRÍCOLA	60
EMENTA		
Particularidades econômicas da agricultura e a intervenção do Estado. As funções da agricultura no sistema econômico nacional. As grandes transformações da agricultura brasileira e papel do Estado. A questão agrária no Brasil e seus vínculos com o desenvolvimento nacional. Instrumentos de Política agrícola. Caracterização das políticas públicas para a agricultura no Brasil. A agricultura familiar: caracterização, funções, transformações recentes e políticas públicas. Cooperativismo na agricultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos um marco teórico e conceitual para a compreensão das particularidades da dinâmica da agricultura, e do padrão de intervenção e das grandes transformações da agricultura brasileira ao longo do século XX e nos anos recentes, assim como de seus desdobramentos para o desenvolvimento nacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BACHA, Carlos José Caetano. Economia e política agrícola no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012) . Porto Alegre: UFRGS, 2012.		
GONÇALVES NETO, Wenceslau. A ação do Estado: a agricultura nos planos de governo no Brasil. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira: 1960-1980 . São Paulo: Hucitec, 1995.		
RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, Pedro (org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas . Brasília, DF: NEAD, 2007. p. 18-52.		
SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira . 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf . Acesso em: 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil . São Paulo: UNESP, 2010. p. 81-112.		
DELGADO, Guilherme Costa. Constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura. Cadernos de Ciência & Tecnologia , Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 11-76, 1986. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9218 . Acesso em: 26 out. 2023.		
DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados , São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9829 . Acesso em: 26 out. 2023.		
DELGADO, Guilherme Costa. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. Cadernos de Ciência & Tecnologia , Brasília v. 2, n. 1, p. 79-98, 1985. Disponível em: https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9249 . Acesso em: 26 out. 2023.		
OLESKO, Gustavo Felipe. Geografia agrária . Curitiba: Dialógica, 2017.		
OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira . São Paulo: Iände, 2016. Disponível em: https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%		



C3%87%C3%83O%20pronto.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>. Acesso em: 26 out. 2023.

WAQUIL, Paulo Dabbad; SCHULTZ, Glauco; MIELE, Marcelo. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Número de unidades de avaliação	
---------------------------------	--



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS793	ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA	60
EMENTA		
Origem e funções da moeda. Demanda e oferta monetária. Teoria Monetária. A Teoria Monetária e a interação dos setores real e monetário. Política monetária. Intermediação financeira. Sistema monetário e Banco Central. Sistema financeiro brasileiro. Inflação. Crédito e bancos. Política Monetária: análise do Caso Brasileiro.		
OBJETIVO		
Possibilitar aos acadêmicos uma visão geral dos sistemas financeiro e monetário e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento destes sistemas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARVALHO, Fernando J. Cardim de <i>et al.</i> Economia monetária e financeira: teoria e política. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha Biblioteca). FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992. KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil. Revista de Economia Política , São Paulo, v. 25, n. 4, p. 323-336, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/6NdCTQyQ8Lk9tQsCkMsQ3zg/ . Acesso em: 26 out. 2023. MODENESI, André de Melo; PIMENTEL, Debora. O Banco Central ideal: meta de emprego e financiamento ao Tesouro. Texto para Discussão 017. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2020. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_017_2020_MODENESI_PIMENTEL.pdf . Acesso em: 26 out. 2023. MODENESI, André de Melo. Regimes monetários: teoria e a experiência do real. Santana de Parnaíba: Manole, 2005. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS794	MACROECONOMIA III	30
EMENTA		
Instrumentos Macroeconômicos no contexto de uma economia globalizada. Modelos Macroeconômicos Pós Keynesianos. A Visão de Kalecki. A Hipótese da Instabilidade Financeira de Minsky.		
OBJETIVO		
Fornecer elementos e as ferramentas para que os acadêmicos possam analisar logicamente a relação entre as principais variáveis macroeconômicas e, ao mesmo tempo, avaliar criticamente a condução da política econômica a nível nacional e sua relação com os outros países.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FROYEN, Richard T. Macroeconomia : teoria e aplicações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica : ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, c1977. KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2013. MINSKI, Hyman P. Estabilizando uma economia instável . São Paulo: Novo século, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Pearson, c2018. LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João (org.). Macroeconomia do emprego e da renda : Keynes e o Keynesianismo. São Paulo: Manole, 2003. (Minha Biblioteca). LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de macroeconomia : nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS795	ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS	30
EMENTA		
Conceitos fundamentais da teoria de finanças públicas e sobre orçamento público. Elaboração de programas, monitoramento e avaliação do PPA. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Fase legislativa do orçamento. Controle interno e controle externo. Lei de responsabilidade fiscal. Federalismo Fiscal. Finanças municipais.		
OBJETIVO		
Familiarizar os acadêmicos com os principais conceitos de orçamento público e de finanças públicas, capacitando-os a interpretar e analisar as questões referentes às finanças públicas no contexto brasileiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. Orçamento público : planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 2013. GAMEIRO, Antônio Ribeiro. Finanças públicas . São Paulo: Almedina, 2018. (Minha Biblioteca). GIAMBIAGI, Flávio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas : teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas . 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABREU, Welles Matias de; GOMES, Ricardo Corrêa. Orçamento público: análise da formulação de estratégias sob a perspectiva do planejamento emancipatório e desenvolvimentista. Revista do Serviço Público , Brasília, DF, v. 61, n. 3, p. 269-286, jul./set. 2010. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/50 . Acesso em: 27 out. 2023. CAVALCANTE, Roberto Jardim. Transparência do orçamento público brasileiro : exame dos documentos orçamentários da União e uma proposta de estrutura para o Orçamento-Cidadão. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2008. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4673/1/tema-2-1o-lugar.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. GADELHA, Sergio R. B. Introdução ao orçamento público . Brasília, DF: ENAP, 2017. GIACOMONI, James. Orçamento público . São Paulo: Atlas. 2007. (Minha Biblioteca). OLIVEIRA, Márcio L. A. Orçamento-cidadão : fundamento teórico e exercício prático. Brasília, DF: Enap, 2010. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4677/1/tema-1-2o-lugar%20_2010.pdf . Acesso em: 27 out. 2023. ROSEN, Haevey S.; GAYER, Ted. Finanças públicas . 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. SANCHES, Osvaldo M. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (ed.). Planejamento e orçamento governamental . Brasília, DF: Enap, 2007. v. 2, p.187-217. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/877/1/Colet%3%a2nea%20Planejamento%20e%20Or%3%a7amento%20-%20Temas%20e%20quest%3%b5es%20sobre%20a%20gest%3%a3o%20da%20despesa%20p%3%bablica.pdf . Acesso em: 27 out. 2023.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2078	EXTENSÃO III	90
EMENTA		
Planejamento e metodologias aplicadas em extensão universitária. Desenvolvimento de projetos e ações de extensão com foco no tema central objeto do economista.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a vivência e experiência em contextos extensionistas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 04, de 25 de abril de 2017. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004 . Acesso em: 26 out. 2023.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 23, de 13 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: UFFS, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023 . Acesso em: 26 out. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas: Ed. Unifal, 2017. v. 1.		
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do; BRESSAN, Vânia Regina (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades: volume 2. Alfenas: Ed. Unifal, 2020. v. 2.		
Número de unidades de avaliação		

(Componente incluído pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS796	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	90
EMENTA		
Análise e discussão dos resultados da pesquisa. Elaboração das conclusões da pesquisa. Apresentação do trabalho de conclusão de curso (TCC) perante banca examinadora em sessão pública.		
OBJETIVO		
Apresentar o trabalho de conclusão de curso (TCC) em sua versão final.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. COSTA, Sergio Francisco. Método científico: os caminhos da investigação. São Paulo: HARBRA, 2001. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e as suas regras. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2010. REY, Luís. Planejar e redigir trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



8.8.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0722	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I	60
EMENTA		
Visão geral dos sistemas de produção. Contextualização do PCP nos sistemas de produção. Previsão de demanda. Planejamento estratégico da produção. Planejamento mestre da produção. Programação da produção: Administração de estoques, sequenciamento, emissão e liberação de ordens. Acompanhamento da produção.		
OBJETIVO		
Analisar a Produção como um sistema, com enfoque específico para as decisões estratégico-gerenciais da Administração, com foco na compreensão de suas partes, relações e objetivos de desempenho, buscando compreender os impactos nos resultados propostos pelas organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LAUGENI, Fernando P.; MARTINS, Petrônio G. Administração da produção . 3. ed. rev, ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações . 2 ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção . 8. ed. São Paulo: Atlas, c2018. TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática . 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, c2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES JUNIOR, José Antônio Valle. Sistemas de produção: conceitos e práticas para projetos e gestão da produção enxuta . Porto Alegre: Bookman, 2011. (Minha Biblioteca). CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. LOBO, Renato Nogueirol; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção . 2. ed. São Paulo: Érica, 2021. (Minha Biblioteca). MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick (coord.). Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e prática . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS056	ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	60
EMENTA		
Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Fundamentos da Gestão de Projetos. Gerenciamento de “Stakeholders”. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos. Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos. Introdução a softwares em projetos.		
OBJETIVO		
Demonstrar as principais técnicas e ferramentas necessárias para a elaboração e avaliação de projetos. Capacitar o acadêmico com relação à análise de investimentos, captação de recursos e viabilidade econômico-financeira do projeto em questão, proporcionando maior eficiência no uso de recursos públicos e privados, garantindo maior sustentabilidade aos processos produtivos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BUARQUE, Cristóvam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Campus, 1994. CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: avaliação e prática: impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane (org.). Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro - base de 'preparação para certificação PMP (R) - Project management professional'. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. DUFUMIER, Marc. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. KEELLING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, c2006. MEREDITH, Jack R.; MANTEL, Samuel J. Administração de projetos: uma abordagem gerencial. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2003. SILVA NETO, Benedito; CALLEGARO, Sandra Simoni. Agricultura e desenvolvimento de atividades não agrícolas em municípios rurais: uma análise da dinâmica macroeconômica de Coronel Barros-RS. Indicadores Econômicos FEE , Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 177-200, nov. 2004. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/428 . Acesso em: 07 nov. 2023. SILVA, Newton José Rodrigues da. Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC). São Paulo: UNESP, 2008. VALERIANO, Dalton L. Gerenciamento estratégico e administração por projetos. São Paulo: Makron Books, 2001. VALLE, André. Fundamentos do gerenciamento de projetos. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCA440	AGROECOLOGIA	30
EMENTA		
Análise de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos dos sistemas de produção agrícola. Contribuição da agroecologia para a produção suficiente e sustentável de alimentos. Formas de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Construção de referências agroecológicas em vista do conhecimento e utilização pelos agricultores familiares.		
OBJETIVO		
Entender os agroecossistemas como sistemas de produção complexos. Apresentar os princípios ecológicos básicos no manejo de plantas e animais em agroecossistemas. Compreender a dinâmica de agroecossistemas e sua implicação na produção sustentável de alimentos, matérias-primas para a indústria e para melhoria das condições de vida no meio rural.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009. GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia : processos ecológicos em agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2005. MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott. Ciência ambiental . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed., ampl. São Paulo, SP: Expressão Popular; Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA, 2012. LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental : a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. ODUM, Eugene Pleasants; BARRETT, Gary W. Fundamentos de ecologia . São Paulo: Thomson, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS401	AUTOGESTÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS	30
EMENTA		
Autogestão e heterogestão. Organizações autogestionárias. Cooperativismo de Trabalho. Grupos semiautônomos. Gestão participativa. A questão do emprego em regiões deprimidas e em setores marginalizados. Economia solidária e desemprego.		
OBJETIVO		
Dominar os conceitos básicos e as metodologias necessárias à organização de experiências de autogestão e co-gestão nos marcos da economia solidária.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, Ricardo L. C.; MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2009. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. Brasília, DF: ANTEAG, 2004. GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo Martins Fontes, 1980. INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (org.). A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais. São Paulo, SP: ITCP-USP, 2007. MANDEL, Ernst. Control obrero, consejos obreros, autogestión. Mexico: ERA, 1974. Disponível em: http://biblioteca.andalucia.ccoo.es:8080/intranet-tmpl/prog/local_repository/documents/15363_8353.pdf . Acesso em 07 nov. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. GIRALDEZ VIEITEZ, Cândido; DAL RI, Neusa Maria. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011. KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. Brasília, DF: Fetape; São Paulo, SP: AnnaBlume; Recife, PE: CONTAG, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS388	CONTABILIDADE COOPERATIVA	30
EMENTA		
Contabilidade nas sociedades cooperativas: Lei nº 5.704 de 16/12/71; Constituição de uma sociedade cooperativa: aspectos contábeis. Estrutura patrimonial das sociedades cooperativas. Relatórios de Gestão. Governança corporativa nas cooperativas.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico quanto às demonstrações contábeis de acordo com o perfil do profissional desejado, conhecendo as similaridades e diferenças entre alguns ramos da contabilidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NAKAO, Sívio Hiroshi (org.). Contabilidade financeira no agronegócio . Rio de Janeiro: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca).		
CREPALDI, Sívio Aparecido. Contabilidade rural : uma abordagem decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
MARION, José Carlos. Contabilidade rural : contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
POLONIO, Wilson Alves. Manual das sociedades cooperativas . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. Contabilidade das sociedades cooperativas : aspectos gerais e prestação de contas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SILVA, Roni Antônio Garcia da. Administração rural : teoria e prática. 3. ed., rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2013.		
BATALHA, Mário O. (coord.). Gestão agroindustrial : GEPAL: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2007-2009. 2 v.		
NAMORADO, Rui. Introdução ao direito cooperativo : para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra, PT: Almedina, 2000.		
YOUNG, Lúcia Helena Briski. Sociedades cooperativas : resumo prático. 8. ed. rev e atual. Curitiba: Juruá, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0748	CUSTOS INDUSTRIAIS	30
EMENTA		
Introdução à teoria geral de custos: da contabilidade geral à gerencial. Terminologia aplicável a custos: classificação dos custos. Custeio por absorção. Custeio baseado em atividades. Custos diretos: materiais diretos e mão-de-obra direta. Custeio Variável: margem de contribuição e tomada de decisões. Comportamento dos custos. Ponto de equilíbrio. Métodos de custeio. Custos para controle. Custos para decisão. Aspectos técnicos e práticos de sistemas de custos.		
OBJETIVO		
Proporcionar ao estudante uma visão sistêmica dentro da linha de produção, proporcionando conhecimentos técnicos a respeito da terminologia de custos, a fim de que possa estar apto para compreender os métodos de custeio que possam auxiliar na otimização do resultado da produção.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRUNI, Adriano Leal. A administração custos, preços e lucros . 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca). DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. NAKAGAWA, Masayuki. ABC: custeio baseado em atividades . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. WERNKE, Rodney. Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . 11. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. VANDERBECK, Edward J.; NAGY, Charles F. Contabilidade de custos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, c2001.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS409	DESENVOLVIMENTO RURAL	60
EMENTA		
A questão agrária no Brasil: revisão histórica da discussão. Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. O debate sobre a ruralidade. A intervenção do Estado na agricultura. Os atores do desenvolvimento rural. O debate teórico sobre a agricultura familiar e interpretações recentes: industrialização e ‘urbanização’ da agricultura familiar. Envelhecimento e masculinização da população rural brasileira. A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura. Diversidade regional do desenvolvimento rural no Brasil e na Fronteira Sul.		
OBJETIVO		
Capacitar para a formação cidadã, interdisciplinar e profissional dos acadêmicos, propiciando que esses sejam agentes dotados de capacidades inovadoras e cooperativas e preocupados com a resolução de problemas que afligem o desenvolvimento rural e regional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação no caso brasileiro . Porto Alegre: UFRGS, 2008. LEITE, Sérgio <i>et al.</i> Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro . São Paulo: UNESP, 2004. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade . Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232612 . Acesso em: 08 nov. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FROELICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2009. PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização . Porto Alegre: UFRGS, 2008. WELCH, Clifford A. <i>et al.</i> (org.). Camponeses brasileiros . São Paulo: Unesp, 2009. SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS104	DIAGNÓSTICO E GESTÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	60
EMENTA		
Diagnóstico rápido participativo de unidades de produção e vida familiar. Planejamento de sistemas agroecológicos. Especificidades da gestão em unidades de produção e vida familiar: estratégia e planejamento da produção e a gestão das variações na demanda de trabalho. Tópicos de gestão financeira. Visão sistêmica da unidade produtiva; noções de comunicação rural. Principais teorias de administração na gestão do empreendimento rural. Problemas típicos de decisão em empreendimentos agropecuários.		
OBJETIVO		
Dominar as metodologias de diagnóstico e gestão do empreendimento rural de forma sistêmica, considerando as características das pequenas unidades de produção agrícola.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel A. Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. GLIESSMANN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005. HOFFMANN, Rodolfo <i>et al.</i> Administração da empresa agrícola . 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1981. KHATOUNIAN, Carlos Armênio. A reconstrução ecológica da agricultura . Botucatu: Agroecológica, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agrobiodiversidade e diversidade cultural . Brasília, DF: MMA, 2006. Disponível em: http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/bitstream/handle/123456789/5122/Livro_Agrobiodiversidade-e-Diversidade-Cultural_MMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 nov. 2023. COSTA, Joaquim Gonçalves da. Soberania alimentar : dimensões material, político-política e utópica. Rio de Janeiro: UERJ, 2021. MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Pastoreio Racional Voisin : tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. 2. ed. Porto Alegre: Expressão Popular, 2010. SILVA, Roni Antonio Garcia da. Administração rural : teoria e prática. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2013.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS130	ECONOMIA DA COOPERAÇÃO	60
EMENTA		
A cooperação como fenômeno econômico. O cooperativismo visto pelos clássicos da economia. Competitividade e cooperação. Tipologia de cooperativas. Aspectos econômicos da construção da economia solidária no Brasil. O papel da comercialização solidária e as redes de colaboração na construção da viabilidade econômica das cooperativas e dos empreendimentos solidários. Formas de comercialização solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, consumo responsável e a construção dos mercados alternativos.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico a identificação e compreensão dos fundamentos econômicos que interferem na viabilidade socioeconômica das cooperativas e dos empreendimentos solidários.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Economia e gestão de organizações cooperativas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos; LEITE, Carlos Antônio Moreira. Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias . Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002. ORMAECHEA, José María, t.p. (José Maria Ormaechea). Didáctica de una experiencia empresarial: el cooperativismo en Mondragón . [S.l.]: J.M. Ormaetxea, 2003. DICKMANN, Ivo (org.). Cooperativismo e economia solidária: mapeamento e experiências . Chapecó: Ação cultural, 2014. SINGER, Paul <i>et al.</i> Economia solidária: introdução, história e experiência brasileira . São Paulo: Unesp, 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes . Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015. v. 1-3. YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres . São Paulo: Ática, 2000. YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo . São Paulo, SP: Ática, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS797	ECONOMIA DA REGULAÇÃO	60
EMENTA		
Teorias da regulação: análise normativa, teoria da captura e teoria econômica da regulação. Monopólio natural e regulação de mercados potencialmente competitivos. A importância da economia da regulação no plano institucional. Análises setoriais da regulação: setores de energia, telecomunicações e transportes. Sistema brasileiro de defesa da concorrência.		
OBJETIVO		
Propiciar aos acadêmicos uma visão geral da economia da regulação e das teorias fundamentais que descrevem o seu funcionamento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOYER, Robert. Teoria da regulação: os fundamentos . São Paulo: Estação Liberdade, 2009.		
GUERRA, Sergio (org.). Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar . Rio de Janeiro: FGV, 2014.		
KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUM, Adriana Kirchof de; MOURA, Airton Pinto de (org.). Desenvolvimento econômico e ambiente institucional: reflexões sobre teoria e política . Curitiba: Ithala, 2015.		
POSSAS, Mario Luiz. O projeto teórico da escola da regulação. Novos Estudos CEBRAP , São Paulo, v. 2, n. 21, p. 195-212, 1988. Disponível em: https://novosestudos.com.br/produto/edicao-21/#58dad2c398e90 . Acesso em: 07 nov. 2023.		
SILVA, Mariana Batista da. Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Revista de Administração Pública , Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 969-92, jul./ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/4Q84QS4qfxXbsf9DYm65Z7D/# . Acesso em: 07 nov. 2023.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS418	ECONOMIA PARANAENSE	30
EMENTA		
Formação econômica do Paraná. Industrialização paranaense. Reestruturação produtiva (anos 1990/2000). Conjuntura econômica do Estado. Perfil econômico do Território Cantuquiriguaçu. Cenários e perspectivas futuras.		
OBJETIVO		
Propiciar aos acadêmicos a compreensão da formação da economia do Paraná, desde sua ocupação, as características econômicas de cada região e seus impactos sobre a economia paranaense, buscando identificar limites e possibilidades da economia estadual.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU. Território Cantuquiriguaçu Paraná: estratégias para o desenvolvimento II . Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009, 2004. PADIS. Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná . São Paulo, HUCITEC, 1981. SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Vida material e econômica . Curitiba, SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios). Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/ebook_vida_material_vida_economica.pdf . Acesso em: 07 nov. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro . 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. TRINTIN, Jaime Graciano. A nova economia paranaense: 1970-2000 . Maringá: Eduem, 2006. Disponível em: http://old.periodicos.uem.br/~eduem/novapagina/?q=system/files/Nova%20economia%20paranaense.pdf . Acesso em: 07 nov. 2023.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS422	ECONOMIA REGIONAL E ECONOMETRIA ESPACIAL	60
EMENTA		
O estudo do funcionamento e da dinâmica das aglomerações. Decisões de localização da atividade, polos, clusters, desigualdades regionais, urbanização, centralidades, hierarquias de lugares e vulnerabilidades.		
OBJETIVO		
Este componente tem como principal objetivo apresentar as principais teorias a respeito da economia regional e sua evolução, tendo como suporte prático a metodologia de econometria espacial, procurando evidenciar as diferenças regionais de desenvolvimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Eduardo S. de. Econometria espacial aplicada . Campinas: Alinea, 2012. CRUZ, Bruno de Oliveira <i>et al.</i> (org.). Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil . Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3008/1/Livro_Economia%20regional%20e%20urbana_teorias%20e%20m%c3%a9todos%20com%20%c3%aanfase%20no%20Brasil.pdf . Acesso em: 08 nov. 2023. COSTA, Armando João Dalla; GRAL, Márcia Elisa de Campos (org.). Estratégias de desenvolvimento urbano e regional . Curitiba: Juruá, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana . Belo Horizonte: UFMG, 2002. SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas . São Paulo: Edusp, 2003.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1635	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
EMENTA		
Elementos de Teoria Geral de Estado. Políticas Públicas e Welfare State: o estado da arte do debate. Dimensões da racionalidade econômica, política e social no âmbito das políticas públicas. Modelos de gestão pública: planejamento público. Gestão participativa. Análise e formulação de políticas públicas: políticas setoriais, políticas temáticas, políticas emergentes e georeferenciadas. Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos metodológicos e critérios políticos e sociológicos. Gastos públicos e indicadores sociais.		
OBJETIVO		
Apresentar e realizar reflexões conceituais acerca do Estado e da Políticas Públicas, bem como instrumentais e empíricas do campo das políticas públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia . São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 17-26. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003 . Acesso em 24/09/2019.		
HALL, P. & TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo . In: Lua Nova, nº 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf . Acesso em: 24/09/2019.		
MARQUES, E. FARIA, C (orgs). A Política pública como campo multidisciplinar . São Paulo: UNESP, 2018.		
MARQUES, E. Notas críticas à Literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos . In: BIB, n. 43, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-43/474-notas-criticas-a-literatura-sobre-estado-politicas-estatais-e-atores-politicos/file . Acesso em: 24/09/2019.		
CARNOY, M. Estado e teoria política . 17ª edição, Campinas: Papirus, 1986.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2016.		
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . São Paulo: Expressão Popular, 2012.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS387	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA	30
EMENTA		
A teoria de Marx: a teoria da mais-valia e da acumulação de capital; o processo de circulação do capital e o processo global de produção capitalista. Desdobramentos da teoria de Marx: o pensamento marxista como crítica ao capitalismo nos séculos XIX, XX e na atualidade.		
OBJETIVO		
Possibilitar o conhecimento do ferramental teórico e metodológico desenvolvido por Marx e pelo pensamento marxista como crítica ao funcionamento do modo de produção capitalista, sua lei geral da acumulação, suas crises periódicas e o processo de reprodução degenerativa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. LÊNIN, Vladimir Ilitch. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, 1995. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2010. MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017. 3 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOTTOMORE, Tom (ed.). Dicionário do pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética. São Paulo: Ed. 34, 2002. HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2010. NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS383	FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	30
EMENTA		
Fundamentos do pensamento administrativo. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. Ambientes organizacionais. Funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação e controle. Cultura organizacional, poder e liderança.		
OBJETIVO		
Familiarizar os estudantes com o discurso próprio do pensamento administrativo, assim como introduzir as primeiras noções práticas acerca da área de gestão e suas principais funções. Trata-se de uma percepção clara do que é uma organização, das habilidades associadas a um gestor e do que está envolvido na gestão de organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
JONES, Gareth R.; GEORGE, Jennifer M. Fundamentos da administração contemporânea . 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. DAFT, Richard. Administração . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas . São Paulo: Pioneira, 2002. LACOMBE, Francisco José M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos da administração: conceitos essenciais e aplicações . 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. VECCHIO, Robert P. Comportamento organizacional: conceitos básicos . São Paulo: Cengage Learning, 2009. WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS798	GEOGRAFIA ECONÔMICA	60
EMENTA		
O objeto de estudo da geografia e da geografia econômica. O espaço e suas definições. Teorias locacionais. A geoeconomia, a rede de cidades e a estrutura das economias regionais. Fundamentos da análise regional.		
OBJETIVO		
Oferecer instrumentos teóricos e metodológicos básicos da geografia econômica e da análise regional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. FORSETH, Krystle Rose; PIACENTI, Carlos Alberto. Economia e desenvolvimento regional. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. DANTAS, Jhonatan dos Santos <i>et al.</i> Geografia econômica. Porto Alegre: Sagah, 2019. (Minha Biblioteca). PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferrera de (org.). Análise regional: metodologia e indicadores. Curitiba: Camões, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. O legado da modernização conservadora e a reestruturação do território. In: BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011. p. 169-213. COELHO, Andre Luiz Cardoso. “Velha” geografia econômica da nova geografia econômica: Lösch frente aos demais antecedentes da modelagem. Revista de Desenvolvimento Econômico , [S.l.], v. 15, n. 27 p. 67-74, 2013. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2743 . Acesso em: 07 nov. 2023. LIBERATO, Rita de Cássia. Revisando os modelos e teorias de análise regional. Cadernos de Geografia , Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2008. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/3562 . Acesso em: 07 nov. 2023. SANTOS, Milton. O espaço, um fator? In: SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 165-176. SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77-115.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0713	GESTÃO DE CUSTOS E ORÇAMENTO EMPRESARIAL	60
EMENTA		
Gestão de custos e orçamento empresarial: abrangência e objetivos; custos: conceitos, elementos e classificação. Sistemas de produção e de apropriação de custos. Métodos de custeio. Planejamento e orçamento. Orçamento operacional.		
OBJETIVO		
Habilitar o aluno do curso de Administração a calcular o custo dos produtos em diferentes segmentos econômicos, visualizando-o como um importante instrumento no processo de construção do planejamento de resultados e tomada de decisões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		
HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos: contabilidade e controle. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
MAHER, Michael. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.		
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégias: exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS380	GESTÃO ESTRATÉGICA	60
EMENTA		
Teorias sobre estratégia. Escolas do Pensamento Estratégico. Processo de formulação estratégica. Estratégia emergente e deliberada. Ferramentas de análise situacional e estratégica. Escolha estratégica. Estratégia competitiva. Planejamento, implementação e acompanhamento das estratégias. Temas Emergentes.		
OBJETIVO		
Dominar os elementos da gestão da estratégia das organizações analisando criticamente sua visão de futuro, sua missão, seus valores e seu posicionamento em cenários competitivos e cooperativos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. Administração estratégica . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2015. MINTZBERG, Henry <i>et al.</i> O processo da estratégia : conceitos, contexto e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAW, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári da estratégia : um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica . 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. JOHNSON, Gerry; SCHOLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Fundamentos de estratégia . Porto Alegre: Bookman, 2011. WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração estratégica : conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CERTO, Samuel C. <i>et al.</i> Administração estratégica : planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. CLEGG, Stewart <i>et al.</i> (org.). Handbook de estudos organizacionais : modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo, SP: Atlas, 1999. v. 1. KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul : como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2004. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes : estruturas em cinco organizações. São Paulo: Atlas, 2003. PORTER, Michael E. Vantagem competitiva : criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1989. TZU, Sun. A arte da guerra . 6. ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS399	GESTÃO MERCADOLÓGICA	60
EMENTA		
Conceitos em Marketing. Funções e tarefas do marketing. Planejamento e Plano de Marketing. Análise do ambiente de marketing. Sistema de informações em marketing (SIM). Segmentação de Mercado. Posicionamento. Os mercados e o comportamento dos consumidores. Análise qualitativa e quantitativa de mercado consumidor. Composto de marketing. Tópicos contemporâneos em marketing.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico a compreensão dos conceitos ligados à gestão mercadológica, especialmente no que diz respeito ao processo e à prática do planejamento estratégico de marketing aplicado em organizações da região.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMBRÓSIO, Vicente. Plano de marketing : um roteiro para a ação. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2012. BOONE, Louis E.; KURTZ, David L. Marketing contemporâneo . São Paulo: Cengage Learning, 2009. FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing : teoria e casos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. GOMES, Isabela Motta. Como elaborar um plano de marketing . Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1947E3304928A275032571FE00630FB1/\$File/NT00032296.pdf . Acesso em: 07 nov. 2023. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BASTA, Darci <i>et al.</i> Fundamentos de marketing . 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2006. DIAS, Sérgio Roberto (coord.). Gestão de marketing . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006. KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI : como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo, SP: Edipro, 2009. LAS CASAS, Alexandre Luzzi (coord.). Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001. LIMA, Miguel <i>et al.</i> Gestão de marketing . 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2007. MADRUGA, Roberto Pessoa <i>et al.</i> Administração de marketing no mundo contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS372	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	60
EMENTA		
Teoria Política moderna: Estado e Sociedade. As teorias contratualistas. Conceitos fundamentais da Ciência Política: poder, dominação, regime político, partido político, grupos de interesse. Teoria Democrática: questões contemporâneas.		
OBJETIVO		
Possibilitar aos acadêmicos o conhecimento das principais perspectivas sobre o funcionamento da esfera política na sociedade moderna, do estudo das teorias clássicas sobre a ordem social até as problemáticas contemporâneas sobre a democracia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Teoria geral da política : a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política . 13. ed. Brasília, DF: UNB, 2007. 2 v.		
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (Coleção pensamento crítico, v. 69).		
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas: Papyrus, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DAGNINO, Evelina; OLVERA RIVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (org.). A disputa pela construção democrática na América Latina . São Paulo: Paz e Terra, 2006.		
HELD, David. Modelos de democracia . 3. ed. México: Alianza Universidad, 2001.		
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA210	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	60
EMENTA		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) afim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais . Imprensa Oficial. São Paulo: 2001. FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos . Curitiba: Editora Ibepe, 2ª edição, 2011 QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 . Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LABORIT, Emmauelle. O vôo da gaivota . Paris: Editora Best Seller, 1994. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. (orgs). Letramento e minorias . 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade . Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. _____. Língua de sinais e educação do surdo . São Paulo: TEC ART, 1993. (Série neuropsicológica, v. 3). PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1: iniciantes . 5. ed. revista e atualizada pela nova ortografia. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2013. (Livro mais DVD). SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0694	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.		
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.		
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.		
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.		
HUNT, E. K. História do pensamento econômico : uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.		
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.		
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.		
SANTOS, Milton. 1992 : a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.		
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável : o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.		
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.		
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.		
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.		
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.		
IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.		
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática . Crítica Marxista, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.		
MARX, Karl. O capital : crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand		



Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações**: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.

Número de unidades de avaliação	02
---------------------------------	----



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS416	MERCADO DE CAPITAIS E DERIVATIVOS	60
EMENTA		
Introdução à moderna teoria de investimento financeiro, ao Sistema Financeiro Nacional e ao Mercado de Capitais. Seleção de ativos com base na análise risco x retorno. Aspectos comportamentais na decisão de investimento. Agentes do mercado: hedgers, especuladores e arbitradores. Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM). Títulos do Mercado de Capitais – tipos, conceitos e diferenciação e riscos. Mercados Organizados. Carteira Eficiente e Métodos de análise de investimentos em ações – análise técnica e fundamentalista.		
OBJETIVO		
Propiciar aos acadêmicos uma visão geral do mercado de capitais e derivativos e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento deste.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CESTARI, Walter. Mercado de capitais e bolsa de valores . Barueri: Manole, 2023. (Minha Biblioteca). TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. Mercado de capitais brasileiro: uma introdução . São Paulo, SP: Thomson Learning, 2006. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços . 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária . 9. ed., rev. ampl. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2005. LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SIEGEL, Jeremy. Investindo em ações no longo prazo . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Minha Biblioteca). CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Economia monetária e financeira: teoria e política . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS799	MICROECONOMIA APLICADA	30
EMENTA		
Maximização da utilidade e demanda do consumidor. Função de produção Cobb-Douglas. Combinação de insumos de custo mínimo. Problema de uma empresa com vários produtos. Decisões de insumos de uma empresa.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico uma abordagem aplicada de alguns dos conceitos fundamentais da teoria microeconômica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
NICHOLSON, Walter, SNYDER, Christopher. Teoria microeconômica : princípios básicos e aplicações. São Paulo: Cengage, 2018. (Minha Biblioteca). PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. HALL, Robert E. Microeconomia : princípios e aplicações. São Paulo: Cengage Learning, 2012. (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. GOLDSTEIN, Larry Joel <i>et al.</i> Matemática aplicada : economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas . São Paulo: Bookman, 2004.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS429	ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS AGROINDUSTRIAIS	60
EMENTA		
Conceitos básicos. Estrutura e funcionamento de cadeias e sistemas agroindustriais. Fontes de financiamento de cadeias agroindustriais. Competitividade e globalização. Complexos agroindustriais e agricultura no Brasil. Sistemas Agroindustriais: metodologia de análise, coordenação e gerenciamento. Estratégias Agroalimentares: formas de organização e estratégias de crescimento das firmas, alianças, fronteiras de eficiência, terceirização, fusões e aquisições. Análise das Cadeias Produtivas no Brasil. Gestão do fornecimento de matérias primas. Integração e cooperativismo em cadeias agroindustriais.		
OBJETIVO		
Dominar os conceitos básicos, as metodologias e ações necessárias à organização de cadeias produtivas agroindustriais frente aos cenários competitivos atuais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATALHA, Mario Otávio (coord). Gestão agroindustrial . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 2 v.		
TORRES, Danielle Alencar Parente; LIMA FILHO, Joaquim Raimundo de; BELARMINO, Luiz Clovis (ed.). Competitividade de cadeias agroindustriais brasileiras . Brasília, DF: Embrapa, 2013. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197253/1/Competitividade-de-cadeias-agroindustriais.pdf . Acesso em: 08 nov. 2023.		
KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
CASTRO, Antônio Maria Gomes de <i>et al.</i> Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica . Brasília, DF: Embrapa, 1998.		
MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. A globalização e a indústria alimentar: um estudo a partir das grandes empresas . Marília: UNESP, 1999. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/125/355/3572 . Acesso em: 08 nov. 2023.		
MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede . São Paulo: UNESP, 2000.		
MONTROYA, M. Antônio; PARRÉ, J. Luiz (org.). O agronegócio brasileiro no final do século XX: realidade e perspectiva regional e internacional . Passo Fundo: UPF, 2000. Disponível em: https://www.upf.br/upfeditora/livros-publicados/e-books/economia . Acesso em: 08 nov. 2023.		
MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. Agronegócio: uma abordagem econômica . São Paulo: Pearson, 2007.		
PLOEG, Jan Douwe van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização . Porto Alegre: UFRGS, 2008.		
PONDÉ, João Luiz. Coordenação, custos de transação e inovações institucionais . Campinas: Unicamp, 1994. (Texto para discussão, n. 38). Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3703/TD38.pdf . Acesso em: 08 nov. 2023.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1211	POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL	60
EMENTA		
Estrutura, funcionamento e políticas de financiamento da educação básica. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. As políticas educacionais na atualidade expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Sistemas de avaliação nacional. Estudos e Pesquisas em política e financiamento da educação básica no Brasil.		
OBJETIVO		
Compreender a legislação e a estrutura educacional da educação básica no Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COSTA, Messias. A educação nas constituições do Brasil : dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. LIMA, Caroline Costa Nunes. Política educacional . Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca). DOURADO Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.). Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xamã, 2001. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil : o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6. ed. Campinas: Autores associados, 2008. VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil : introdução histórica. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOSCHETTI, Ivanete (org.). Capitalismo em crise, política social e direitos . São Paulo: Cortez, 2015. NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). Educação e política no limiar do século XXI . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS415	PROCESSOS LOGÍSTICOS	60
EMENTA		
Conceitos gerais de logística. Custos logísticos. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Gestão de estoques. Controle de estoques. Sistemas de transporte. Sistemas de abastecimento. Coleta e distribuição. Casos aplicados.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos uma visão lógica sistêmica das organizações, com foco no conhecimento das atividades e dos processos administrativos que facilitam o entendimento e a gestão do fluxo de produção, assim como a gestão de informação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. HARA, Celso Minoru. Logística: armazenagem, distribuição e trade marketing. 4. ed. Campinas: Alínea, 2011. VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DIAS, Marco A. Pereira. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. GOLDRATT, Eliyahu M.; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. MARTINS, Petronio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA	60
EMENTA		
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo: lições, desafios e significado socioeconômico. A emergência da economia solidária. Experiências históricas e contemporâneas. Potencialidades e limites da Economia solidária.		
OBJETIVO		
Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo e da Economia Solidária no mundo e no Brasil, visando identificar aspectos-chave para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CARNOY, Martin. Estado e teoria política . 6. ed. Campinas: Papirus, 2000. CRÚZIO, Helton de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes . Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha Biblioteca). Ou pelo ac. 2127? ZENERATTI, Fábio Luiz. Cooperativismo e recriação camponesa no capitalismo . Curitiba: Appris, 2020. SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia socialista . São Paulo: Perseu Abramo, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança . Petrópolis: Vozes, 2000. BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil . São Paulo: Cortez, 2007. DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. FARIA, José Henrique de. Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações . São Paulo: Atlas, 2009. GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004. KUBITZA, Fernando; ONO, Eduardo Akifumi. Projetos aquícolas: planejamento e avaliação econômica . Jundiaí: F. Kubitz, 2004. MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas . Brasília, DF: Confedbras, 2003. SANTOS, Boaventura S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. TEVOEDJRE, Albert. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade . São Paulo: Cidade Nova, 1981. YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo . São Paulo, SP: Ática, 2008.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS414	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	60
EMENTA		
Fundamentos do pensamento administrativo. Principais abordagens teóricas da Administração. Novos modelos de gestão. Teorias ambientais contemporâneas. Teorias culturais. Teorias do poder. Contribuições teóricas nacionais.		
OBJETIVO		
Apresentar as principais teorias administrativas e os modelos de gestão. Dominar as principais linhas teóricas da administração e os princípios para sua aplicação em processos concretos de gestão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração . 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2018. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 9. ed. São Paulo: Campus, 2003. FERREIRA, Ademir Antonio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias . São Paulo: Pioneira, 2002. LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico . São Paulo: Pearson, c2011. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Fundamentos da administração: conceitos e práticas essenciais . São Paulo: Atlas, 2009. (Minha Biblioteca). VECHIO, Robert P. Comportamento organizacional: conceitos básicos . São Paulo: Cengage Learning, c2009. WAGNER, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS423	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMETRIA	60
EMENTA		
Modelos de regressão não linear. Modelos de regressão de resposta qualitativa. Modelos de regressão com dados em painel. Modelos Econométricos dinâmicos. Modelos de Equação Simultânea. Econometria de Séries Temporais.		
OBJETIVO		
Este componente tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento dos discentes a respeito de uma das principais ferramentas práticas do Economista, a Econometria, apresentando diferentes modelos econométricos de grande importância para sua formação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica . 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. STOCK, James H.; WATSON, Mark W. Econometria . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. Econometria . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. GUJARATI, Damodar. Econometria: princípios, teoria e aplicações práticas . São Paulo: Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca). MYNBAEV, K. T.; LEMOS, Alan. Manual de econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004. MAIA, Alexandre Gori. Econometria: conceitos e aplicações: aprenda os fundamentos da análise econométrica e resolva problemas econômicos concretos . São Paulo: Saint Paul, 2017. (Minha Biblioteca). PEREDA, Paula Carvalho. Econometria aplicada . Rio de Janeiro: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca).		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS800	TÓPICOS ESPECIAIS I	60
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS801	TÓPICOS ESPECIAIS II	60
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS802	TÓPICOS ESPECIAIS III	60
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS803	TÓPICOS ESPECIAIS IV	60
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS804	TÓPICOS ESPECIAIS V	30
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS805	TÓPICOS ESPECIAIS VI	30
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS806	TÓPICOS ESPECIAIS VII	30
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS807	TÓPICOS ESPECIAIS VIII	30
EMENTA		
Conteúdo a ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Número de unidades de avaliação		



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem do estudante e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa. A avaliação está amparada nas concepções do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido por meio das metodologias aplicadas pelos docentes em sala de aula, atentos às necessidades dos estudantes, nas suas diferentes habilidades para a aquisição do conhecimento.

No processo de ensino-aprendizagem os docentes empregam uma variedade de métodos de ensino e avaliação, diversificando as abordagens pedagógicas e ajustando a prática conforme necessário para se adaptar à realidade, dificuldades e facilidades que surgem ao longo do semestre. Na avaliação diagnóstica, são adotados métodos convencionais, como aulas expositivas e dialogadas, métodos ativos de ensino e aprendizagem, incluindo a realização de seminários e a elaboração de trabalhos e projetos, entre outras estratégias. Os educadores tendem a variar os instrumentos de avaliação e distribuí-los ao longo do semestre, permitindo que os estudantes recebam feedback, superem defasagens e, se necessário, passem por uma nova avaliação, conforme preconizado pelo Regulamento da Graduação. Nesse contexto, os professores buscam monitorar a construção do conhecimento de forma quantitativa e qualitativa, acompanhando os alunos de modo a adotar estratégias e implantar ações que possam dar conta das dificuldades de ensino e aprendizagem, visando com isto reduzir a retenção e evasão no curso.

A avaliação diagnóstica tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem. Por meio deste processo avaliativo, o docente busca saber como o estudante está se desenvolvendo, faz diagnóstico para tomada de decisões e redimensiona a prática pedagógica.

A avaliação processual considera a verificação do andamento do processo de ensino e aprendizagem, frente aos objetivos a que se destina o componente curricular, para compreender como o discente aprende e como o docente está ensinando. Assim, na definição pedagógica de diferentes instrumentos avaliativos o docente busca acompanhar a construção do conhecimento na perspectiva quantitativa e qualitativa.

A avaliação contínua e cumulativa é o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas com resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem.

A avaliação formativa requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. É a autoavaliação do processo de



ensino e aprendizagem para tomada de decisões necessárias à efetiva construção do conhecimento.

A avaliação dos resultados do ensino e aprendizagem é feita por componente curricular e incide sobre a frequência e sobre o aproveitamento acadêmico do estudante. No plano de ensino, o docente deverá discriminar quantas e quais avaliações serão realizadas durante o período do componente curricular, como será atribuída, ou não, a pontuação às diversas avaliações e como será calculada a média final do desempenho do estudante na disciplina (para a aprovação ou reprovação).

Além dos critérios fundamentais para sua aprovação, o estudante deverá cumprir, obrigatoriamente, 75% de frequência dos componentes curriculares presenciais e o cumprimento de atividades não presenciais, em regime especial de trabalho ou a distância. Entenda-se, aqui, regime especial de trabalho aquele caso em que o estudante realiza trabalhos domiciliares previamente indicados por seus professores ora para avaliação de aprendizagem ora para compensação de frequência, nos casos previstos em lei conforme regulamentação institucional, enquanto estiver impedido de comparecer às atividades acadêmicas presenciais.

Os procedimentos para a avaliação do ensino-aprendizagem dos discentes se guiará pelas normativas do Regulamento de Graduação da Universidade, mas deverá estar amparado em ações que contemplem o acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais.

Ainda cabe destacar que os discentes do curso têm acesso ao Núcleo de Acessibilidade do Campus, por meio do qual se procura garantir o acesso e permanência de estudantes com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O processo de avaliação deverá seguir o que foi planejado nos planos de curso elaborados pelos docentes, aprovados pelo colegiado e apresentados aos discentes em conformidade com o regulamento da graduação.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

A responsabilidade pelas concepções de gestão e planejamento do curso de Ciências Econômicas, assim como pela aprovação dos planos de Curso, formação docente e outras decisões pertinentes, recai sobre a Coordenação do Curso, o Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme estabelecido pela RESOLUÇÃO Nº 40/CGAE/CONSUNI/2022. Além disso, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFFS desempenha um papel fundamental no processo de avaliação, utilizando como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional e a autoavaliação do curso, conduzida anualmente pelo colegiado. Essas avaliações despertam o interesse dos estudantes, docentes e técnicos, bem como da comunidade acadêmica em geral, abrangendo a análise da estrutura, do corpo docente e dos Componentes Curriculares obrigatórios (CCRs) oferecidos. Os resultados dessas avaliações são apresentados e discutidos durante as reuniões do NDE e do colegiado. As informações obtidas são então utilizadas pelo curso para propor melhorias nas condições de convivência, formação pessoal e profissional, assim como nas estruturas e serviços oferecidos.

10.1 Da coordenação do curso

O curso de Graduação em Ciências Econômicas tem uma Coordenação de Curso, constituída por um Coordenador de Curso e de seu Coordenador Adjunto e pelo Colegiado de Curso. De acordo com a Resolução n.º 40/2022/CONSUNI-CGAE, são responsabilidades da coordenação e do colegiado: a) promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do Curso, exercendo as atribuições daí decorrentes; b) exercer outras atribuições que lhes sejam conferidas pelo Conselho Universitário. A forma como será efetuada a escolha da coordenação do curso bem como as competências de titular e adjunto estão elencadas na Resolução n.º 40/2022/CONSUNI-CGAE, em seu título III, capítulo II, artigos 9º, 10º e 11º.

Nas atividades da gestão a coordenação do curso terá apoio técnico-administrativo de uma secretaria responsável por: a) receber e encaminhar documentos e processos da Coordenação de Curso; b) secretariar as reuniões do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso; c) manter o arquivo de documentos do Curso, inclusive os de caráter sigiloso, de acordo com a legislação vigente; d) prestar apoio administrativo aos docentes que atuam no Curso, no desempenho de atividades relacionadas ao Curso; e) dar suporte administrativo à Coordenação de Estágios e à Coordenação de Extensão e Cultura e às demais coordenações vinculadas à Coordenação de Curso; f) assessorar a Coordenação de Curso quanto às normas institucionais;



g) outras atividades inerentes ao desempenho de suas funções.

10.2 Da composição e funcionamento do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Graduação em Ciências Econômicas inclui: a) o Coordenador de Curso, que exerce a presidência do Colegiado; b) o Coordenador Adjunto do curso, que substitui o Coordenador de Curso, em suas ausências, na presidência do Colegiado; c) o coordenador de Trabalhos de Conclusão de Curso; d) o Coordenador Adjunto de Extensão e Cultura do curso; e) no mínimo 3 (três) docentes eleitos por seus pares e seus respectivos suplentes, entre aqueles que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura com os discentes do curso; f) no mínimo 1 (um) representante discente, regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicados pelo órgão representativo dos acadêmicos do curso; g) um representante dos servidores técnico-administrativos em educação (STAE) e respectivo suplente, eleitos por seus pares, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas à gestão, ao ensino, à pesquisa ou à extensão afins ao curso.

O Coordenador e o Coordenador Adjunto são eleitos pela comunidade acadêmica do Curso, de acordo com regras aprovadas pelo Colegiado de Curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva. O mandato dos representantes docentes eleitos e dos STAE será de 2 (dois) anos e o dos representantes discentes de 1 (um) ano, com possibilidade de reconduções. As normativas que regulam o Colegiado do Curso estão definidas no regimento do Colegiado do Curso.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária. As reuniões ordinárias deverão acontecer no mínimo 4 (quatro) vezes por semestre, de acordo com calendário de atividades do curso, devendo ser convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mencionando-se a pauta.

O Colegiado de Curso reúne-se extraordinariamente por iniciativa de seu Presidente ou atendendo pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. Estas reuniões são convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, mencionando-se a pauta. Em caso de urgência, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior pode ser reduzido, justificando-se a medida no início da reunião.

O quórum mínimo das reuniões do Colegiado de Curso, para instalação e deliberação, é de 50% mais um de seus integrantes. A participação nas reuniões do Colegiado de Curso tem precedência sobre as demais atividades do curso. As ausências nas reuniões do Colegiado de Curso devem ser justificadas, por escrito, ao seu Presidente e registradas na respectiva ata. As



reuniões obedecem ao que prescreve o Regimento Geral da Universidade, este PPC e ao Regimento Interno do Colegiado.

10.3 Do Núcleo Docente Estruturante do Curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, que atua no assessoramento da coordenação do curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Econômicas.

10.4 Dinâmica de funcionamento do curso (coordenação, colegiado, NDE, docentes e discentes)

A coordenação do curso em conjunto com o NDE elaborará um planejamento anual no qual estarão estabelecidas as diretrizes, metas e ações a serem implementadas no ano corrente. A partir deste direcionamento antes do início do semestre letivo será realizada reunião na qual o coordenador de curso apresentará aos docentes os componentes curriculares que deverão ministrar. A partir daí, os docentes deverão elaborar os planos de ensino e planejar cada um dos componentes curriculares, considerando as particularidades do calendário do período letivo e a programação de trabalhos ou projetos e de realização de avaliações pontuais. Haverá prioridade para que este planejamento seja realizado por fases, de maneira que os docentes possam planejar as atividades a serem realizadas com as turmas. Esta é uma oportunidade de os docentes terem uma visão geral de como os outros componentes curriculares deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdos e possibilitando o inter-relacionamento entre eles, bem como a interdisciplinaridade.

No primeiro dia de aula de cada semestre caberá aos docentes discutir com os alunos de seus componentes curriculares o plano de curso, que deve ser disponibilizado aos acadêmicos para acompanhamento do cronograma de aulas, metodologias e avaliações. O referido



documento deverá ser apresentado e aprovado no Colegiado do Curso no início do semestre letivo para posterior encaminhamento à coordenação acadêmica.

No decorrer do semestre serão realizadas reuniões de acompanhamento sendo apropriado que, no planejamento da coordenação do curso, seja definida uma reunião ordinária próxima à metade do período letivo, com o objetivo de verificar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade de os docentes analisarem eventuais problemas associados aos seus componentes curriculares, bem como de melhor orientar os alunos sobre como proceder para obter o melhor proveito do curso. Nesta ocasião pode-se ter uma ideia se há acadêmicos que não estão tendo um aproveitamento satisfatório, os quais poderão ser chamados para apresentarem os problemas que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem orientações adicionais para poderem se recuperar. Todo este processo possibilita a tomada de medidas proativas tanto por parte dos docentes como por parte dos discentes, devendo ser gerenciado pelo coordenador de curso.

Ao final do semestre realizar-se-á uma reunião de avaliação com o objetivo de fornecer uma posição global sobre como o curso transcorreu no período letivo. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e representantes dos acadêmicos a respeito de fatos positivos e negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos semestres (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar os componentes curriculares (incorporação de aspectos positivos relatados em outros componentes curriculares). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e representantes discentes, sendo que os acadêmicos devem expressar a opinião da classe. Outra meta desta reunião é a verificação do desempenho global da turma, quais são os estudantes sujeitos a reprovação em um ou mais componentes curriculares, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em uma disciplina isolada, etc.

Além da participação no colegiado do curso os estudantes poderão se utilizar das instâncias recursais no âmbito da disciplina, do curso, do campus e da UFFS, devendo ser utilizadas nesta hierarquia e conforme detalhamento individual a seguir apresentado.

Em relação aos componentes curriculares para dirimir suas dúvidas, sejam elas de conteúdo, avaliação e trabalhos, o estudante deverá recorrer, inicialmente, ao professor do componente curricular. É facultado ao estudante requerer à Coordenação do Curso, a revisão das notas das avaliações, mediante justificativa circunstanciada, protocolada junto à Secretaria Acadêmica, no prazo de, no máximo 3(três) dias úteis, após a divulgação do resultado.

Cabe à Coordenação de curso encaminhar o pedido de revisão de nota ao professor do



componente curricular, para proceder a análise e parecer, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. Após a emissão do parecer, o professor faz as alterações nos registros, quando for o caso, e devolve o processo à Coordenação de Curso, para arquivamento junto à Secretaria Acadêmica.

O estudante pode recorrer da decisão do professor, no prazo de 3 (três) dias após a publicação do parecer, devendo o Colegiado nomear comissão com 3 (três) integrantes, que deve proceder à análise do recurso e produzir novo parecer, em 5 (cinco) dias, a contar da constituição da comissão, a ser encaminhado para a Coordenação do Curso para as providências cabíveis.

O estudante, para fundamentar o seu pedido de revisão, tem direito de acesso à avaliação corrigida e aos critérios de avaliação utilizados pelo docente.

A nível de curso o órgão deliberativo e a instância recursal é o Colegiado de Curso. Em casos em que discente e docente permaneçam em desacordo – após interpelação na instância, o acadêmico poderá solicitar ao representante discente no colegiado para, junto ao coordenador de curso, solicitar que o assunto seja incluído em pauta do colegiado para apreciação e discussão. A inclusão ou não do ponto de pauta ficará a critério do coordenador, que deverá se inteirar com o discente e o docente envolvidos nas divergências. Lembrando que, em caso de divergências referentes às avaliações, valem os prazos determinados nas normativas de graduação da UFFS. Em casos que o colegiado julgar necessário, o discente envolvido poderá ser chamado para estar presente.

A instância recursal no âmbito do campus é o Conselho de Campus, presidido pelo diretor, com representantes de todas as categorias da comunidade acadêmica do campus. A este Conselho poderão ser levados processos para apreciação e deliberação, caso as instâncias anteriores não tenham sido suficientes.

As últimas instâncias recursais existentes são as Câmaras do Conselho Universitário – CONSUNI, presididas pelos respectivos Pró-Reitores (de ensino, de pesquisa e pós-graduação, de extensão e cultura, e de administração/planejamento). Quando estas não forem suficientes, a instância final para recursos é o pleno do CONSUNI.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso é constituída pela avaliação institucional coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), pela avaliação externa realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e pela avaliação do curso organizada periodicamente de modo a contemplar a participação de todos os estudantes e professores do curso de Ciências Econômicas.

a) Avaliação institucional: Também denominada de autoavaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861/2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso e o desempenho dos estudantes em consonância com a resolução 30/2020/CONSUNI/UFFS.

Além disso, deve-se atender o Art. 22. da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, em que cita a responsabilidade dos colegiados definirem, no processo de avaliação, as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelo curso, sendo subsidiados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

b) Avaliação externa: Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico- administrativos) envolvidos nas atividades semestrais, bem como os resultados dos conceitos do ENADE.

De qualquer forma, a análise de adequação curricular, os processos de ensino aprendizagem, o conteúdo programático, entre outros, só será bem realizada com um processo contínuo e que deverá ter a participação ativa do corpo docente, discente e externo (instituições/órgãos competentes). Assim sendo, a avaliação institucional, externa e do curso são fundamentais para identificar as modificações que forem necessárias para o aprimoramento continuado do curso de Ciências Econômicas.

c) Autoavaliação do curso: organizada anualmente pelo curso, podendo ser realizada no período da Semana Acadêmica. Tem como objetivo contemplar a participação de todos os estudantes, professores e servidores técnicos diretamente envolvidos com o curso. Seu principal



foco está em cada um dos componentes curriculares e/ou atividades ofertados pelo curso, inclusive as atividades de extensão. Aspectos de cunho pedagógico e organizacional, próprios da gestão do curso, evasão, retenção são considerados e os resultados dali decorrentes subsidiarão planejamentos e até mesmo a reorganização do curso.

Assim, a autoavaliação do curso consiste num processo contínuo através do qual se busca construir conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados de suas atividades para melhorar a qualidade do ensino. Para tanto, busca sistematizar informações, analisando coletivamente os resultados de suas atividades, procurando novas formas de organização administrativa e pedagógicas, identificando pontos fracos, pontos fortes e potencialidades, estabelecendo estratégias para solução de problemas. Através desta avaliação é possível medir o nível de consecução das metas e objetivos traçados anteriormente. Sendo assim, esta autoavaliação será resultado das discussões que envolvam docentes, discentes, técnicos e Colegiado de Curso, tendo como foco as políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como outras ações necessárias para o aperfeiçoamento e melhoria contínua do curso.

Serão utilizados formulários eletrônicos para a coleta de informações sobre o perfil dos estudantes, interesses e dificuldades, expectativas e frustrações, bem como avaliar como o curso e a Instituição podem promover melhoria das condições de convivência, formação pessoal e profissional. A autoavaliação do curso contempla a autoavaliação dos CCRs ofertados pelo curso de Ciências Econômicas e a autoavaliação do curso de forma geral. Este último sofre alterações no formato, de acordo com o tipo de respondentes: discentes, docentes ou técnicos administrativos.

Na autoavaliação do curso serão aplicados questionários aos docentes buscando identificar a visão que o corpo docente possui dos conteúdos, da grade curricular, do contexto de sua disciplina quanto ao curso, da estrutura disponibilizada, das turmas, entre outros. Aos acadêmicos será aplicado questionário com questões específicas ao curso de economia, visando obter um diagnóstico a respeito das questões pedagógicas e administrativas do curso, com ênfase na avaliação dos componentes curriculares e dos docentes.

Anualmente os estudantes serão estimulados a organizar o Fórum dos acadêmicos, ação que visa contextualizar o curso com todos os acadêmicos (de todas as fases), para avaliar aspectos positivos e ajustar questões negativas relacionadas ao curso. A partir dos questionários aplicados aos docentes e discentes e do fórum dos acadêmicos será realizada uma reunião ao final de cada ano buscando identificar possíveis necessidades e demandas que o Colegiado possui, além de avaliar o desempenho do curso ao longo do ano.

Além disso, na primeira reunião do Colegiado do curso em cada ano, será definido o



cronograma das atividades relacionadas, através de um planejamento de curto e médio prazo, o qual contemplará: plano de formação docente, eventos a serem organizados pelo Colegiado, adequação dos componentes curriculares e objetivos dessas atividades, momentos de autoavaliação e devolutiva de seus entre outros.

A partir dos resultados da autoavaliação estes serão apresentados aos docentes, estudantes e servidores técnicos envolvidos com o curso.

Relativamente à autoavaliação das atividades de extensão do curso, o docente na posição de Coordenador de Extensão e Cultura liderará, juntamente com a Coordenação de Curso, a organização de um fórum anual com a participação dos docentes, discentes e comunidade regional, no intuito de avaliar a efetividade, eficácia e pertinência destas ações.

Além disso, também anualmente, ocorrerá no âmbito do *campus* Laranjeiras do Sul da UFFS, o evento Workshop da Curricularização da Extensão (WCR), tendo como principais objetivos disseminar os resultados das ações extensionistas realizadas e fortalecer a aproximação da UFFS com a Comunidade Regional. A partir do Workshop será possível compreender mais de perto a realidade e as demandas da Comunidade Regional, gerando insumos importantes para o planejamento das ações de extensão do curso de Ciências Econômicas.



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A interconectividade entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão se impõe, ante as disposições do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), tendo em vista a missão a que se propôs a UFFS de ser uma universidade pública, popular e interiorana; que visa assegurar o acesso à educação superior como elemento fundamental para o desenvolvimento da Mesorregião da Grande Fronteira Sul; que persegue o ideal de promover o desenvolvimento regional no intuito de favorecer a fixação dos cidadãos graduados nos seus locais de origem; e, que não estimula e nem produz o conhecimento de per si, mas para ser revertido em favor da região onde está inserida.

Da mesma forma, as ações prioritárias preconizadas no PDI 2019-2023 tornam imprescindíveis a utilização integrada e concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão como elementos que atuando em conjunto potencializam a ação de docentes e discentes para a consecução destas ações que preveem os temas da agricultura familiar e agroecologia; os Direitos Humanos e cidadania; o meio ambiente e a sustentabilidade; e, a tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável; dentre outras. Como estratégia de atuação a UFFS pensou os locais de fixação dos *campi* levando em conta diversos fatores, dentre os quais a proximidade de produtores rurais que atuam na forma da agricultura familiar e camponesa; a presença de movimentos sociais populares; no fato da distância das universidades federais da região sul; na carência de instituições federais de ensino; e, no menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Portanto, a UFFS se pretende ver refletida nas comunidades que fazem parte de seu entorno. Não somente na captação de discentes, o que já seria por si só um elemento de elevação das condições de vida para toda a comunidade, mas na produção de ações extensionistas, de ensino e de pesquisa que se revertam em prol destas comunidades.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso de Ciências Econômicas são pensadas considerando que o perfil do egresso, que prevê o desenvolvimento de habilidades e competências para permitir a atuação discente tendo em conta o seu contexto histórico-social; a compreensão do perfil econômico da região e a capacidade de apresentar alternativas para o desenvolvimento regional; a produção de pesquisas e estudos em Economia, com vistas ao desenvolvimento regional e elaboração, ou pelo menos a compreensão, de políticas públicas que objetivem atingir este mister; a identificação e compreensão do contexto das cadeias produtivas regionais; o fomento e a ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda na região; e, a capacidade de examinar e propor soluções para à agroindústria levando em conta as peculiaridades culturais da população e seus interesses locais.



Na II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (II COEPE) – O Ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular, evento que serviu para embasar o PDI 2019-2023, vários fóruns temáticos foram realizados gerando propostas de encaminhamentos e ações. Desta forma, destaca-se a necessidade de “Qualificar as mediações entre o saber popular e o saber científico, orientadas em favor de um conhecimento socialmente relevante no âmbito da pesquisa, da extensão e cultura”, e, no campo do ensino a diretriz de fortalecimento entre a universidade e a comunidade.

12.1 Ensino

O ensino no curso de Ciências Econômicas, norteado pelo PDI 2019-2023 da UFFS, não se coadunará com qualquer forma de perda da dignidade humana; outrossim, produzirá um discente com caráter de agente impulsionador do desenvolvimento humano e social, conforme a concepção de educação preconizada por esta universidade. Visando a autonomia intelectual do discente, o ensino no curso de Ciências Econômicas estimulará a investigação constante diante do mundo. Tal postura possibilitará ao acadêmico estabelecer-se enquanto sujeito de transformação social. O ensino assim concebido será a base forte para a extensão e a pesquisa.

Na dimensão do ensino, ao discente será oferecida uma formação crítica e analítica que estará respaldada pelas correntes mais modernas das ciências econômicas, sem descurar de suas bases clássicas, capacitando-o a entender os espaços científicos não somente da economia, como os sociais, políticos e ambientais.

Ampliando o ambiente onde se dará o ensino, o discente será estimulado a ampliar a busca pelo conhecimento através outros espaços fora da sala de aula. Os contatos que transcendem a sala de aula, propiciarão ao discente uma melhor compreensão do entorno, o que facilitará a sua percepção de como, onde e quando atuará no processo transformativo visando uma sociedade mais justa e igualitária.

12.2 Pesquisa

No campo da pesquisa, o curso de ciências econômicas lida com o legado regional de lutas contra injustiças envolvendo diferentes movimentos sociais, alguns nascidos no território da Mesorregião da Grande Fronteira Sul (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB e Movimento de Mulheres Agricultoras/MMA). Além disso, o campus Laranjeiras do Sul a apenas 26 km da Terra Indígena Rio das Cobras, a maior do Estado do Paraná, que lhe garante frente de trabalho de pesquisa permanente.

Os professores do curso estão distribuídos em três Grupos de Pesquisa: a) Grupo de



Pesquisa em Desenvolvimento Regional; b) Grupo de Pesquisa em Gestão e Governança de Cooperativas e Pequenos Negócios; c) Grupo de Pesquisa em Economia e Desenvolvimento (GPED).

O Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR), tem como linhas de pesquisa: Projetos políticos e desenvolvimento; Questão agrária e dinâmicas regionais; e, Políticas públicas e a problemática do desenvolvimento regional. O GPDR conta com pesquisadores que tem apresentado, ao longo de sua vida acadêmica, diversas contribuições para o desenvolvimento regional. Desse modo, o objetivo do grupo é desenvolver pesquisas e análises que investigam o desenvolvimento regional para além do viés econômico. Com base na formação interdisciplinar de seus integrantes, o grupo contribui com estudos teóricos e empíricos acerca dos aspectos relacionados às dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais do desenvolvimento. Importante destacar a expressiva participação de discentes, dentre os pesquisadores, da graduação e da pós-graduação, parte deles, egressos, que permanecem em atividade no grupo.

Governança corporativa e cooperativa e Gestão de pequenas e médias empresas são as linhas de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Gestão e Governança de Cooperativas e Pequenos Negócios. O objetivo deste grupo é diagnosticar o universo das sociedades cooperativas e empreendimentos de pequeno e médio porte, na perspectiva de compreender os pilares que sustentam a gestão dos resultados dos respectivos empreendimentos.

O Grupo de Pesquisa em Economia e Desenvolvimento (GPED) objetiva produzir estudos aplicados acerca das inter-relações existentes entre os processos econômicos e as dinâmicas de desenvolvimento por meio do instrumental metodológico da economia aplicada e das abordagens de desenvolvimento regional e de políticas públicas. O GPED é composto por duas linhas de pesquisa, a saber, Economia aplicada e Desenvolvimento regional.

12.3 Extensão

A extensão universitária prospecta e ao mesmo tempo entrega à comunidade regional as contribuições que a academia pode oferecer a partir da coexistência com o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao mesmo tempo, nutre-se das experiências, situações e problemáticas vividas na comunidade e dos conhecimentos e saberes populares e tradicionais.

O curso de Ciências Econômicas atento à política de extensão da UFFS, atenderá à concepção (Art. 1º, II) de que a Extensão Universitária é promotora da relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade com base no diálogo de saberes, na democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção



da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional. Igualmente atenderá aos princípios da extensão da UFFS (Art. 3º, I a X), quais sejam: humanismo; pluralidade; justiça cognitiva; autonomia intelectual; cooperação; sustentabilidade; transformação social; indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade; e, caráter público.

As ações de extensão do curso se coadunarão com os objetivos da extensão na UFFS (Art. 5º), dos quais se destaca: estabelecer projetos e programas que atendam a toda a comunidade, com vistas à inclusão social (I); manter abertas as portas da universidade à população, facilitando o intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade (III); e, proporcionar ambiência acadêmica, que favoreça, a partir da Extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã (IV).

Atendendo as normativas do Sistema Nacional de Educação quanto às diretrizes da Extensão a UFFS emitiu a Resolução n.º 93/CONSUNI/UFFS/2021, de 17 de dezembro de 2021, que disciplina a forma de como se dará a inserção da extensão e da cultura nos currículos. O curso de ciências Econômicas cumpre o que dispõe a Resolução 7/2018 CNE/CES e desta forma atende ao percentual mínimo de 10% da carga horária exigida para a integralização curricular. Respalda-se na Resolução n.º 93/CONSUNI/UFFS/2021, tomando como diretrizes de sua prática extensionista o seguinte: estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, ao Regulamento de Extensão e Cultura da UFFS, ao Regulamento da Graduação da UFFS (Art. 4º); e, estar baseada na perspectiva formativa da extensão universitária, especificamente no seu papel contribuinte para a produção e democratização do conhecimento, objetivando contribuir na formação acadêmico-científica, humana e social do estudante, por isso, devem tê-lo como protagonista dos processos (Art. 5º). O curso de Ciências Econômicas optou por atender aos ditames legais e institucionais através da modalidade de componente curricular com a totalidade da carga horária registrada como extensão.



13 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é composto por professores altamente qualificados, com titulação de mestrado e doutorado, conforme detalhamento efetuado na Seção 14. O aprimoramento e aperfeiçoamento do quadro de docentes é compromisso do Colegiado do Curso, trabalhando no sentido de planejar a saída de professores para doutoramento e pós-doutoramento, respeitando as diretrizes estabelecidas pela UFFS para a capacitação docente.

Em relação ao perfil dos docentes do curso, estes devem estar comprometidos com os objetivos do curso, elencados neste PPC, atuando em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de serem corresponsáveis para que se consiga formar os egressos com o perfil previsto e mencionado neste PPC. O papel dos docentes é um dos mais importantes dentro do curso para que os objetivos sejam alcançados e desta forma o comprometimento de cada um desses profissionais é fundamental para a qualidade do curso. Nesse sentido, visando à formação continuada, devem ser oferecidas oportunidades de atualização pedagógica, seja na área específica ou áreas afins.

Os programas de formação docentes, oferecidos com atividades conjuntas entre o Colegiado do Curso e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), devem conter ações que visem:

- I. Proporcionar qualidade e proposta acadêmica flexível e atualizada, com métodos pedagógicos modernizados;
- II. Buscar novas metodologias de ensino;
- III. Adaptar e implementar novas tecnologias;
- IV. Participar de eventos que favoreçam a formação continuada;
- V. Definir métodos de avaliação de desempenho;
- VI. Melhorar a formação pedagógica do corpo docente;
- VII. Aumentar a titulação do corpo docente;
- VIII. Incentivar a formação de grupos de estudo;
- IX. Contribuir com a sociedade para o desenvolvimento econômico e social da região;
- X. Participar e divulgar trabalhos e estudos sobre a realidade regional.

Com os referenciais descritos acima, o curso de Ciências Econômicas define como principais objetivos em relação aos seus docentes, técnicos- administrativos e monitores:

- I. Aperfeiçoar as didáticas e metodologias adotadas pelo corpo docente;
- II. Incentivar a atualização do corpo docente;



- III. Apoiar, em conformidade com a política do Campus e da UFFS como um todo, participação de seu corpo docente e técnico-administrativo em eventos que possibilitem maior divulgação dos trabalhos realizados na Universidade, bem como ampliar seus conhecimentos;
- IV. Participar de Conselhos e espaços institucionais, objetivando o desenvolvimento econômico e social da região.

O corpo docente do curso detém uma significativa experiência profissional no mundo profissional, proporcionando a capacidade de apresentar exemplos contextualizados relacionados a problemas práticos, demonstrando a aplicação da teoria ministrada em diversas unidades curriculares e sua relevância para a prática profissional. É imperativo que o corpo docente se mantenha continuamente atualizado, fomentando uma compreensão aprofundada da interação entre conteúdo acadêmico e prática profissional. Essa abordagem visa promover a interdisciplinaridade no contexto do curso, bem como analisar as competências delineadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), considerando o conteúdo abordado e as demandas da profissão.

Todos os docentes efetivos do curso possuem experiência na docência superior, o que lhes permite empreender ações direcionadas à identificação das dificuldades dos discentes. Eles têm a habilidade de apresentar o conteúdo de maneira adaptada às características da turma, oferecendo exemplos contextualizados em relação aos componentes curriculares. Além disso, são capazes de elaborar atividades específicas para promover a aprendizagem de alunos que enfrentam desafios, empregando avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Os resultados dessas avaliações são utilizados para redefinir a prática docente ao longo do período.

Os docentes não apenas exercem liderança, mas também são reconhecidos por sua produção acadêmica, contribuindo assim para a excelência do curso. Essa abordagem integrada reflete o comprometimento do corpo docente em proporcionar uma educação de alta qualidade, alinhada às demandas do mercado de trabalho e às necessidades dos estudantes. Atualmente todos os docentes efetivos do curso têm título de doutor ou estão cursando seus doutorados.



14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

O quadro a seguir relaciona os componentes curriculares oferecidos no curso e os docentes que ministrarão tais disciplinas, bem como seu maior título de formação e a súmula de seu currículo Lattes.

14.1 Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1º NÍVEL				
Comum/Matemática B	Martinho Machado Junior	Doutor	40h/DE	Graduação: Física Licenciatura – Universidade Federal de Santa Catarina – 1998 Mestrado: Engenharia Química – Universidade Federal de Santa Catarina – 2009 Doutorado: Engenharia Química – Universidade Federal de Santa Catarina – 2015 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7970413449458643
Comum/Produção textual acadêmica	Éderson Luís da Silveira	Doutor	40h/DE	Graduação: Letras Vernáculas – Universidade Federal do Rio Grande – 2013 Mestrado: Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina – 2016 Doutorado: Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina – 2020 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9636609353277293
Comum/Direitos e cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais – Unisinos – 1994 Mestrado: Integração Latino Americana – UFSM – 2003 Doutorado: Direito – PUCPR- 2022 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4510676594124783
Específico/Introdução à economia	Rafael Stefenon	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011 Doutorado: Políticas Públicas – UFPR 2023. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
Específico/História econômica geral	Janete Stoffel	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0295141932267126



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
2º NÍVEL				
Comum/Introdução ao pensamento social	Elemar do Nascimento Cezimbra	Doutor	40h/DE	Graduação: Licenciatura em Filosofia - Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, FAFIMC – 1984. Mestrado: Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR – 2013. Doutorado: Desenvolvimento Rural sustentável, UNIOESTE- 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9725873078776482
Comum/História da Fronteira Sul	Miguel Mundstock Xavier de Carvalho	Doutor	40h/DE	Graduação: História - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC - 2004 Mestrado: História - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC - 2006 Doutorado: História - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC - 2010 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2715186402920586
Específico/Cálculo aplicado à economia	Paulo Alexandre Nunes	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Economia – UEM – 2010 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3635187196921300
Específico/Microeconomia I	Rafael Stefenon	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011 Doutorado: Políticas Públicas – UFPR 2023. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
Específico/Contabilidade introdutória	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
3º NÍVEL				
Comum/Estatística básica	Alexandre Manoel dos Santos	Doutor	40h/DE	Graduação: Engenharia – Área Civil – Eng. de Produção Civil – Universidade Federal de Santa Catarina - 1985 Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – Universidade Federal do Paraná – 2003 Doutorado: Engenharia da Produção – Universidade Federal de Santa Catarina – 2019 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1016817577110913
Específico/Microeconomia II	Paulo Alexandre Nunes	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Economia – UEM – 2010 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3635187196921300



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Contabilidade social	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Específico/História do pensamento econômico	Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
Específico/Introdução às políticas públicas	Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
Extensão/Introdução à extensão universitária	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
4º NÍVEL				
Comum/Iniciação à prática científica	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Específico/ Macroeconomia I	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Específico/Econometria I	Paulo Alexandre Nunes	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Economia – UEM – 2010 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3635187196921300
Específico/Formação econômica do Brasil	Janete Stoffel	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0295141932267126



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/Economia política	Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
5º NÍVEL				
Específico/Técnicas de pesquisa em economia	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Específico/Macroeconomia II	João Arami Martins Pereira	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994 Doutorado: Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE, 2021. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0114025930183564
Específico/Econometria II	Paulo Alexandre Nunes	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Economia– UEM – 2010 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3635187196921300
Específico/Economia brasileira I	Janete Stoffel	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0295141932267126
Específico/Microeconomia III	Rafael Stefenon	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011 Doutorado: Políticas Públicas – UFPR 2023. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
Conexo/Inovação e empreendedorismo	Rafael Stefenon	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011 Doutorado: Políticas Públicas – UFPR 2023. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
6º NÍVEL				



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Desenvolvimento econômico	Rafael Stefenon	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011 Doutorado: Políticas Públicas – UFPR 2023. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
Específico/Economia do setor público	João Arami Martins Pereira	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994 Doutorado: Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE, 2021. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0114025930183564
Específico/Análise econômica de investimentos	Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
Específico/Economia brasileira II	Marisela Garcia Hernandez	Doutora	40h/DE	Graduação: Economia – Universidad Nacional Autonoma de México – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Econômico – UNICAMP. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1613264782521183
Trabalho de conclusão de curso I	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Extensão/Extensão I	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
7º NÍVEL				
Específico/ Desenvolvimento regional I	Marisela Garcia Hernandez	Doutora	40h/DE	Graduação: Economia – Universidad Nacional Autonoma de México – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Econômico – UNICAMP. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1613264782521183
Específico/Economia e meio ambiente	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/Economia internacional	Marisela Garcia Hernandez	Doutora	40h/DE	Graduação: Economia – "": Universidad Nacional Autonoma de México – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Econômico – UNICAMP. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1613264782521183
Específico/Finanças empresariais	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Conexo/ Responsabilidade socioambiental	Ceyça Lia Palerosi Borges	Doutora	40h/DE	Graduação: Administração - UFLA Mestrado: Administração - UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE - 2021 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
Trabalho de conclusão de curso II	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Extensão/Extensão II	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
8º NÍVEL				
Específico/ Desenvolvimento regional II	Janete Stoffel	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013 Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0295141932267126
Específico/Economia e política agrícola	Marisela Garcia Hernandez	Doutora	40h/DE	Graduação: Economia – Universidad Nacional Autonoma de México – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Econômico – UNICAMP. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1613264782521183



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/Economia e política monetária	João Arami Martins Pereira	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994 Doutorado: Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE, 2021. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0114025930183564
Específico/Macroeconomia III	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Específico/Orçamento e finanças públicas	João Arami Martins Pereira	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994 Doutorado: Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE, 2021. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0114025930183564
Trabalho de conclusão de curso III	Deise Maria Bourscheidt	Doutora	40h/DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFSM – 2009 Mestrado: Economia - UFES– 2011: Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0005855279586138
Extensão/Extensão III	Antônio Maria da Silva Carpes	Doutor	40h/DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003 Doutorado: Ciências Contábeis - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB – 2015. Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2420992218123302

(Quadro alterado pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

15.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência



editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).

Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

15.2 Laboratórios

O curso de Ciências Econômicas tem a disposição dois laboratórios de informática para serem utilizados para aulas de componentes curriculares que exigem o uso de *softwares* específicos. Além disso, os discentes e docentes do curso dispõem também de dois laboratórios para serem utilizados em suas atividades de pesquisa e extensão.

Laboratório de Informática I	
Professor responsável: Alexandre Manoel dos Santos (SIAPE: 1768691)	
Alunos por turma: 50	
Área: 112 m ²	Localização: Bloco A – Sala 407
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de informática é utilizado principalmente para aulas de Estatística Básica, Econometria I e Econometria II.



Laboratório de Informática II

Professor responsável: Alexandre Manoel dos Santos (SIAPE: 1768691)	
Alunos por turma: 50	
Área: 112 m ²	Localização: Bloco A – Sala 408
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de informática é utilizado principalmente para aulas de Estatística Básica, Econometria I e Econometria II.

Laboratório de Ciências Humanas

Professora responsável: Fernanda Marcon (Siape 1150949)	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco 3 - Laboratórios
Quantidade	Descrição
1	O laboratório é utilizado para o planejamento e execução de atividades vinculadas aos projetos de extensão e de pesquisa do curso.

Laboratório de Ciências Sociais Aplicadas

Professora responsável: Ceyça Lia Palerosi Borges (Siape 2067862)	
Alunos por turma: 10	
Área: 39,20 m ²	Localização: Bloco Docente Administrativo – Sala 301
Quantidade	Descrição
1	O laboratório é utilizado para o planejamento e execução de atividades vinculadas aos projetos de extensão e de pesquisa do curso.

15.3 Demais itens

O Curso de Ciências Econômicas está em funcionamento no *Campus* Laranjeiras do Sul/Paraná, o qual é constituído pelos Bloco A e Bloco Docente/Administrativo, os quais atendem à comunidade acadêmica com salas de aula, salas de professores, auditórios, salas para monitores de disciplinas de graduação, biblioteca, copa, cantina, sanitários coletivos e setores administrativos. O *Campus* possui 3 blocos de laboratórios, 1 bloco de Assessoria e Logística e Suprimentos, o prédio do restaurante universitário, um Centro Vocacional Tecnológico em



Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia (CVT) e instalações relativas às atividades das áreas experimentais dos cursos de Agronomia e Engenharia de Aquicultura.

As salas de aula possuem acesso à Internet por rede *wireless*, conjunto multimídia com tela de projeção, cadeiras escolares com apoiador para os alunos, mesa retangular e cadeira estofada para o professor.

As salas de professores têm capacidade para 2 docentes, sendo todas climatizadas. Dos setores administrativos, aqueles mais ligados à atividade acadêmica são à Secretaria Acadêmica, Secretaria Geral de Cursos, Bibliotecas e Coordenação Acadêmica.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos Campi. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução n.º 6/2015/CONSUNI/CGRAD. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução n.º 4/2015/CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que



permita a utilização com segurança e autonomia;

- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz



orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



16 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA

ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR



ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Atividades Autônomas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam a complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à áreas de conhecimento do curso, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º Os objetivos gerais das Atividades Autônomas do curso de Ciências Econômicas da UFFS são os de ampliar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar aos seus acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

Art. 3º As Atividades Autônomas propiciam ao curso uma flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II

FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 4º As Atividades Autônomas têm uma carga horária mínima prevista de 90 horas e estão divididas em 3 (três) modalidades – ensino, pesquisa e cultura – conforme indicadas nos capítulos III ao V deste Regulamento.

Art. 5º As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico no curso, as quais poderão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo VI, deste Regulamento.

Art. 6º As Atividades Autônomas serão avaliadas e reconhecidas pela Coordenação de Curso, com o auxílio da Secretaria Geral de Cursos.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 7º As atividades de ensino incluem:

I - Participação, como ouvinte, em cursos, minicursos e similares.

II - Participação como monitor de componentes curriculares.

III - Participação em viagens de estudo.

IV - Participação, como ouvinte, em congressos, simpósios, jornadas e outros eventos



acadêmicos, incluindo a Semana Acadêmica do curso.

V - Participação, como ouvinte, em defesas de TCC, incluindo monografias, dissertações e teses relacionadas ao curso ou área.

VI - Participação em grupos de estudo.

VII - Disciplina extracurricular cursada e aprovada.

VIII – Participação como membro do Colegiado e de Conselhos no âmbito da UFFS.

IX – Participação como membro da Diretoria do Centro Acadêmico.

X - Realização do teste de língua inglesa TOEFL/ITP aplicado pelo MEC.

XI – Outras atividades de ensino.

CAPÍTULO IV

DAS ATIVIDADES DE PESQUISA

Art. 8º As atividades de pesquisa incluem:

I - Participação em projetos de pesquisa.

II - Publicação científica na área ou em áreas afins;

III - Apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa na área do curso ou de áreas afins.

IV – Participação em atividades relacionadas a grupos de pesquisa.

V – Outras atividades de pesquisa.

CAPÍTULO V

DAS ATIVIDADES DE CULTURA

Art. 9º As atividades de cultura incluem:

I - Participação em projetos, cursos e eventos culturais promovidos pela UFFS.

II - Participação, como voluntário, em ONGs, clubes de serviço, movimentos sociais e outras entidades de interesse coletivo.

III - Outras atividades de cultura.

(Nova redação alterada pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 10 Para validar as Atividades Autônomas o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 11 São documentos comprobatórios das Atividades Autônomas:

Atividades realizadas	Documentos comprobatórios
Participação, como ouvinte, em cursos, minicursos e similares	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação como monitor de componentes curriculares	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação em viagens de estudo	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida



Atividades realizadas	Documentos comprobatórios
Participação, como ouvinte, em congressos, simpósios, jornadas e outros eventos acadêmicos, incluindo a Semana Acadêmica do curso	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação, como ouvinte, em defesas de TCC, incluindo monografias, dissertações e teses relacionadas ao curso ou área	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação em grupos de estudo	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Disciplina extracurricular cursada e aprovada	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação como membro do Colegiado e de Conselhos no âmbito da UFFS	Portaria ou Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação como membro da Diretoria do Centro Acadêmico	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Realização do teste de língua inglesa TOEFL/ITP aplicado pelo MEC	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Outras atividades de ensino	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação em projetos de pesquisa	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Publicação científica na área ou em áreas afins	Primeira página do trabalho ou certificado de aprovação
Apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa na área do curso ou de áreas afins	Primeira página do trabalho ou certificado de aprovação
Participação em atividades relacionadas a grupos de pesquisa	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Outras atividades de pesquisa	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação em projetos, cursos e eventos culturais promovidos pela UFFS	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Participação, como voluntário, em ONGs, clubes de serviço, movimentos sociais e outras entidades de interesse coletivo	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida
Outras atividades de cultura	Declaração/certificado de comprovação com período e carga horária definida

Art. 12 Cabe ao professor que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do Curso de Ciências Econômicas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 Os casos omissos neste Regulamento serão definidos pelo colegiado do curso de Ciências Econômicas, cabendo recurso aos colegiados superiores.



ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º A elaboração, o desenvolvimento e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituem exigência para a integralização curricular, colação do grau e obtenção do diploma no curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul-PR.

Art. 2º Os principais objetivos da elaboração, desenvolvimento e apresentação do TCC são estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, e avaliar os conhecimentos teóricos e técnicos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional.

Art. 3º Em consonância com o Art. 68º e o Art. 82º do Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022), considera-se o TCC uma atividade acadêmica de orientação individual.

Parágrafo único. As atividades de orientação individual são as atividades acadêmicas que o estudante desempenha individualmente sob a orientação de um professor da UFFS e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso, são obrigatórias ou contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 4º O TCC constituiu-se num trabalho do estudante, baseado na análise de um problema específico e elaborado de acordo com as normas do método científico.

§ 1º O tema do TCC é de livre escolha do estudante, desde que observada à proximidade temática com os conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso de graduação em Ciências Econômicas e/ou com as possibilidades do corpo de orientadores do curso.

§ 2º O TCC deverá conter uma articulação prioritária com as linhas de ensino, pesquisa e extensão do curso de Ciências Econômicas, considerando, preferencialmente, a realidade regional.

Art. 5º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em três etapas, por meio dos componentes curriculares Trabalho de conclusão de curso I (TCC I), Trabalho de conclusão de curso II (TCC II) e Trabalho de conclusão de curso III (TCC III).

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 6º Compete ao Coordenador de Curso:

I - Indicar o professor responsável pelo TCC, denominado Coordenador de TCC, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem no âmbito dos componentes curriculares TCC I, TCC II e TCC III.

II - Providenciar, em consonância com o Coordenador de TCC, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.



III - Homologar as decisões referentes ao TCC.

Seção II – DO COORDENADOR DE TCC

Art. 7º Compete ao Coordenador de TCC:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II - Estabelecer critérios e formas de acompanhamento das atividades desenvolvidas nos componentes curriculares TCC I, TCC II e TCC III.

III - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC, incluindo, a coleta dos termos de aceite de orientação, a publicização das bancas de defesa final referente à avaliação do componente curricular TCC III, o encaminhamento das declarações de orientação e de participação das bancas e o encerramento e a entrega dos diários de classe referentes aos componentes curriculares TCC I, TCC II e TCC III.

IV - Promover reuniões com os Professores Orientadores de modo a organizar a distribuição das orientações.

V - Promover reuniões com os estudantes que estão desenvolvendo o TCC como forma de acompanhamento das atividades.

VI - Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação dos TCCs.

VII – Participar, em conjunto com os Professores Orientadores, da avaliação dos estudantes referente ao componentes curricular TCC I.

VIII – Compôr, sempre que possível, as bancas examinadoras referentes aos componentes curriculares TCC II e TCC III.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 8º A orientação dos estudantes no TCC será efetuado por um Professor Orientador, indicado pelo Coordenador de TCC, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto de pesquisa e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser qualquer profissional com titulação mínima de mestrado e com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 9º Cada Professor Orientador poderá orientar, em cada uma das etapas do TCC, isto é, TCC I, TCC II e TCC III, até três estudantes.

§ 1º Excepcionalmente o Professor Orientador, desde que seja de seu interesse, poderá orientar mais de três acadêmicos, desde que autorizado pelo Colegiado de Curso.

§ 2º Todos os professores do Domínio Específico devem se colocar à disposição para as orientações de trabalhos.

Art. 10 Será permitida substituição do Professor Orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue ao Coordenador de TCC, até a conclusão do componente curricular TCC I.

§ 1º Será permitida a substituição do Professor Orientador no decorrer dos componentes curriculares TCC II e TCC III somente em casos excepcionais.

§ 2º Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.



Art. 11 Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, isto é, TCC I, TCC II e TCC III.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de acompanhamento e avaliações ao Coordenador de TCC quando solicitado.

III - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Coordenador de TCC.

IV - Participar da avaliação referente ao componente curricular TCC I, e das bancas examinadoras, na posição de presidente, referentes aos componentes curriculares TCC II e TCC III.

V - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.

VI - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar o estudante a fazer as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

VII - Indicar, se necessário, ao Coordenador de TCC, a nomeação de coorientador.

Parágrafo único. Cabe ao Professor Orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas no plano de curso do componente curricular.

Seção IV - DO ESTUDANTE

Art. 12 São obrigações do estudante:

I - Requerer a matrícula nos componentes curriculares TCC I, TCC II e TCC III nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFFS.

II – Indicar nomes de professores para a orientação do seu projeto de pesquisa.

III – Escolher a modalidade de documento de TCC a ser elaborado (trabalho monográfico ou artigo científico), desde que de acordo com seu orientador.

IV - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e a versão final do TCC em conformidade com este Regulamento.

V - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Coordenador de TCC e pelo Professor Orientador.

VI - Preencher o registro das fichas de acompanhamento e frequência dos componentes curriculares TCC I, TCC II e TCC III fornecidas pela Coordenação de Monografia, e coletar a assinatura do orientador.

VII - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

VIII - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

IX - Participar das reuniões periódicas com o Coordenador de TCC e seguir suas recomendações.

X - Entregar ao Coordenador de TCC a versão final do TCC corrigida (de acordo com as recomendações da banca examinadora).

§ 1º A não entrega da versão final do TCC pelo estudante, nos prazos estabelecidos pela Coordenação de Monografia, acarretará a reprovação do estudante.

§ 2º O estudante poderá representar formalmente junto à Coordenação de Monografia contra negligência ou imprudência do professor orientador podendo, inclusive, requerer sua substituição, desde que justificada.

Art. 13 Em caso de plágio, desde que comprovado, o estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único. Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza de outrem, sem referir os créditos para o autor.



CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I – DA MATRÍCULA

Art. 14 Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC I o estudante deverá ter cursado, com aprovação, o componente curricular de Técnicas de pesquisa em economia.

Art. 15 Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC II, o estudante deverá ter sido aprovado em TCC I, além de ter cursado, com aprovação, o componente curricular de Econometria I

Art. 16 Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC III, o estudante deverá ter sido aprovado em TCC II.

Art. 17 É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

Seção II - DO ACOMPANHAMENTO

Art. 18º O acompanhamento e orientação dos trabalhos será realizado por meio de reuniões previamente agendadas entre o Professor Orientador e o estudante.

Parágrafo único. Após cada reunião de orientação deverá ser feito um relatório simplificado dos assuntos tratados na reunião (ficha de acompanhamento), o qual deverá ser assinado pelo estudante e Professor Orientador e entregue ao Coordenador de TCC antes das avaliações de cada componente curricular (TCC I, TCC II e TCC III).

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DOS TCC I, TCC II E TCC III

Seção I - do TCC I

Art. 19º O TCC I constitui-se atividade e condição obrigatória para a matrícula em TCC II, sendo desenvolvido e defendido no prazo máximo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC I durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

Art. 20º O tema para o TCC deverá estar inserido em um dos campos de atuação do curso do estudante e atender ao disposto no Art. 3º.

Art. 21º São condições necessárias para aprovação em TCC I:

I - Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Coordenador de TCC e Professor Orientador.

II - Apresentação por escrito de documento de pesquisa constando a Introdução (contextualização do problema de pesquisa e seus objetivos, seguido de uma justificativa) e a Revisão de Literatura (seções que permitam fundamentar o assunto discutido e pesquisado, a fim de contribuir na discussão dos resultados).

III - O rendimento acadêmico ocorrerá por meio da avaliação do documento de pesquisa,



conforme inciso anterior, além de outras atividades previstas no plano de curso.

IV - A avaliação fica a cargo do Professor Orientador em conjunto com o Coordenador de TCC.

V - O estudante deverá atingir média (Nota Final) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

VI - Devido às características próprias do componente curricular TCC I, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação deverão constar no Plano de Curso do componente curricular.

Seção II - do TCC II

Art. 22º O TCC II constitui atividade e condição obrigatória para a matrícula em TCC III, sendo desenvolvido e defendido no prazo máximo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

Art. 23º São condições necessárias para aprovação em TCC II:

I - Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Coordenador de TCC e Professor Orientador.

II - Apresentação por escrito e perante banca examinadora de documento de pesquisa constando, além da Introdução e Revisão de Literatura (desenvolvidos no TCC I), a Metodologia (percurso metodológico da pesquisa) e a Apresentação dos Resultados (não há a necessidade de uma discussão dos resultados, porém é necessário que os dados já tenham sido identificados, coletados e apresentados).

III - A verificação do rendimento do estudante no TCC II será realizada por uma banca examinadora constituída pelo Professor Orientador, como seu presidente, e por mais um professor por ele sugerido e designado pela Coordenação de Monografia, devendo o estudante atingir Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

§ 1º A indicação e a designação do docente integrante da banca examinadora levará em conta, preferencialmente, a vinculação dos examinadores à temática do documento de pesquisa a ser avaliado.

§ 2º O docente integrante da banca examinadora deve ter a titulação mínima de mestrado.

§ 3º É facultada a participação de avaliadores de outras instituições, desde que não implique encargos financeiros.

§ 4º No âmbito do TCC II, é permitida a realização das bancas examinadoras de forma remota.

§ 5º Os critérios de avaliação deverão constar no Plano de Curso do componente curricular.

§ 6º Devido às características próprias do componente curricular TCC II, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Seção III - do TCC III

Art. 24º O TCC III caracteriza-se pela elaboração, entrega e defesa final da versão final do TCC.

Art. 25º No ato do pedido para a defesa final do TCC III, o estudante deverá entregar cópia digital da versão final do TCC ao Coordenador de TCC, com a devida anuência do Professor Orientador.

§ 1º A versão final do documento de pesquisa poderá ser entregue na forma de trabalho monográfico ou na forma de artigo científico.

§ 2º O Coordenador de TCC definirá, em conjunto com o Professor Orientador, os membros da banca examinadora.



§ 3º O Coordenador de TCC enviará aos membros da banca examinadora a cópia digital da versão final do TCC, com no mínimo 10 (dez) dias antes da defesa final.

Art. 26º A defesa final constitui-se requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de defesa pública em formato presencial.

§ 1º O tempo de apresentação poderá ser de até vinte minutos, prorrogáveis, a critério da banca examinadora.

§ 2º Cada membro da banca examinadora terá o tempo de até dez minutos para a arguição do trabalho apresentado.

§ 3º Caberá aos membros da banca examinadora informar a nota do TCC apresentado, cuja avaliação será transcrita em Ata unificada para Avaliação de TCC.

§ 4º O prazo final da defesa do TCC, referente ao componente curricular TCC III, deverá ocorrer em até 30 dias antes do prazo final para o fechamento dos diários de classe e entrega das notas na Secretaria Acadêmica.

§ 5º A participação de professores de outras IES poderá ocorrer de forma remota.

Art. 28º São condições necessárias para aprovação em TCC III:

I – Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Coordenador de TCC e Professor Orientador.

II – Defesa e aprovação da versão final do TCC na defesa pública do TCC III.

III - A verificação do rendimento do estudante no TCC III será realizada por uma banca examinadora constituída pelo Professor Orientador, como seu presidente, e por mais dois professores por ele sugeridos e designados pela Coordenação de Monografia, devendo o estudante atingir Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos.

§ 1º A indicação e a designação dos integrantes das bancas examinadoras levará em conta, preferencialmente, a vinculação dos examinadores à temática do trabalho de conclusão de curso a ser avaliado.

§ 2º É facultada a participação de avaliadores de outras instituições, desde que não implique encargos financeiros.

§ 3º Os docentes integrantes da banca examinadora devem ter a titulação mínima de mestrado.

§ 4º No âmbito do TCC III, é permitida a realização das bancas examinadoras de forma remota.

§ 5º Os critérios de avaliação deverão constar no Plano de Curso do componente curricular.

§ 6º Devido às características próprias do componente curricular TCC III, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Art. 29º A etapa de desenvolvimento do TCC III e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC III durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 30º Deverá, obrigatoriamente, ser entregue ao Coordenador de TCC como documentação final do TCC, cópia digital do TCC (trabalho monográfico ou artigo científico), corrigido conforme as recomendações da banca examinadora.



Art. 31º Os TCCs desenvolvidos no âmbito do curso de Ciências Econômicas devem, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/CPPGEC).

CAPÍTULO VI

DA VERSÃO FINAL DO TCC

Art. 32º A estrutura final do TCC, independentemente do formato (trabalho monográfico ou artigo científico), deverá conter a seguinte estrutura:

I – Introdução: a contextualização do problema de pesquisa e seus objetivos, seguido de uma justificativa.

II – Revisão de literatura: seções que permitam fundamentar o assunto discutido e pesquisado, a fim de contribuir na discussão dos resultados.

III – Metodologia: descrição do percurso metodológico

IV – Discussão dos resultados: apresentação da análise dos resultados.

V – Considerações finais: conclusões extraídas da pesquisa realizada.

VI – Referências: indicação das fontes citadas ao longo do texto.

Art. 33º A elaboração e formatação da versão final do TCC, independentemente do formato (trabalho monográfico ou artigo científico), deverá seguir os manuais de normas da ABNT, disponibilizados pela Biblioteca da UFFS.

Parágrafo único. A Coordenação de Monografia poderá disponibilizar um modelo padrão (template) de trabalho monográfico e de artigo científico, como forma de padronizar a entrega e divulgação dos TCCs.

CAPÍTULO VII

DA CARGA HORÁRIA

Art. 34º A carga horária do componente curricular TCC I é de 60 horas, do TCC II 90 horas e do TCC III 90 horas, totalizando 240 horas.

Parágrafo único. A carga horária de que trata o caput deste artigo refere-se à carga horária discente.

Art. 35º Serão destinadas para fins de cômputo de carga horária do Professor Orientador, 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3 (três) orientações de TCC, pelo tempo que durar a orientação.

Art. 36º Ao Coordenador de TCC serão destinadas, para fins de composição de carga horária, 2 (duas) horas-aula semanais para cada um dos componentes curriculares que compõem o processo de TCC (TCC I, TCC II e TCC III).

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 37º Os direitos e deveres dos estudantes matriculados nos componentes curriculares de TCC I, TCC II e TCC III são os mesmos estabelecidos para os demais componentes curriculares, ressalvadas as disposições do presente regulamento.

Art. 38º Os casos omissos neste Regulamento serão definidos pelo colegiado do curso de Ciências Econômicas, cabendo recurso aos colegiados superiores.



ANEXO III - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CNE/CES), no seu art. 3º, define extensão como processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º O objetivo deste Regulamento é atender a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e estabelece em sua Meta 12.7 que os cursos de graduação deverão curricularizar 10% da sua carga horária na forma de extensão, o que representa 300 horas para o curso de graduação em Ciências Econômicas da UFFS, bacharelado, *campus* Laranjeiras do Sul-PR.

Art. 3º Este Regulamento está em acordo com a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, de 17 de dezembro de 2021, que estabelece as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS.

CAPÍTULO II DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 4º O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas estabelece as seguintes atividades curriculares de extensão e de cultura em seu currículo:

I- Componente curricular obrigatório Introdução à Extensão Universitária, com 30 horas de carga horária registradas como Atividades de Extensão e Cultura, com periodização ideal no 3º período (semestre) do curso;

II -Três componentes curriculares obrigatórios, Extensão I (90 horas), Extensão II (90 horas) e Extensão III (90h), totalizando 270 horas de carga horária curricularizadas como Atividades de Extensão e Cultura, com periodização ideal no 6º, 7º e 8º períodos (semestres) do curso, respectivamente, sendo Introdução à extensão universitária o pré-requisito do componente curricular Extensão I, Extensão I o pré-requisito para Extensão II, e Extensão II o pré-requisito de Extensão III.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 5º Os discentes deverão se matricular nas disciplinas Introdução à Extensão Universitária e Extensão I, II e III por meio do sistema eletrônico de matrículas e de acordo com os prazos



previstos no calendário acadêmico.

Art. 6º O componente curricular Introdução à Extensão Universitária será desenvolvido com carga horária extensionista integral.

I - A ementa do componente curricular deverá incluir conteúdos sobre extensão, orientação quanto às atividades e normatização da extensão no âmbito do currículo do curso de Ciências Econômicas, apresentação e aproximação com as ações de extensão realizadas no curso e na UFFS, e relatos e discussões de problemas sociais pertinentes à prática extensionista;

II - A responsabilidade pelo componente curricular será conferida ao docente nomeado Coordenador de Extensão e Cultura.

Art. 7º Os componentes curriculares Extensão I, Extensão II e Extensão III serão desenvolvidos na modalidade de orientação direta.

I - O objetivo destes componentes curriculares é envolver, de maneira formal, os discentes em ações de extensão (projetos, eventos, programas etc.) institucionalizados e ofertados pelos docentes do curso, conforme as normativas da UFFS.

II - Cada componente curricular deve ser compartilhado entre até seis docentes que possuem projetos já institucionalizados, de modo que cada professor oriente um grupo de discentes;

III - Todos os professores do curso estarão aptos a atuar nestes componentes curriculares, desde que tenham ações de extensão devidamente institucionalizadas;

IV - A definição dos docentes dos componentes curriculares Extensão I, II e III deverá ser encaminhada pelo Coordenador de Extensão e Cultura do curso em diálogo com a Coordenação de Curso, até o final do semestre anterior ao início das disciplinas.

V - O planejamento, a execução e a avaliação das atividades ficarão a cargo dos docentes dos componentes curriculares e/ou docentes coordenadores das ações de extensão;

VI - Cabe ao Coordenador de Extensão e Cultura acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades dos componentes curriculares.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E CULTURA DO CURSO

Art. 8º A Coordenação de Curso indicará o docente que assumirá o cargo de Coordenador de Extensão e Cultura, devendo esta indicação ser homologada pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo único. O docente Coordenador de Extensão e Cultura do Curso deve compor, preferencialmente, o Domínio Específico do curso de Ciências Econômicas.

Art. 9º São atribuições do docente Coordenador de Extensão e Cultura do Curso de Ciências Econômicas:

I - Coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação de Curso, Coordenação Acadêmica, Coordenação Adjunta de Extensão e de Cultura do *campus* e



PROEC;

II - Orientar os discentes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III - Acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV - Zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos discentes em concordância com o PPC do curso e com a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021;

V - Promover a divulgação, na Comunidade Universitária, as atividades de extensão e de cultura do curso;

VI - Ministrar o componente curricular de Introdução à Extensão Universitária.

Parágrafo único. O docente Coordenador de Extensão e Cultura poderá atuar nos componentes curriculares de Extensão I, II e III.

CAPÍTULO V

DA VALIDAÇÃO, DO REGISTRO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 10º A validação dos componentes curriculares vinculados às atividades de extensão e de cultura do curso de Ciências Econômicas ocorrerá automaticamente, devendo considerar as cargas horárias de cada componente curricular conforme estabelecidas nos incisos I, II e III do artigo 4º.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 11º As atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso em Ciências Econômicas devem ser objeto de permanente avaliação processual e diagnóstica, considerando:

I - Os princípios e as diretrizes orientadores nacionais e da UFFS vigentes;

II - A relação dialógica e transformadora com a sociedade;

III - A articulação e a integração com o ensino e com a pesquisa;

IV - A formação do discente coerente com o perfil do egresso do curso;

V - A influência no processo de ingresso e de permanência dos discentes no curso;

VI - A demanda e a oferta de atividades de extensão e de cultura para o curso.

Art. 14º O processo de avaliação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso deverá ser definido pelo Colegiado de Curso, com a liderança da Coordenação de Extensão e Cultura do curso, e em diálogo com a Coordenação Adjunta de Extensão do *campus* e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Parágrafo único. A avaliação das atividades de extensão e de cultura devem integrar a autoavaliação do curso.



CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º Todos os casos omissos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela Coordenação de Extensão e Cultura, em diálogo com a Coordenação de Curso e Coordenação Adjunta de Extensão e Cultura do *campus*, tendo como instância recursal o Colegiado de Curso.

Art. 13º Este regulamento passa a valer a partir de sua aprovação no Colegiado de Curso.

(Nova redação do Regulamento alterada pela Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025)



ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Este regulamento confere equivalência aos componentes curriculares, cursados com aprovação pelos estudantes do curso de Ciências Econômicas – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras do Sul, em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º No Quadro abaixo as equivalências são recíprocas, ou seja, o primeiro componente curricular (estrutura curricular 2015) é equivalente ao segundo (estrutura curricular 2024) e o segundo (estrutura curricular 2024) é também equivalente ao primeiro (estrutura curricular 2015).

Estrutura curricular 2015 (em extinção)			Estrutura curricular 2024 (nova)		
Código	Componente curricular	Horas	Código	Componente curricular	Horas
GCH292	História da Fronteira Sul	60	GCH1755	História da Fronteira Sul	60
GCS373	Fundamentos da teoria econômica	60	GCS0763	Introdução à economia	60
GLA104	Produção textual acadêmica	60	GLA0698	Produção textual acadêmica	60
GEX212	Matemática B	60	GEX1070	Matemática B	60
GCS376	Cálculo e economia quantitativa	60	GCS0765	Cálculo aplicado à economia	60
GCS377	Microeconomia I	60	GCS0766	Microeconomia I	60
GCH290	Iniciação à prática científica	60	GCH1753	Iniciação à prática científica	60
GCS378	História econômica geral	60	GCS0764	História econômica geral	60
GCS239	Direitos e cidadania	60	GCS0695	Direitos e cidadania	60
GEX210	Estatística básica	60	GEX1068	Estatística básica	60
GCS379	Microeconomia II	60	GCS0767	Microeconomia II	60
GCS381	História do pensamento econômico	60	GCS0769	História do pensamento econômico	60
GCS382	Contabilidade social	60	GCS0768	Contabilidade social	60
GEX136	Estatística econômica e introdução à econometria	60	GCS0773	Econometria I	60
GCH291	Introdução ao pensamento social	60	GCH1754	Introdução ao pensamento social	60
GCS385	Economia política	30	GCS649	Economia política	60
GCS386	Macroeconomia I	60	GCS0772	Macroeconomia I	60
GCS389	Econometria	60	GCS0778	Econometria II	60
GCS390	Macroeconomia II	60	GCS0777	Macroeconomia II	60
GCS392	Formação econômica do Brasil	60	GCS0774	Formação econômica do Brasil	60
GCS394	Economia e política monetária	60	GCS793	Economia e política monetária	60
GCS396	Economia brasileira contemporânea	60	GCS0779	Economia brasileira I	60
			GCS0785	Economia brasileira II	60
GCS397	Economia Internacional	60	GCS0789	Economia internacional	60
GCS402	Desenvolvimento socioeconômico	60	GCS0782	Desenvolvimento econômico	60
GCS158	Técnicas de pesquisa em economia	60	GCS0776	Técnicas de pesquisa em economia	60
GCS085	Responsabilidade socioambiental	30	GCS0744	Responsabilidade socioambiental	30



Estrutura curricular 2015 (em extinção)			Estrutura curricular 2024 (nova)		
Código	Componente curricular	Horas	Código	Componente curricular	Horas
GCS405	Planejamento do desenvolvimento regional	60	GCS0787	Desenvolvimento regional I	60
			GCS791	Desenvolvimento regional II	60
GCS395	Finanças empresariais	60	GCS0719	Finanças empresariais	30
GCS398	Planejamento econômico e políticas públicas	60	GCS0770	Introdução às políticas públicas	30
			GCS0783	Economia do setor público	60
GCS400	Finanças públicas e orçamento público	60	GCS795	Orçamento e finanças públicas	30
GCS403	Empreendedorismo e inovação	60	GCS0714	Inovação e empreendedorismo	30
GCS406	Microeconomia III	60	GCS0780	Microeconomia III	30
GCS408	Macroeconomia III	60	GCS794	Macroeconomia III	30
GCS404	Economia e política agrícola	30	GCS792	Economia e política agrícola	60
GCS393	Economia e meio ambiente	30	GCS0788	Economia e meio ambiente	60
GCS391	Matemática financeira	60	GCS0784	Análise econômica de investimentos	60

Art. 3º Os componentes curriculares da estrutura curricular 2024 (nova estrutura curricular) listados abaixo não têm equivalência entre as estruturas curriculares do curso de Ciências Econômicas.

Estrutura curricular 2024 (nova)		
Código	Componente curricular	Horas
GCS0771	Introdução à extensão universitária	30
GCH2076	Extensão I	90
GCH2077	Extensão II	90
GCH2078	Extensão III	90
GCS0786	Trabalho de conclusão de curso I	60
GCS0790	Trabalho de conclusão de curso II	90
GCS796	Trabalho de conclusão de curso III	90

(Quadro alterado pela [Decisão Nº 24/CONSUNI CGAE/UFFS/2025](#))

Art. 4º Os componentes curriculares da estrutura curricular 2015 (estrutura curricular em extinção) listados abaixo não têm equivalência entre as estruturas curriculares do curso de Ciências Econômicas, mas podem ser validados apenas como componentes curriculares optativos, uma vez que se encontram no rol de componentes curriculares optativos da estrutura curricular 2024 (nova).

Estrutura curricular 2015 (em extinção)		
Código	Componente curricular	Horas
GCS372	Introdução à ciência política	60
GCS380	Gestão estratégica	60
GCS383	Funções administrativas	30



Estrutura curricular 2015 (em extinção)		
Código	Componente curricular	Horas
GCS388	Contabilidade cooperativa	30
GCS073	Teoria cooperativista	60
GCA440	Agroecologia	30
GCS399	Gestão mercadológica	60
GCS130	Economia da cooperação	60
GCS056	Administração e análise de projetos	60
GCS401	Autogestão e processos participativos	30
GCS104	Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola	60
GCS409	Desenvolvimento rural	60
GCS429	Organização de cadeias agroindustriais	60
GCS387	Evolução do pensamento marxista	30

Art. 5º Os componentes curriculares da estrutura curricular 2015 (estrutura curricular em extinção) listados abaixo não têm equivalência entre as estruturas curriculares do curso de Ciências Econômicas.

Estrutura curricular 2015 (em extinção)		
Código	Componente curricular	Horas
GCS407	Monografia I	120
GCS151	Monografia II	120

Art. 6º Os CCR de outros cursos do *campus* Laranjeiras do Sul listados abaixo possuem equivalência com os CCRs da nova estrutura curricular do curso de Ciências Econômicas – Bacharelado, Campus Laranjeiras do Sul.

CCRs Ciências Econômicas - estrutura curricular 2024 (nova)			CCRs de outros cursos do <i>campus</i> Laranjeiras do Sul		
Código	Componente curricular	Horas	Código	Componente curricular	Horas
GCS0765	Cálculo aplicado à economia	60	GCS0752	Cálculo aplicado à administração	60
GCS0766	Microeconomia I	60	GCS0707	Microeconomia I	60
GCS0771	Introdução à extensão universitária	30	GCS0708	Introdução à prática extensionista	30
GCS0772	Macroeconomia I	60	GCS386	Macroeconomia I	60
GCS0776	Técnicas de pesquisa em economia	60	GCS0743	Técnicas de pesquisa	60
GCS0719	Finanças empresariais	30	GCS0719	Finanças empresariais	30
GCS649	Economia política	60	GCS649	Economia política	60
GCS0714	Inovação e empreendedorismo	30	GCS0714	Inovação e empreendedorismo	30
GCS0744	Responsabilidade socioambiental	30	GCS0744	Responsabilidade socioambiental	30